



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

DÉBORA FERREIRA BORGES BARBOSA

**MERENDA ESCOLAR EM ITAPAGIPE/ MG:
SUJEITOS, MEMÓRIAS E INSTITUIÇÕES (1952-1988)**

Paranaíba, MS
2023

DÉBORA FERREIRA BORGES BARBOSA

**MERENDA ESCOLAR EM ITAPAGIPE/ MG:
SUJEITOS, MEMÓRIAS E INSTITUIÇÕES (1952-1988)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) – Unidade Universitária de Paranaíba/MS, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de pesquisa: História, Sociedade e Educação

Orientador: Prof. Dr. Ademilson Batista Paes

Paranaíba, MS
2023

B196m Barbosa, Débora Ferreira Borges

Merenda Escolar em Itapagipe: sujeitos, memórias e instituições (1952-1988) /Débora Ferreira Borges Barbosa. Paranaíba, MS: UEMS, 2023.

171f.

Dissertação (Mestrado) – Unidade Universitária de Paranaíba.
Programa de Pós-Graduação em Educação.

Orientador(a): Prof. Dr. Ademilson Batista Paes.

1. Merenda Escolar. 2. Grupo Escolar. 3. Itapagipe/MG. 4. Memória
5. Educação. I. Barbosa, Débora Ferreira Borges. Título

CDD – 370.981

Bibliotecária Responsável: Susy dos Santos Pereira – CRB1º/1783

DÉBORA FERREIRA BORGES BARBOSA

**MERENDA ESCOLAR EM ITAPAGIPE/ MG:
SUJEITOS, MEMÓRIAS E INSTITUIÇÕES (1952-1988)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Educação. Área de concentração: Educação, Linguagem e Sociedade.

Aprovada em 28/02/2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ademilson Batista Paes
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) - Orientador - Participação por
videoconferência

Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) - Participação por videoconferência

Profª. Dra. Eliane Morelli Abrahão
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) - Participação por videoconferência

À minha amada e saudosa mãe.

AGRADECIMENTOS

A escrita desse trabalho e todo o percurso vivido até seu término é uma vitória e particularmente, uma grande vitória, que contou com apoio e participação das pessoas que citarei aqui, brevemente, mas que, com certeza, envolvem outras que, mesmo não aqui mencionadas, de forma alguma se fizeram menos importantes em cada passo dado para a, enfim, conclusão de minha caminhada como mestranda.

Agradeço, primeiramente, a meu esposo Milson, por seu apoio e incentivo, sempre, para meu crescimento intelectual e profissional. Sua presença, inspiração e companheirismo me serviram como fôlego.

À Letícia Pacífico, colega de profissão que abraçou comigo este propósito ainda em 2017; sua companhia e incentivo inicial foram fundamentais.

Agradeço à minha cunhada Maria Rita, que não me canso de dizer, foi minha coorientadora todo esse tempo, auxiliando-me, compartilhando desde materiais, livros, ideias, sugestões, eventos acadêmicos, angústias e temores, sempre me entusiasmando, como mulher e amiga.

Ao professor Ademilson Batista Paes, que me recebeu como sua orientanda. Obrigada professor, por sua paciência, contribuições prestadas e por ter apostado que daria certo.

A dona Jaci, dona Maria Rosa e dona Odonira, minhas eternas colaboradoras, que auxiliaram na escrita dessa pesquisa. Obrigada por, além das portas de suas casas, me abrirem e me confiarem suas lembranças, suas alegrias, o cotidiano na cozinha do Grupo Escolar Santo Antônio. Toda forma de agradecimento que eu puder expressar para vocês será ínfima perto da importância que vocês representam para o nosso trabalho, aqui materializado.

Aos funcionários dos órgãos públicos de Itapagipe, onde foram realizadas as pesquisas nos arquivos administrativos, legislativos e escolares. Obrigada pela atenção, paciência e pelo auxílio com os documentos.

À Sandra Cristina Teixeira, na condição de representante da coordenação de disseminação de informação da Biblioteca Virtual de Saúde, do Ministério da Saúde, que não tive a oportunidade de conhecer pessoalmente, mas que me auxiliou por *e-mail*, com envio de registros documentais e obras importantes que se fizeram necessárias para a pesquisa.

À Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, a todos os colegas, professores, coordenação e demais colaboradores que conheci desde o período de estudos como aluna especial. Com certeza algo aprendi com cada um, e será levado para sempre.

Finalmente, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pela concessão de bolsa de auxílio financeiro durante os últimos dez meses dessa jornada.

A alimentação é assim um fato da cultura material, da infraestrutura da sociedade; um fato da troca e do comércio, da história econômica e social, ou seja, parte da estrutura produtiva da sociedade. Mas também é um fato ideológico, das representações da sociedade – religiosas, artísticas e morais – ou seja, um objeto histórico complexo, para o qual a abordagem científica deve ser multifacetada. Somente assim podemos compreender a noção de um “campo” ou de um “domínio” historiográfico, que se constituiu na esteira de estudos de diferentes disciplinas e proveniências.
(CARNEIRO, 2003, p. 166).

BARBOSA, Débora Ferreira Borges. **Merenda escolar em Itapagipe/ MG: sujeitos, memórias e instituições (1952-1988)**. 2023. 171 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Unidade Universitária de Paranaíba, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Paranaíba, 2023.

RESUMO

O presente estudo encontra-se vinculado à linha de pesquisa História, Sociedade e Educação do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Tem-se como propósito abordar a merenda escolar centrada em uma investigação local realizada no município de Itapagipe/ MG, em um recorte temporal que parte do ano de 1952, momento em que a oferta de alimentação nas instituições de ensino como dever do Estado ainda não havia sido instituída no Brasil, mas já se desenhava para materialização, e segue até 1988, período em que, com o processo de redemocratização, a alimentação é assegurada como direito constitucional aos educandos, podendo esse marco cronológico quando se fez necessário ser alargado. Objetiva-se com essa proposta, além de uma contribuição com a história local de Itapagipe, discutir e compreender as questões que foram precursoras da necessidade de criação dos programas de alimentação, os quais, a partir de 1955 tiveram direcionamento para a população escolar. Ao lume do cenário local buscamos por meio de uma investigação microestrutural enfatizar a importância aferida à alimentação ofertada aos alunos desse espaço, nos atentando para questões de cunho estrutural e socioeconômico intrinsecamente relacionadas a esta discussão e que se encontram preditas no contexto nacional. Portanto, trataremos de expender a trajetória de criação do programa de merenda a partir de um resgate histórico-social fundamentado em uma análise de documentos oficiais, reunindo também embasamento teórico de fontes bibliográficas que tratam da temática em específico e, ainda, sobre as questões relacionadas à alimentação que suscitaram a necessidade de instauração destes programas, sendo elas Henrique Carneiro, Coimbra et. al e Josué De Castro. Para o tratamento da abordagem local nos valeremos de uma pesquisa qualitativa de cunho exploratório sustentada pelo método do paradigma indiciário de Carlo Ginzburg, e ainda, na seleção e análise de variadas fontes localizadas nos registros administrativos, legislativos, escolares, e nos inventários particulares de antigos colaboradores da educação local. Finalmente utiliza-se o aporte metodológico da História Oral sob as contribuições de Alessandro Portelli e José Carlos Sebe, tendo como campo de pesquisa a memória, Ecléa Bosi, Maurice Halbwachs e Michael Pollak. Por meio de entrevistas com ex-funcionárias da educação municipal que exerceram a função de merendeiras, destaca-se a compreensão da narrativa firmada, ratificando os direcionamentos e dimensões sociais legadas à alimentação no ambiente educacional. Por meio da análise e diálogo com as distintas fontes utilizadas constatamos que inegavelmente o caráter assistencialista enraizado desde a criação do programa de merenda se manteve em destaque na cidade de Itapagipe, e ainda, se enaltece o protagonismo que as relações e interações sociais das merendeiras possuíram, inseridas no cotidiano das atividades desenvolvidas para levar comida ao prato dos alunos.

Palavras-chave: Merenda Escolar; Grupo Escolar; Itapagipe/ MG; Memória; Educação.

BARBOSA, Débora Ferreira Borges. **School meals in Itapagipe/ MG: subjects, memories, and institutions (1952-1988)**. 2023. 171 p. Dissertation (Master's in education) – University Unit of Paranaíba, State University of Mato Grosso do Sul, Paranaíba, 2023.

ABSTRACT

The present study is linked to the History, Society and Education research line of the *Stricto Sensu* Graduate Program in Education at the State University of Mato Grosso do Sul. The purpose is to approach school meals centered on a local investigation carried out in the municipality of Itapagipe/ MG, in a time frame that starts from the year 1952, when the supply of food in educational institutions as a duty of the State had not yet been instituted in Brazil, but was already being designed to materialize, and continued until 1988, a period in which, with the redemocratization process, food was assured as a constitutional right to students, and this chronological framework could be extended when it became necessary. The objective of this proposal, in addition to contributing to the local history of Itapagipe, is to discuss and understand the issues that were precursors to the need to create food programs, which, from 1955 onwards, were aimed at the school population. Considering the local scenario, we sought, through a microstructural investigation, to emphasize the importance of the food offered to students in this space, paying attention to structural and socioeconomic issues intrinsically related to this discussion and which are predicted in the national context. Therefore, we will try to expend the trajectory of creation of the snack program from a historical-social rescue based on an analysis of official documents, also gathering theoretical basis of bibliographic sources that deal with the theme and, also, on the related issues to food that raised the need to introduce these programs, namely Henrique Carneiro, Coimbra et. al and Joshua De Castro. For the treatment of the local approach, we will make use of a qualitative research of an exploratory nature supported by the method of the evidentiary paradigm of Carlo Ginzburg, and, in the selection and analysis of varied sources located in the administrative, legislative, school records, and in the private inventories of former local education collaborators. Finally, the methodological contribution of Oral History is used under the contributions of Alessandro Portelli and José Carlos Sebe, having memory as a research field, Ecléa Bosi, Maurice Halbwachs and Michael Pollak. Through interviews with former employees of municipal education who worked as cooks, the understanding of the established narrative stands out, confirming the directions and social dimensions bequeathed to food in the educational environment. Through the analysis and dialogue with the different sources used, we found that the welfare character rooted since the creation of the lunch program has undeniably remained in the spotlight in the city of Itapagipe, and yet, the protagonism that the relations and social interactions of the cooks had, inserted in the daily activities developed to bring food to the students' plates.

Keywords: School Meals; School Group; Itapagipe/ MG; Memory; Education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Capa do livro Nossa História [1992?]	27
Figura 02 – Gráficos com a evolução de produção, área colhida e produtividade de arroz no período de 1940-2017	37
Figura 03 – Gráficos com a evolução de produção, área colhida e produtividade de feijão no período de 1940-2017	38
Figura 04 – Gráficos com a evolução da produção, área colhida e produtividade de cana-de-açúcar no período de 1940 – 2017	38
Figura 05 – Fila de crianças para receber o primeiro “desjejum” oferecido pelo SAPS – unidade do Rio de Janeiro/ RJ	56
Figura 06 – Mapa representando os municípios da mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba – Itapagipe/ MG em destaque	69
Figura 07 – Disposição geográfica da cidade de Itapagipe/MG, focalizada no curso de água que divide a cidade utilizando-se de um bairro periférico e instituições de ensino como representações da divisão econômica e espacial do território	71
Figura 08 – Senhor Gil Brasileiro da Silva, professor na escola particular rural da fazenda Macaúba, município de Itapagipe	74
Figura 09 – Primeiro prédio construído da E.E. Santo Antônio – 1963	80
Figura 10 – Fachada atual da Escola Estadual Santo Antônio	81
Figura 11 – Nota de empenho referente a subvenção paga anualmente a caixa escolar do Grupo Escolar Santo Antônio – 1968	83
Figura 12 – Nota de empenho referente a subvenção paga anualmente a caixa escolar do Grupo Escolar Santo Antônio – 1971	83
Figura 13 – Solicitação referente ao pagamento de verba destinada a caixa escolar do Grupo Escolar Santo Antônio – 1982	84
Figura 14 – Página de abertura do livro de registros com nomes dos sócios contribuintes com a Caixa Escolar	87
Figura 15 – Página do Livro de Registro com nomes dos sócios Caixa Escolar do Grupo Escolar Santo Antônio – setembro de 1953	88
Figura 16 – Página com nomes e valores das contribuições de cada sócio da Caixa Escolar, com a afirmação de pagamento realizado referente fevereiro de 1958	89
Figura 17 – Página referente ao controle de entradas e saídas de ganhos vindouros da Caixa Escolar – 1962	90

Figura 18 – Controle da caixa escolar do Grupo Santo Antônio sobre a Merenda fornecida aos alunos – 1962	91
Figura 19 – Controle da caixa escolar do Grupo Santo Antônio sobre a Merenda fornecida aos alunos – 1962	91
Figura 20 – Ata da eleição referente aos membros constituintes da Caixa Escolar, 1977	92
Figura 21 – Página final com os nomes dos membros da Caixa Escolar, 1979	93
Figura 22 – Ata de Eleição e posse diretoria Caixa Escolar, 1983	94
Figura 23 – Documento enviado à regional, para solicitação de envio de leite em pó ao município de Itapagipe/ MG	96
Figura 24 – Nota de empenho que subsidiaria recursos à merenda escolar	100
Figura 25 – Nota de empenho que subsidiaria recursos à merenda escolar	101
Figura 26 – Nota de empenho referente a compra de gêneros alimentícios para Merenda Escolar – 1971	102
Figura 27 – Nota de empenho referente a compra de utensílios para produção da Merenda Escolar – 1977	102
Figura 28 – Nota de empenho referente a compra de gêneros alimentícios para a Merenda Escolar – 1979	103
Figura 29 – Projeto de Lei para criação de cargo de Supervisão da Campanha Nacional de Alimentação Escolar em Itapagipe/ MG	104
Figura 30 – Nota de empenho referente a reembolso de viagem realizada até a regional para tratar de assuntos referentes a Campanha Nacional de Alimentação Escolar	105
Figura 31 – Nota de empenho referente a reembolso de viagem realizada até a regional para buscar gêneros alimentícios para Campanha Nacional de Alimentação Escolar	106
Figura 32 – Projeto para Autorização de Subvenções sociais à Caixa Escolar e a Campanha Nacional de Alimentação Escolar – 1979	107
Figura 33 – Capa do caderno de posses funcionários do Grupo Escolar Santo Antônio - 1960-1989	117
Figura 34 – Termo de posse de Dona Jaci Ferreira do Amorim - 1964	118
Figura 35 – Termo de posse de Dona Maria Rosa da Silva - 1964	119
Figura 36 – Termo de posse de Dona Odonira Juca do Amorim - 1964	120
Figura 37 – Fragmento da ata de reunião realizada na sétima reunião pedagógica do Grupo Escolar Santo Antônio em 1968	125

Figura 38 – Ficha utilizada para compras nas festas da caixa escolar do Grupo Santo Antônio – 1964	128
Figura 39 – Concurso para eleger a rainha dos estudantes em prol a caixa escolar do Grupo Escolar Santo Antônio	129
Figura 40 – Casas de pau-a-pique dos moradores do antigo Bairro do Pito Aceso	132

LISTA DE SIGLAS

AE	Alimentação Escolar
CAPES	Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior
CCC	<i>Commodity Credit Corporation</i>
CEBRAP	Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CME	Campanha de Merenda Escolar
CNA	Comissão Nacional de Alimentação
CNAE	Campanha Nacional de Alimentação Escolar
CNME	Campanha Nacional de Merenda Escolar
COBAL	Companhia Brasileira de Alimentos
COHAB	Companhia de Habitação Popular
COMEB	Caracterização Operacional da Merenda Escolar Brasileira
COVID-19	<i>Corona Virus Disease</i>
DISOC	Diretoria de Estudos e Políticas Sociais
E. E.	Escola Estadual
E. M.	Escola Municipal
FAE	Fundação de Assistência ao Estudante
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura
FSP-USP	Faculdade de Saúde Pública-Universidade de São Paulo
FISI	Fundo Internacional de Socorro à Infância
FSP	Faculdade de Saúde Pública
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INAN	Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição
INAE	Instituto Nacional de Assistência ao Educando
INPAR	Indústria de Produtos Alimentícios Racionais
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MEC	Ministério da Educação
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PMME	Programa de Municipalização da Merenda
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAN	Política Nacional de Alimentação e Nutrição
PRONAN	Programa Nacional de Alimentação e Nutrição
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SAPS	Serviço de Alimentação da Previdência Social
SBA	Sociedade Brasileira de Alimentação
STAN	Serviço Técnico de Alimentação e Nutrição
UEMS	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
UFABC	Universidade Federal do ABC
Unicamp	Universidade Estadual de Campinas
USP	Universidade de São Paulo
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Entrevistadas que ocuparam a função de merendeiras no Grupo Escolar Santo Antônio	29
Quadro 2 – Relação de cidades que ofertariam merenda escolar no período de 1924-1955 ...	86
Quadro 3 – Evolução da criação de setores regionais no Brasil por estado - 1964-1972	97
Quadro 4 – Setores regionais criados – 1964-1972	99

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	15
INTRODUÇÃO	21
I ASPECTOS HISTÓRICOS: O ALIMENTO, A FOME E AS POLÍTICAS PÚBLICAS	31
1.1 Alimentação: considerações sobre história, produção e abastecimento	32
1.2 Fome, descoberta ou consequência: o expoente brasileiro Josué de Castro	40
1.3 Um saber científico: as políticas públicas de alimentação no Brasil	48
1.4 É preciso alimentar a nação: o SAPS e os trabalhadores	51
1.4.1 O projeto do desjejum escolar do SAPS	53
1.5 Merenda Escolar: instauração e passos iniciais	57
II TRAMAS LOCAIS SOBRE EDUCAÇÃO E ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: PERCURSOS E SUJEITOS	68
2.1 Um espaço mineiro, Itapagipe: caracterização do município	68
2.2 A educação municipal: universalizar para quem?	73
2.3 O legado das escolas públicas em Itapagipe: pobres x ricos	76
2.4 Grupo Escolar Santo Antônio	78
2.5 O enredo da alimentação escolar: a importância da Caixa Escolar	81
2.6 Gestão municipal e merenda escolar: o que dizem os documentos	95
III REMEMORAR A COZINHA DA ESCOLA: OUVIR E CONTAR	109
3.1 Por que as merendeiras? O trajeto	111
3.2 A chegada até a escola: o início, como era?	116
3.3 As coisas foram mudando: a nova escola	122
3.4 O dia a dia: preparo e distribuição da merenda	124
3.5 Festas, e mais trabalho	126
3.6 Tinha um tal “Pito Aceso”: território de desigualdades	129
3.7 Lembranças e memórias: sentimentos sobre um tempo que passou	133
CONSIDERAÇÕES FINAIS	137
REFERÊNCIAS	142
APÊNDICE	
ANEXO	

APRESENTAÇÃO

A alimentação ligada ao campo da saúde e nutrição sempre foi meu objeto de estudos dentro de minha formação inicial como nutricionista. Meu primeiro contato direto com o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) se deu no ano de 2013, nos estágios. Desde então, meu interesse por esse campo de estudos foi aflorado. Observar e vivenciar o dia a dia das crianças na escola e a relevância da merenda como uma política social dentro desse ambiente e, em especial, como atingia alguns alunos, me despertou questões para as quais não obtive respostas durante a graduação e que permaneceram silenciadas comigo.

Alguns anos após a conclusão do curso, comecei a trabalhar como nutricionista responsável pela merenda escolar. A rotina do trabalho dentro da escola, na cozinha – ouvindo merendeiras, professores, diretores e mesmo observando a fila dos alunos para comer, conversas e até dialogando com eles – parece ter trazido novamente todas as questões que permaneciam guardadas.

No ano de 2020, em uma segunda tentativa, resolvi me submeter ao processo de seleção do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Eu ainda não tinha clareza e nem objetivos específicos sobre o que iria me propor a pesquisar, mas sabia que era a merenda escolar e, também, que queria tratar a temática por meio de uma abordagem mais social.

Após conseguir a aprovação e minha vaga no mestrado, iniciou-se o processo de minha jornada como pesquisadora. Meu orientador, o professor Ademilson, imagino que ficou surpreendido quando me viu ali, uma nutricionista em meio aos seus outros orientandos que eram professores de diversas licenciaturas. Confesso que me sentia perdida, também, não que hoje e ainda durante todo o processo de pesquisa e escrita não tenha me sentido e me sinta, mas creio que o trajeto de formação ao qual fui submetida nesse período foi um divisor de águas em minha vida, proporcionando-me amadurecimento, mais segurança e conhecimento mais aprofundados para tratar sobre essa política de alimentação que está ancorada no seio educacional.

Meu projeto inicial propunha pesquisar “O aporte do Programa Nacional de Alimentação Escolar no Processo de Aprendizagem de alunos da escola municipal Santa Terezinha de São Francisco de Sales”. Como eu queria pesquisar sobre a merenda, e naquele momento eu era a responsável por ela dentro das instituições educacionais do município de São Francisco de Sales/ MG, pensei, então, em alinhar meu objeto com o meu cotidiano laboral, sentindo-me um pouco cômoda, até então.

O ano de 2020 trouxe consigo uma mudança para todas as nossas vidas, a pandemia de COVID-19¹, que nos submeteu a uma nova realidade vivenciada em escala mundial, e que nos apontaria para um novo modo de viver e se socializar. Sem opções, ela impôs como seria nosso cotidiano a partir daquele momento. A reclusão em nossos lares e o distanciamento social seriam nossas únicas armas, momentaneamente, de proteção contra o vírus, até a corrida pela vacina e medicamentos que pudessem atenuar sua rápida propagação. Além de reflexos econômicos, amplamente problematizados nesse período no Brasil, e até mesmo em alguns momentos colocados no topo das preocupações pelo governo do então presidente Jair Bolsonaro, a pandemia atingiria algo mais profundo e vital, desmembraria famílias, ceifando vidas e trazendo a dor para a população, deixando um rastro no mundo, rastro esse que hoje já faz parte de nossas histórias de vida.

A exposição das desigualdades sociais presentes em nosso país foi um dos principais fatores diretamente afirmados por esse momento. A população que pôde se recluir em seus lares na esperança de que tudo passasse, logo se evidenciou privilegiada. As camadas populares que formam a maioria da mão de obra foram convidadas a lutar diariamente, mesmo com a presença e propagação do vírus, sendo que seus serviços prestados foram considerados essenciais e impossíveis de serem interrompidos, colocando-os, assim, em situação de maior exposição e fragilidade, já que o vírus, segundo Boaventura de Souza Santos (2021):

Ao contrário do que quer muito o discurso oficial, não ataca indiscriminadamente. Prefere as populações empobrecidas², vítimas de fome, de falta de cuidados médicos, de condições de habitabilidade, de proteção no trabalho, de discriminação sexual ou etnoracial (SANTOS, 2021, p. 43).

A educação foi outro campo de nossas vidas afetado de modo irreparável, as aulas tiveram que ser suspensas, as escolas fechadas, enfim, tudo se calou. O novo cenário deixou toda a população de mãos atadas. Aos poucos, novas possibilidades de socialização foram surgindo e sendo criadas, principalmente a partir do uso das tecnologias digitais a nosso favor: as aulas passariam a ser ministradas de modo *online*, um novo formato, todos em suas casas,

¹ Segundo Boaventura de Souza Santos (2021), em sua obra *O futuro começa agora: da pandemia à utopia*, a Covid-19 foi uma nova síndrome respiratória viral, sendo que essa rapidamente correu o mundo. Em março de 2020 a Organização Mundial de Saúde (OMS) oficialmente a reconheceu como uma pandemia.

² Nesse trabalho utilizaremos a ideia de pobreza formulada pela cátedra Josué de Castro: “O conceito de pobreza enfim, não pode ser reduzido à noção de precariedade de renda; é complexo e abrangente, está relacionado a vários tipos de desigualdades – de raça, gênero, território, idade, etnia, classe, participação, poder, portanto, também as soluções e busca por maior igualdade passarão por todas essas interseccionalidades” (CAMPELLO; BORTOLETTO, 2022, p. 162)

conectados por uma câmera, que iria expor, além da privacidade domiciliar, as fragilidades e as angústias que passaram a ser compartilhadas durante as vídeo chamadas.

O processo seletivo do mestrado foi totalmente atingido, ficando suspenso por um período e retomado de modo remoto em meados de 2020. Nos primeiros contatos com meu orientador, de modo virtual, após a publicação de minha aprovação, ao conversarmos sobre meu objeto de estudos me sugeriu trabalhar a merenda escolar, propondo a história da merenda. Eu estava preocupada, pois, com a pandemia, as escolas estavam fechadas, não havia aulas presenciais e muito menos oferta de merenda escolar³. Meu projeto inicial dependia totalmente de contato com os alunos, eu queria a merenda, mas agora teria que redesenhar minha pesquisa.

Foi então que tive contato com a obra *Geografia da Fome*, publicada originalmente em 1946, escrita por Josué de Castro. Sinceramente, eu não conhecia o autor, pois o curso de nutrição trata muito das questões do alimento, de saúde e dietas e o campo social fica um pouco esquecido. Conhecer a trajetória de Castro me deixou muito animada, principalmente ao saber das relações que toda sua abordagem tinha com a criação da campanha de merenda escolar no Brasil. Compreender a apresentação da fome exposta pelo autor como uma construção social e como determinados estratos sociais são mais atingidos historicamente por essa mazela, me ajudaram nos passos iniciais para a compreensão da alimentação para além de simples ato fisiológico e, também, como questão política.

A obra *História da Alimentação no Brasil* de Luís da Câmara Cascudo (2011 [1967]), também me auxiliou na compreensão sobre a introdução do alimento na sociedade brasileira, apesar de Cascudo tratar da alimentação partindo de um olhar mais ligado a miscigenação, ele travava alguns diálogos com Josué de Castro, e apesar de, um tratar dos que comiam e o outro dos que careciam de alimento⁴, consegui iniciar o processo de reestruturação do meu projeto. Outras leituras, também sobre alimentação, foram se juntando às minhas reflexões, dentre elas *Comida e Sociedade* de Henrique Carneiro (2003), *Comida como Cultura*, de Massimo Montanari (2013), dentre outras que se fizeram fundamentais para compreensão do papel do alimento na sociedade. Consegui localizar, junto à Biblioteca do Ministério da Saúde, a obra de Coimbra, Meira e Starling (1982), *Comer e Aprender: uma história da alimentação escolar no Brasil*. Fiquei muito feliz por ter conseguido o acesso, em um momento tão delicado, a um

³ Em 07 de abril de 2020, foi sancionada a Lei n.º 13.987, que trata de autorizar em caráter excepcional que os gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar fossem distribuídos aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de Educação Básica, em razão da emergência ou calamidade pública. Disponível em: < <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.987-de-7-de-abril-de-2020-251562793>>. Acesso em: 10 out. 2020.

⁴ Leme (2019), em seu artigo *Câmara Cascudo e Josué de Castro – Um diálogo sobre a epistemologia da Alimentação*, discute a incipiência dos estudos sobre a alimentação e obras dos dois autores em questão.

trabalho clássico sobre a merenda no Brasil e que não se encontra disponível com facilidade. Desse modo, eu já tinha bases para iniciar uma pesquisa histórica sobre alimentação escolar.

As primeiras leituras me permitiram fazer interlocuções necessárias para debater as premissas sociais que levaram à necessidade de criação das políticas de alimentação e, ainda mais importante, tratar dos sujeitos que mais eram e são receptores de tais políticas. Localizei a existência de muitos escritos e reescritos sobre a trajetória de criação do programa de merenda no Brasil, como teses, dissertações, artigos, documentos oficiais. Enfim, pude notar que a merenda escolar como objeto de estudos, em nível nacional, tinha uma grande representatividade, seja por questões sociais, políticas e/ ou econômicas.

Durante as disciplinas do mestrado fui apresentada à Micro história – Carlo Ginzburg (1989a; 1989b), Giovanni Levi (2000), Jacques Revel (2010) –, um gênero da historiografia completamente desconhecido para mim, até então, com uma proposta de redução da escala de observação de objetos, em diálogo com o contexto maior:

Desde os anos de 1980, levar em consideração as escalas de observação assumiu um lugar importante no debate dos historiadores. O programa de uma micro história foi recebido como uma proposta nova, nem que fosse incômoda, nem que fosse porque rompia com os hábitos da historiografia dominante (REVEL, 2010, p. 434).

Tal metodologia chamou minha atenção e comecei a pensar a merenda que sempre é apresentada como um todo em uma grande história e como poderia observá-la de modo mais particularizado, realizando uma análise mais isolada.

A proposta começava a se formar, mas ainda alguns pontos vagos me deixavam inquieta: como eu poderia trabalhar a merenda, apresentando o cenário de sua instauração, de um modo mais próximo ao leitor, um modo que talvez pudesse ter sido vivenciado além dos grandes centros urbanos, mas, que dialogasse com os acontecimentos oriundos do período? Outra questão: onde eu iria fazer essa análise micro histórica, como envolver tudo isso em uma proposta na educação? Alexandre Ribeiro Neto (2018, p. 17), quando trata sobre *A micro História como aporte teórico para os estudos em História da Educação* menciona que “logo será preciso que o pesquisador monte um modelo explicativo, buscando em outros arquivos fontes do mesmo período e local, dados sobre a sociedade que ele deseja conhecer”.

Eu precisava de um local, de fontes, de um período e tinha a história da merenda escolar e suas raízes, significados sociais e econômicos, mas, precisava traçar um diálogo entre todos esses pontos. Foi aí, então, que encontrei bem à minha frente. A cidade de Itapagipe é onde cresci e a Escola Santo Antônio, da rede estadual de ensino, onde estudei, foi fundada no ano

de 1952. O “paradigma indiciário” de Carlo Ginzburg (1989b), nesse momento, foi meu “norte”, buscando os vestígios, os rastros, tudo que fosse possível encontrar sobre a merenda ofertada na Escola Santo Antônio no período de instauração do programa em nível nacional. Para Ginzburg (1989b), os indícios estão na maioria das vezes imperceptíveis, o foco em observar os grandes fenômenos, muitas vezes, deixa passar acontecimentos pouco notados, despercebidos e que podem se mostrar reveladores.

Iniciado o processo de busca nos arquivos da escola⁵, posteriormente estendidos aos arquivos da Secretaria de Educação, Prefeitura e Câmara Municipal de Itapagipe, me via como Ginzburg (1989a), comparando, como um detetive, investigando e procurando, em alguns momentos nem sabia dizer o quê, só sabia que iria encontrar. E, assim, além de documentos, fotos, livros, conversas informais, encontrei-me com as merendeiras que trabalharam no Grupo Escolar Santo Antônio na década de 1960, por meio dos registros de contratações dos funcionários localizados nos arquivos da escola. Cheguei, assim, até elas. Em conversas preliminares que tivemos, pude ter acesso a uma história sobre a merenda que não estava escrita, as vivências daquelas mulheres não se encontravam registradas, mas se conectavam com os desdobramentos historiográficos presentes na literatura, ou seja, estavam em diálogo contínuo; no entanto, não foram passadas para o papel. O modo como elas me apresentaram suas vivências dentro da cozinha do Grupo Escolar Santo Antônio partiu de reminiscências que elas tinham sobre o período; a memória dessas mulheres como campo de pesquisa tornou-se uma fonte valiosíssima para meu estudo.

A utilização de fontes orais e memória, ainda que muito presente em pesquisas contemporâneas, enfrenta de modo recorrente certa relutância por parte de alguns pesquisadores. A confiabilidade dada às lembranças dos sujeitos é, de modo costumeiro, interrogada se é passível de confiança. No entanto, conforme Alessandro Portelli, (2010, p. 241), elas teriam finalidades distintas, ao afirmar que “a oralidade e a escrita estão sujeitas a riscos opostos e complementares: a voz é ameaçada pela impermanência e pela labilidade. A escrita é ameaçada pela permanência e pela fixidez”. Ainda sobre essa questão, Meihy e Holanda (2020) apresentam como fundamental e legítimo dessa metodologia o fato de os documentos de codificações oral e escrita terem o ser humano como produtor; sendo assim, ambos estariam passíveis de desnaturalização e crítica.

Dentro do trabalho historiográfico, utilizar a metodologia de História Oral possibilita, retomando Alessandro Portelli (2010, p. 27), “principalmente um modo de deixar a política e

⁵ Como as escolas encontravam-se fechadas devido à pandemia e, posteriormente, a cidade de Itapagipe teve inúmeros decretos de *lockdown*, somente consegui iniciar o processo de pesquisa nos arquivos em meados de 2021.

as condições sociais vivas e tangíveis, evidenciado seu impacto sobre a vida de determinadas pessoas”. Esse impacto pode ser expresso em um diálogo importante entre passado e presente por meio da escuta do Outro, possibilitando o acesso a eventos vivenciados de modo individual ou coletivo, mas que não estejam materializados na escrita, encontrando-se em consonância com um meio maior.

Desse modo, consegui estabelecer meu objeto de estudos, campo de pesquisa e métodos. As reminiscências que as merendeiras me confiaram foram utilizadas sob a luz dos aportes teóricos de José Carlos Sebe Bom Meihy e Leandro Seawright (2020), Alessandro Portelli (2010; 2020) e Ecléa Bosi (1994), e juntaram-se a todo o arcabouço já construído, envolvendo-se na sustentação do trabalho que aqui materializamos na presente dissertação, intitulada *Merenda Escolar em Itapagipe/ MG: Sujeitos, Memórias e Instituições (1952-1988)*.⁶

⁶ Por envolver contato direto com seres humanos, essa pesquisa foi submetida à Plataforma Brasil (Ministério da Saúde), tendo sido aprovada após análise pelo Comitê de Ética com Seres Humanos da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), por meio de parecer favorável à sua realização. Protocolo: CAAE 42865321.6.0000.8030.

INTRODUÇÃO

A alimentação encontra-se inserida nos estudos da chamada Nova História Cultural, em que, de acordo com Peter Burke (2008), os objetos de estudos e os campos de análises se ampliaram, tornando-se ecléticos, tanto no plano coletivo como no individual. Nesse âmbito, compreende-se que nosso objeto se insere em uma nova gama de possibilidades. Podemos, ainda, destacar que a chegada e importância da merenda escolar dentro das instituições de ensino público brasileiras encontra-se partícipe da construção histórico-social, quando pensada a história da educação brasileira.

A merenda escolar, oferecida de modo gratuito e que chega ao prato das crianças que frequentam as instituições públicas de ensino no Brasil⁷, faz parte do atual Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), instaurado no Brasil na década de 1950. Trata-se de uma política pública que atende a alunos de toda a Educação Básica, desde a Educação Infantil, o Ensino Fundamental, o Médio e a Educação de Jovens e Adultos, matriculados em escolas públicas, filantrópicas e em entidades comunitárias conveniadas com o poder público (BRASIL, 2022).

Suas diretrizes iniciais trataram de direcionar o programa para a redução do então quadro de evasão escolar e de desnutrição. Ao longo dos anos tais diretrizes foram se alargando e, hoje, visam também a contribuição para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis nos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as necessidades nutricionais durante o período letivo (BRASIL, 2009).

A criação do programa de merenda escolar no Brasil possui raízes em discussões e temas latentes dentro do quadro social, dentre esses a fome se destaca, questão que tem suas discussões ampliadas com mais afinco no início da década de 1930, momento a partir do qual médicos e estudiosos da alimentação passaram a contestar a situação de penúria alimentar que grande parcela da população vivia. Estudos começam a ser realizados, constatando que a fome existente dentre a população era de cunho estrutural e social, carecendo de intervenção por parte das esferas governamentais.

As iniciativas estatais associaram-se naquele momento à ciência da nutrição, que desabrochava também no final da década de 1930, dando assim os passos iniciais para a criação

⁷ Nos Estados Unidos da América, por exemplo, o programa não é gratuito e universalizado para todos os alunos, assim como é no Brasil. Lá se encontra a questão da renda como um “fator de elegibilidade para que o aluno possa usufruir da alimentação escolar”, sendo assim direcionada a populações mais vulneráveis (CESAR *et.al.*, 2018).

de políticas públicas de alimentação, que tiveram como primeiro público-alvo os trabalhadores, com a criação do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS). Posteriormente, dentro desse projeto, iniciam-se discussões e olhares são lançados a um novo público: as crianças em idade escolar, sendo essa a primeira “luz” sobre a criação do programa de merenda, mas que ainda teria uma longa caminhada até sua instauração, em 1955.

Ao pensarmos as questões entrelaçadas historicamente ao público de destino da merenda dentro das escolas públicas, contemplamos um alunado que sofre de determinantes estruturais e sociais e que, segundo o professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Rodolfo Hoffman (2012), caracterizam um “caráter assistencialista” do programa. Tais determinantes compreendem-se fortemente ligados ao que podemos chamar de escassez⁸ de alimentos pela população.

Confirmada a existência para além dos muitos escritos que foram produzidos ao longo dos anos sobre a alimentação escolar, seu processo histórico de criação, posteriormente embasado em leis, notas técnicas e no próprio alunado como receptivo a essa política, o presente trabalho busca especificamente apresentar uma narrativa local na cidade de Itapagipe, interior de Minas Gerais, entre os anos de 1952 e 1988. O recorte temporal é baseado e justifica-se por ser esse período ligado à instauração do programa no país e a inserção no lapso temporal de inauguração da primeira escola pública do município em questão; o prosseguimento até o ano de 1988 se dá pelo momento em que a alimentação do escolar é inserida na Constituição Federal e considerada, assim, direito do aluno e dever do Estado.

Apesar de relevante temática, a disponibilização de víveres aos alunos muitas vezes figura como coadjuvante dentro das instituições de ensino, nas pesquisas e nos estudos na área da educação. Sendo assim, podemos caracterizar o relevante ineditismo da proposta aqui materializada. Além disso, o fato de o discurso nacional macrohistórico sobre a supracitada política, majoritariamente, camuflar pequenas realidades envolvidas na oferta alimentar nos distintos ambientes de ensino espalhados pelo Brasil, apresentando, assim, mais ênfase em narrativas contextualizadas sobre a temática, na maioria dos casos a partir dos acontecimentos em grandes centros urbanos. Desse modo, concomitantemente, apresentaremos uma contribuição histórico-social para o município de Itapagipe no que se refere à alimentação escolar, já que essa não se apresenta narrada ou trabalhada anteriormente.

⁸ A escassez de alimentos tratada nesse trabalho busca ser compreendida tanto no que tange à produção como, também, envolta em mecanismos como renda e má distribuição, sendo também considerados determinantes para quadros de algum tipo de carência alimentar. Desse modo, compreende-se que faltam mecanismos assertivos que conduzam o acesso à alimentação de modo universal.

Alguns aspectos particulares analisados no espaço em questão nos auxiliam na concepção de questões necessárias a serem esclarecidas ao longo do estudo:

- ✓ Era servido algo aos alunos de Itapagipe, anteriormente ao projeto de merenda em nível nacional?
- ✓ Se era, como era? Quais eram os recursos para isso?
- ✓ Quais principais atores nesse cenário, antes e após a materialização da oferta alimentar dentro da instituição de ensino?
- ✓ Como se deu o processo de adesão da política de alimentação escolar em nível local?
- ✓ Qual seria a importância aferida ao alunado presente?
- ✓ Quais relações encontram-se em diálogo entre o trajeto de chegada da merenda à escola e o cenário nacional, no que concerne aos aspectos sociais da alimentação e da população local?

Para chegarmos propriamente ao ano de 1955, na então instituição da Merenda Escolar no Brasil e à formulação do estudo local da cidade de Itapagipe, uma narrativa histórico-social se faz necessária para apresentação e discussão de algumas das possíveis raízes cronológicas presentes e construídas em nossa sociedade que, ao longo dos anos, resultaram na necessidade da criação de políticas sociais voltadas para a alimentação.

O embasamento teórico histórico servirá de auxílio, também, para a apresentação dos atores e das ações envolvidas na criação e corporificação do projeto de Merenda Escolar, buscando-se, assim, a apresentação de mecanismos narrativos que resultem em um processo de reflexão e discussão sobre as construções de práticas alimentares associadas a questões sociais da população. A necessidade de compreensão de como a construção cultural alimentar se formou e de como foi inferida por ações humanísticas que conduziram o alimento a se tornar mercadoria em nossa sociedade resulta em distintos desmembramentos acerca da temática, que podem nos levar a produção de reflexões sobre esse quadro histórico social.

A dissertação aqui em curso foi dividida em três sessões: I – Aspectos históricos: o alimento, a fome e as políticas públicas de alimentação abordará questões do alimento em si na sociedade, aspectos históricos que tratam sobre seus significados, usos, abastecimento, em diálogo com a oferta e o alcance pela população. Tal narrativa estabelece conexões com renda e poder aquisitivo, já que o acesso aos alimentos se dá pelo poder de compra que possuímos e, assim, como todo esse cenário foi moldado historicamente no Brasil. Utilizaremos como ferramenta de elucidação ao leitor o processo monocultor instalado em nossas terras, que abriu as portas para uma produção em larga escala de alguns alimentos, em detrimento da produção

de outros, essenciais à manutenção da vida. Associam-se a essa discussão os processos de urbanização, de industrialização e do êxodo rural, que se conectam à produção de pautas de cunhos social, político e econômico dentro do quadro alimentar.

Prosseguindo a primeira sessão, discutimos uma leitura complexa produzida pelo cenário apresentado no item anterior e que ao longo dos anos aumentou o peso da necessidade de criação das políticas de alimentação. Assim, a fome será apresentada como um problema social e estrutural e que teve Josué de Castro como um dos grandes expoentes brasileiros sobre a temática já no início da década de 1930, momento em que passa a ser objeto de maior debate. Castro é considerado um dos maiores responsáveis por trazer foco a essa mazela, encontrando-se inserido em projetos que incluíam a oferta de alimento a determinados grupos específicos, tema que será desenvolvido ao falarmos sobre a criação das políticas de alimentação e seu primeiro público destinatário, os trabalhadores.

Outros atores surgirão nesse caminho, seguindo os passos de Castro, como é o caso de Dante Costa que, dentro do já criado plano de alimentação dos trabalhadores, passa a inserir o que Coimbra, Meira e Starling (1982) chamam de projeto inicial de oferta alimentar aos alunos. Assim, os escolares passam a integrar o novo público-alvo de direcionamento das políticas de alimentação. Temos a finalização de nossa primeira sessão com a tão almejada instituição oficial de um programa de Alimentação Escolar, em 1955, com proposta de alcance em nível nacional.

Após a apresentação do cenário alimentar brasileiro e de suas raízes estruturais e sociais produzidas e reproduzidas, nos encaminhamos para, com uma lupa, seguir os vestígios propostos por Carlo Ginzburg (1989b) e, assim, na sessão II, intitulada Tramas locais sobre Alimentação Escolar: percursos e sujeitos, daremos espaço para a Merenda Escolar em um cenário específico, adentrando ao município de Itapagipe. Por meio de uma análise local, buscase um diálogo entre uma macro e uma microhistória a respeito da merenda, no recorte temporal do período de instauração do programa no país. Comprovada a inexistência de estudos acadêmicos locais referentes a essa temática, busca-se uma apresentação mais específica dos acontecimentos, por meio de uma análise minuciosa dos fatos, revelando, assim, uma inédita história local.

Investigações valendo-se de análises microhistóricas⁹ têm se mostrado em ascensão, desmistificando a grande valorização das narrativas e histórias universais, já que essas não se

⁹ Para Ginzburg (1989a), a análise microhistórica seria bifronte, ou seja, poderíamos, para melhor compreensão, simplificar dizendo que ela teria dois lados, um movendo-se em uma escala reduzida, permitindo em muitos casos

encontram próximas aos acontecimentos circunscritos. Ainda conforme Ginzburg (1989a, p. 172), essa ascensão estaria ligada “a dúvidas crescentes sobre determinados processos históricos”. Desse modo, com objetivo de desvelar fatos históricos sobre a alimentação escolar de Itapagipe, busco nos arquivos públicos da Escola Estadual Santo Antônio¹⁰, por documentos, fotografias ou quaisquer outras fontes que possam ter ligação com a merenda no recorte temporal proposto. O trabalho inicial mostrou que eu precisaria ir além, buscando em outros locais mais documentações que estivessem vinculadas à minha aspiração. Me dirigi aos arquivos da Prefeitura e da Câmara Municipal, a fim de obter informações, documentos, leis ou quaisquer que fossem os rastros relativos à oferta alimentar educacional em Itapagipe naquele período.

Outra fonte também utilizada nessa investigação trata-se de um livro que conta a “história oficial”¹¹ do município de Itapagipe, *Nossa História* (LIMA, [1992?]), sendo esse imprescindível para juntar-se aos vestígios documentais encontrados nos arquivos. A obra conta com fotografias e narrativas sobre a história local, assemelhando-se aos livros de memorialistas, em que mesmo tendo a utilização de documentos, esses não são explicados ou contextualizados. O trabalho é de autoria de Dona Jurani Gonçalves de Lima, senhora que exerceu o cargo de professora e posteriormente diretora da primeira escola na zona urbana de Itapagipe, tendo realizado no município diversas participações no ambiente educacional¹², hoje considerada pessoa importante da cidade, um “símbolo” da educação local.

Ainda em 2020, a procurei para conversarmos sobre a merenda no período em que era diretora da escola e, durante algumas conversas informais que tivemos, ela rememorou os acontecimentos escolares que envolviam a alimentação, apontando o seu olhar e suas percepções de vivência, no lugar de fala que possuía naquele período, como diretora. Suas lembranças vieram à tona e passamos horas conversando. Fez menção aos esforços que,

uma reconstituição do vivido, impensável noutros tipos de historiografia. De outro lado, ela propõe-se a indagar as estruturas invisíveis dentro das quais aquele vivido se articula.

¹⁰ No período da criação do município de Itapagipe, ano de 1952, a instituição de ensino era municipal. Anos depois, a referida passou por um processo de estadualização. Essa explicação de modo mais aprofundado será apontada na sessão II.

¹¹ Para Prestes (2010), “História Oficial” seria aquela elaboração histórica que convém aos grupos dominantes na sociedade e que se encontra consagrada e difundida principalmente nos livros escolares e na mídia. Ver: O historiador perante a “História Oficial”. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/9607/7031>>. Acesso em: 10 nov. 2020.

¹² Atuante como diretora do Grupo Escolar Santo Antônio durante um período de cerca de 32 anos, Jurani Lima também foi casada com o senhor Antônio Gonçalves de Paula, prefeito da cidade nos períodos de 1977 a 1983 e de 1989 a 1992, Na obra *Nossa História*, a autora deixa afirmado o grande papel para a educação que ela credita a si própria, em um momento em que o município não contava com nenhuma professora formada e, em suas palavras, ela “começaria uma árdua tarefa de ensinar os professores, para unidos melhorarem a escola” (LIMA, 1992, p. 181).

segundo ela, eram grandiosos para a distribuição de merenda aos alunos, enfatizando sua própria atuação e de toda a comunidade, mesmo em momentos de dificuldade. Mencionou eventos que eram realizados pelo caixa escolar, eventos esses que levantariam fundos para contribuir com a compra de alimentos distribuídos ao alunado e a ajuda da prefeitura local e do governo estadual, que aos poucos surgia e que, mesmo assim, muitas vezes não era suficiente.

Constantemente observa-se a construção de uma memória autobiográfica¹³ de Dona Jurani junto à história de Itapagipe, principalmente nos aspectos voltados à educação do município, e possíveis tentativas de ajudar, em suas palavras, a cidade. Em um trecho específico do livro *Nossa História* (LIMA, [1992?], p. 76), é possível observar essa afirmação de juízo de valor realizada pela autora, em que ela lamenta não ter conseguido eleger-se como deputada estadual. Mesmo assim, em suas palavras, “faz o máximo que consegue para Itapagipe”. Em sua residência ela me apresentou um grande acervo pessoal que possuía sobre seus tempos à frente da educação local, do qual cedeu algumas fotografias e imagens para uso na pesquisa.¹⁴

A utilização dessas fontes nos traz inspirações da importância da guarda e conservação documental. Para Monks (2019), isso reforçaria a ideia de que os objetos guardam memórias e com os crescentes estudos de cunho histórico, a constituição de arquivos pessoais, públicos, materiais ou imateriais é de suma importância para preservação e análise de histórias a partir de distintos vieses. Atualmente, o livro *Nossa História* faz parte do acervo da Casa da Cultura dona Fatinha¹⁵, localizada no centro de Itapagipe. Nota-se a importância de sua utilização, visto não existir outra narrativa completa desde a criação do município. O trabalho é, até os dias atuais, considerado importantíssimo e sua narrativa é muito respeitada, trabalhada nas escolas do município e, digamos, de certo modo, incontestável aos olhos da população, criando-se em torno da autora certa admiração por parte dos cidadãos itapagipenses.¹⁶

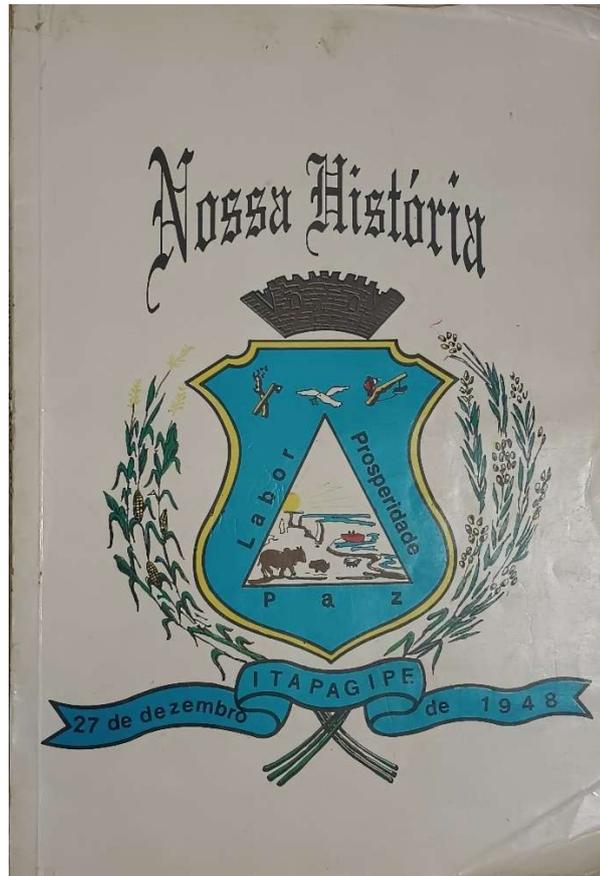
¹³ Rosimar Esquisani (2012, p. 223) explica como o uso de uma memória autobiográfica estaria apoiada na memória social.

¹⁴ A participação de Dona Jurani Lima estava prevista para ir além de conversas informais nesse trabalho, mas, infelizmente, em janeiro de 2021 ela veio a óbito em decorrência de complicações da Covid-19, uma vez que se encontrava em idade avançada e não conseguiu evoluir para um quadro de melhora.

¹⁵ A casa da Cultura Dona Fatinha abriga itens relacionados à história cultural, econômica e política de Itapagipe.

¹⁶ Gentílico para se referir aos nascidos em Itapagipe.

FIGURA 1 – Capa do Livro *Nossa História* [1992?]



Fonte: Arquivos Escola Estadual Santo Antônio. Figura adaptada pela autora, 2021.

Carlo Ginzburg (2007), afirma que abordagens que se apoiam em um único documento seriam passíveis de indagação. No caso, o livro *Nossa História* contrasta com o defendido pelo autor, sendo o único documento conhecido que conta a história de criação do município de Itapagipe. Assim, os fatos ora narrados nele são, até então, fonte considerada legítima para os estudos que envolvam o local. No entanto, é preciso buscar outras fontes que sustentem, indaguem ou nos revelem além das linhas escritas em *Nossa História*. Retomemos, pois, as palavras do professor Ademilson Paes:

Evidentemente, os fatos e documentos não falam por si. É preciso que o pesquisador os aborde e os interprete, procurando compreender o que eles trazem embutidos em sua essência [...]. Então, não é por estarem nos documentos, que os fatos teriam ocorrido exatamente daquela forma (PAES, 2011, p. 21).

Sendo assim, a utilização da obra subsidiará a verificação de lacunas e de impressões para uma investigação mais aprofundada sobre determinados assuntos que possam se mostrar

esquecidos, ocultados ou negligenciados de alguma forma quando foram descritos no papel, mas que estejam conexos à nossa abordagem.

De acordo com Thompson (2009), seria difícil encontrar documentos publicados na maioria das vezes locais e com foco no objeto de interesse do historiador. Isso é possível se notar em Itapagipe, pois o único documento considerado de cunho oficial que se tem sobre o período proposto dessa pesquisa, gira em torno de contar uma história aos olhos da classe dirigente do município, não existindo outras bases documentais que possam ser acessadas para um contrabalanço da narrativa. Por essa razão, o esforço de reunir todas as fontes possíveis se faz necessário, na tentativa de escrita de um trabalho inédito e que seja reflexo da realidade.

Amparada, então, pela obra e por documentos localizados nos arquivos públicos locais, dissertaremos na sessão II sobre o município, seus aspectos de criação, características da população, arquitetura, criação das escolas, sujeitos envolvidos em toda essa história. A apresentação da cidade e suas particularidades, além de auxiliar o leitor no imaginário de onde os fatos se desdobraram, mostra-se importante, já que, a partir daqui, utilizaremos uma investigação local, particular. Ginzburg (1989a, p. 169), caracteriza esse tipo de abordagem como sendo de “novas tendências na investigação” encontrando-se ainda em fase “embrionária”. Ao apresentarmos as dúvidas levantadas por Ginzburg, descortinaremos um fortalecimento local dos acontecimentos necessários à pesquisa para um enriquecimento de relações da sociedade sob a ótica da adesão e constituição da disponibilização de alimentação no ambiente escolar.

Além de discorrer sobre as tramas envolvidas na alimentação escolar do município no período inicial do programa, na sessão II buscamos realizar uma ligação com o quadro educacional local, no que se refere às escolas, com foco no Grupo Escolar Santo Antônio. Aspectos como a divisão espacial dentro do município também são levados em consideração, visto serem assuntos correlacionados a diferenças sociais e econômicas do alunado, e que serão mencionadas mais à frente, contribuindo para a reflexão sobre para quais sujeitos a merenda na escola é direcionada.

A sessão III – Rememorar a cozinha da escola: ouvir e contar desenvolve um processo de materialização e diálogo com toda a narrativa produzida e apresentada até aqui, trazendo vida a ela, em que convidamos para nos auxiliar a tecer esse encerramento do estudo antigas funcionárias do Grupo Escolar Santo Antônio que atuaram na função de merendeira. Três mulheres que trabalhavam fora e dedicaram suas habilidades na cozinha, na produção da alimentação que era oferecida aos alunos. As narrativas produzidas por elas mostram-se fundamentais para a análise e ajudam na condução das respostas aos questionamentos e

objetivos formulados aqui inicialmente e serão corroboradas ou interrogadas com a documentação e escritos localizados e acessados.

Quadro 1 – Entrevistadas que ocuparam a função de merendeiras no Grupo Escolar Santo Antônio

Nome	Cargo	Período de ocupação
Jaci Ferreira do Amorim	Servente	1964 - 1977
Maria Rosa da Silva	Servente	1964 - 1967
Odonira Juca do Amorim	Zeladora	1964 - 1994

Fonte: Entrevistas concedidas à autora no ano de 2021.

Para Esquisani (2012), a narrativa oral seria diversa das fontes documentais, pois não estaria disposta à espera do pesquisador e, sim, carente de uma remontagem e socialização para posteriormente tornar-se fragmentos documentais. Os sujeitos, ao se disporem a partilhar suas lembranças com o pesquisador, mergulham em um processo de rememoração de acontecimentos, já que eles presenciaram e vivenciaram os fatos. Importante, novamente, esclarecer que essas narrativas são produzidas de acordo com o lugar social e de fala desses sujeitos, no determinado período, com suas reações e lembranças distintas acerca de um mesmo período e momento específico; narrativas são constituídas dessa maneira: nada pode ser afirmado como verdade absoluta e universal.

Paulo Freire (2021a) reflete sobre o ser humano estar sempre condicionado a ir além diante de determinada situação e isso não seria adverso ao se trabalhar com memórias e oralidades, pois cada lembrança, gesto e feição são produzidos naquele momento. Talvez em outra situação, a mesma conversa poderia constituir a rememoração de recordações esquecidas, repetição ou complemento sobre algum acontecimento, sendo tecidos pontos de vista que se alteram com o passar dos tempos e conforme o meio ao qual o narrador está inserido, tornando a oralidade irreprodutível (PORTELLI, 2010). Desse modo, o pesquisador, ao se propor um trabalho com utilização dessas fontes, trata, também, de lidar com mais esse desafio, ir além: construir e reconstruir momentos vividos permeados pelo caráter mutável das memórias produzidas.

Recorrer ao uso da história oral e da memória me permitiu buscar os sujeitos que estiveram envolvidos em minha narrativa. Entrevistá-los, iniciou um processo de acesso a suas memórias, apresentando-me ainda parte de suas histórias de vida. Ecléa Bosi (1994), em seu trabalho sobre a cidade de São Paulo, faz uso de narrativas a partir de memórias de velhos,

como ela os nomeia, e afirma ser o modo deles “lembrar é individual” (BOSI, 1994, p. 31). Essa individualidade, intrínseca à memória, pode ser acessada durante as entrevistas e não podemos deixar de lado que, no decorrer das conversas, somos tomados por ouvir além do que buscamos e, também, por estereótipos que são perpetuados ao longo dos anos. No entanto, é possível em alguns momentos dos encontros o acesso a mais que lembranças, enxergando-se um transpasse de opiniões, frustrações, saudades e, talvez, lembranças sobre acontecimentos que foram guardados e não pronunciados no período vivido.

I ASPECTOS HISTÓRICOS: O ALIMENTO, A FOME E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

“Desde que nasce o homem precisa obter sua alimentação”.
(CASCUDO, 2011 [1967], p. 19)

Com essa epígrafe, escrita por Luís da Câmara Cascudo em sua obra *História da Alimentação no Brasil*, publicada originalmente em 1967, iniciamos nossa discussão e o trabalho aqui formulado. Se, desde que nasce, o homem precisa alimentar-se como condicionante à manutenção da vida, é importante e necessária a análise e reflexão sobre o imprescindível papel e transformações que o alimento sofreu e adquiriu ao longo dos anos em nossa sociedade, e que, com o passar dos anos, o conduziu às políticas de Estado, materializando-se nas chamadas políticas sociais. Nesse âmbito estiveram voltadas para o fortalecimento do acesso à alimentação da população, mais tarde transpondo, também, os portões escolares.

A historiografia apresenta os usos plurais do alimento, configurados na sociedade, desde remédio para cura de enfermidades à utilização como forma de pagamento, conforme apresentado por Rafael Chambouleyron (2020, p. 115), em seu artigo *Alimentos, pagamentos e trocas na Amazônia Colonial (séculos XVII e XVIII)*. O alimento era “dinheiro da terra”, desdobramento esse apresentado como peculiar na região amazônica, no entanto, não sendo exclusiva dessa área geográfica, em um período no qual a moeda metálica era proibida de circular. Esse emprego como método de pagamento transcende para a discussão da monetização que um item vital para sobrevivência, o alimento, sofreu e sofre na sociedade ao longo da história. Isso transformou o ato da alimentação em um marcador de comportamentos da produção de hierarquias e, também, segundo a pesquisadora Eliane Morelli Abrahão (2020, p. 615) em “[...] caráter de distinção social, seja pela escolha e pelo preparo das iguarias, seja pelas práticas de sua apresentação, revelando comportamentos de alguns grupos sociais”.

Henrique Carneiro (2003, p. 16) chama a alimentação de “um fenômeno fundador da economia”. A questão inicia-se, portanto, de que economia estaríamos falando e, principalmente, quem foram as populações afetadas e quais foram as respostas necessárias a essa construção social dada ao alimento ao longo dos anos na sociedade.

Assim, essa seção abordará questões relativas a aspectos histórico-culturais e sociais ligados à alimentação e que afetaram de modo direto a sociedade. Conforme Montanari (2013, p. 15), “na experiência humana, de fato, os valores de base do sistema alimentar não se definem em termos de ‘naturalidade’, mas como resultado de representação de processos culturais que

preveem a domesticação, a transformação, a reinterpretação da natureza”. Desse modo, traçaremos aqui discussões sobre esse moldar que o alimento recebeu desde o processo de colonização e que gerou fortes resultantes produzidas por esse cenário, o qual posteriormente após rumos traçados pelo homem teve que lidar com a precariedade resultante de má distribuição de acesso, principalmente para determinados segmentos sociais, apresentando, assim, à sociedade a fome, resposta essa dura e que se mantém longeva.

Os aspectos históricos tornam-se importantes no contorno do cenário para compreensão das condicionantes de criação das políticas de alimentação, que primeiramente foram desenhadas e direcionadas pelo estado para a classe trabalhadora do país já na década 1940, mas, que intrinsecamente ao objetivo de alimentar os trabalhadores, alimentar seus filhos tornara-se o próximo passo da escalada de benefícios sociais. Para se chegar até as crianças, o espaço educacional passa, então, a ser vislumbrado e utilizado como local estratégico para distribuição alimentícia.

Com a instauração da merenda escolar na década de 1950, um novo cenário e importância começam de modo especial a serem dados às questões sociais sobre alimentação no país, mesmo que o caminho fosse longo, permeado por processos de transformações, reformulações, pertencimento a distintos órgãos governamentais, tudo sob um poder centralizado¹⁷ de distribuição e coordenação para que, finalmente, com o advento da Constituição Federal de 1988, a alimentação pudesse ser tratada como dever do Estado intrinsecamente às obrigações para com os educandos.

1.1 Alimentação: história, produção e abastecimento

Mesmo industrializando-se, a nossa economia seguiu os ditames de uma economia de tipo colonial, politicamente desinteressada pela sorte da maioria, apenas ocupada em desenvolver mais o já desenvolvido e em enriquecer mais os já enriquecidos pelo sistema vigente.
(CASTRO, 1984, p. 289)

Antes de iniciarmos a discussão sobre questões latentes no campo da alimentação, é importante que olhemos para as premissas desse panorama, as transformações que o regime

¹⁷ Ainda, Caldas e Ávila (2013, p. 79), tratam de discutir alguns dos inconvenientes desse modo de gestão “desde logísticos, dificuldades de armazenamento dos gêneros alimentícios e até mesmo culturais relacionados às diferenças de hábitos alimentares locais”. Desde sua criação até 1993, a execução do programa de merenda escolar se deu de forma centralizada, ou seja, o órgão gerenciador planejava os cardápios, adquiria os gêneros por processo licitatório, contratava laboratórios especializados para efetuar o controle de qualidade e ainda se responsabilizava pela distribuição dos alimentos em todo o território nacional (BRASIL, 2021). Disponível em: <<https://www.fn.de.gov.br/programas/pnae/pnae-sobre-o-programa/pnae-historico>>. Acesso em: 08 jan. 2020.

dietético, a produção, o abastecimento e o acesso ao alimento sofreram. Para tecermos algumas considerações sobre esse quadro inicial, retomemos as ideias de Carneiro (2003, p. 75), ao afirmar que:

A maior revolução na alimentação humana ocorreu no período moderno¹⁸ com a ruptura no isolamento continental, quando o intercâmbio de produtos de diferentes continentes, ocorrido no bojo da expansão colonial europeia, alterou radicalmente a dieta de praticamente todos os povos do mundo.

Tal revolução foi sentida no Brasil quando ocorreu a chegada dos europeus às terras que viriam a se tornar brasileiras. O intercâmbio de alimentos mencionado teve início a partir daquele momento: tanto portugueses trouxeram e apresentaram novos regimes aos ameríndios, como também foram condicionados a se adaptar, em alguns casos, com a dieta local (CASCUDO, 2011). A conduta impressa na alimentação referente a alimentos que nos foram inseridos servirá aqui como espécie de fio condutor para uma tentativa de compreensão desse novo moldar e utilização que o alimento sofreu na sociedade.

Cascudo (2011 [1967]) em sua obra sobre a história da alimentação aborda a participação que europeus, indígenas e africanos tiveram no que ele nomeia de “formação da cozinha brasileira”¹⁹. Embora sejam tecidas algumas considerações críticas²⁰ sobre seu estudo e métodos utilizados, os quais resumem tradições e hábitos a, simplesmente, um intercâmbio realizado por um processo de miscigenação, é importante destacarmos que, para o período que o trabalho foi produzido, seu conteúdo traz à tona a discussão e a apresentação de um panorama até então inédito sobre a alimentação, com a utilização de variadas fontes e que até os dias atuais é vastamente utilizado por estudiosos e consultado para a produção dos mais diversos estudos relativos à temática, auxiliando no debate sobre aspectos alimentares brasileiros que foram enraizados pela presença de regimes alimentares externos.

¹⁸ Ainda conforme Carneiro (2003), apesar de uma visão comum de que o período medieval fosse um período de extremas carências alimentares e que na época moderna havia ocorrido uma melhora sobre esse cenário, estudos recentes desmistificariam isso. Na Europa, por exemplo, como um momento de queda da qualidade do consumo alimentar da população que passa a ser submetida a um monopólio de alimentos, esses fazem surgir o desaparecimento de uma dieta diversificada, mantida por produtos naturais, e que vão sumindo com o cercamento de terras, a expulsão dos camponeses do campo, o inchaço urbano e a constituição do que ele chamou de um proletariado urbano. Esse cenário também pode ser observado no Brasil, como veremos.

¹⁹ Importante mencionar que, atualmente, alguns estudiosos da alimentação, como Carlos Alberto Dória (2021), se dedicam a tratar sobre a formação da culinária brasileira, inclusive sobre o que seria e como seriam formadas, no caso, “as cozinhas brasileiras”.

²⁰ Leila Mezan Algranti, Wanessa Asfora (2014) Adriana Salay Leme e Rafaela Basso (2014) e Marina Corção (2012; 2014), em seus trabalhos, tematizam a obra sobre a História da Alimentação no Brasil, discutindo essa “herança cultural portuguesa” na elaboração da narrativa sobre a cozinha brasileira, apresentada por Cascudo.

Expressam-se de modo notório, no trabalho de Cascudo, raízes de futuros impasses já formulados no período colonial e que refletiriam futuramente nas questões de carestias e dificuldades de acesso à alimentação por considerável parcela da população. Para debatermos essas questões, utilizaremos o papel da inserção do açúcar por meio de sua matéria prima, a cana, como “plataforma de observação”²¹. O ingresso da doçaria²² portuguesa em terras brasileiras e a incorporação do açúcar na cozinha local pelo homem branco, na história da alimentação de Câmara Cascudo, é mencionada como uma grande herança cultural apresentada aos moradores locais e, conseqüentemente, nas terras brasileiras, onde se inseria sua matéria-prima. No entanto, por trás dessa dita “herança cultural” encontra-se uma narrativa baseada no interesse e em aspirações de lucro sobre a produção, no caso do açúcar, nosso exemplo de elucidação.²³

Apesar de altamente adorado e querido pelos portugueses, ele não era natural de suas regiões, a especiaria chegava pelos portos por meio de um comércio de alto custo, sendo considerado por Carneiro (2020), como “talvez o fator isolado mais importante da época moderna em relação a mudança dos hábitos alimentares mundiais”. A essa mudança, a qual ele se refere, podemos atribuir questões comerciais que a entrada e difusão do produto pelo continente conferiram à alimentação mundial.

No contexto brasileiro, as terras locais foram consideradas fator de deslumbramento pelos europeus para o plantio da cana, problema que era enfrentado em Portugal em situação oposta, já que algumas tentativas de cultivo foram realizadas sem obtenção de muito sucesso ou com ausência de crescimento. O Brasil tinha um solo fértil apto à produção da matéria-prima do que era considerado “ouro” naquele período e que, segundo Cascudo (2011, p. 301), “tinha o poder de embriagar mais do que vinho”. Assim, “embriagados” pela possibilidade de alta

²¹ Ulpiano Meneses e Henrique Carneiro (1997) utilizam essa expressão para discorrer sobre o papel que a especiaria teve na produção, expansão e consumo de alimentos no Brasil.

²² Segundo a série sobre a História da Alimentação, a doçaria portuguesa iniciou-se em uma região de Portugal chamada Alentejo, local que abrigava grande quantidade de conventos, nos quais as freiras que ali moravam produziam os doces. A cultura da doçaria era considerada traço de união em momentos festivos, um condutor de sentimentos, emoções e, em ocasiões de condolências, expressão de tristeza ou até mesmo mágoas, sendo assim presente em distintos momentos da vida, apreciada pelos portugueses desde o pequeno almoço, o café da manhã. Ver: A história da Alimentação no Brasil. Temporada 1, episódio 11. O doce nunca amargou. 27:52, 2020. Disponível em: <<https://www.primevideo.com/detail/A-Hist%C3%B3ria-da-Alimenta%C3%A7%C3%A3o-no-Brasil/0PZ1HALADKHKE47KKQTCWSKDB4>>. Acesso em: 25 mar. 2022.

²³ Outra questão também importante foi o papel dessa comercialização sobre o tráfico negreiro. Segundo Elaine Azevedo (2022, p. 310), o açúcar e o melaço da monocultura colonial não eram destinados à alimentação do povo e, sim, artigos para estimular o tráfico de escravos que eram submetidos a longas viagens nos navios negreiros com destino a América, vivenciando, além de precárias condições durante o tráfico, a falta de uma alimentação adequada.

produção e conseqüente lucro a partir do plantio, inicia-se em 1532 o processo de exportação já originado dos primeiros engenhos brasileiros:

O português sabia que este produto só poderia constituir uma atividade econômica compensadora se produzido em grande escala, com terra suficiente para o cultivo extensivo da planta, com mão-de-obra abundante e barata para o trabalho agrário e com dinheiro bastante para o estabelecimento da sua indústria em bases de um verdadeiro monopólio do produto. Por isso organizou ele capitais os mais abundantes dos até então trazidos para estas bandas, impulsionou a vinda dos escravos d' África e se assenhorou de terra boa e suficiente ao empreendimento ousado (CASTRO, 1984, p. 117).

Desse modo é dado o ponta pé inicial para o primeiro ciclo agrícola ao qual o Brasil foi exposto e que, posteriormente, introduziria também o café, chegando até os dias atuais em que a exportação de soja, milho e carne bovina estão no topo, os chamados *commodities*.²⁴

Nem sempre, contudo, o aumento da produção traz consigo acessibilidade, e no caso dos alimentos a resultante produzida historicamente pode ser representada pela reflexão de Carneiro (2012, p. 99): “na verdade o aumento da produtividade agrícola a qualquer preço se tornou agro poluidora e causadora direta de desigualdades sociais”.

Ao observarmos essa pequena narrativa apresentada, utilizando-se do exemplo da monocultura da cana em terras brasileiras, somos convidados a reflexões sobre como o alimento passou de um item essencial para manutenção da vida a fator de narrativa econômica dentro da sociedade. Conforme Jean-Pierre Poulain (2013, p. 53) menciona, em *Sociologias da Alimentação: os comedores e o espaço social*, o alimento entra aos poucos em uma desconexão com suas origens, suas raízes, colocando-o “num estado de mercadoria e destrói parcialmente seu enraizamento natural e suas funções sociais”.

Com o início dos processos de monocultura, alimentos necessários e basilares começaram a perder espaço nas terras, tornando-se mais lucrativa a produção para venda e exportação. A carência na produção de um item em favor do outro criou certo círculo vicioso no cenário alimentar, o que afetou de modo direto o abastecimento, principalmente dos mercados locais, que se tornaram cada vez mais providos apenas pelos pequenos produtores. Abastecer o povo com alimentos dignos e de qualidade é uma das premissas mais importantes e necessárias, no entanto, a forma e quais alimentos são “escolhidos” a serem mais cultivados

²⁴ De acordo com a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, do Instituto Fiocruz, “*commodities* são produtos de origem agropecuária ou de extração mineral, em estado bruto ou pequeno grau de industrialização, produzidos em larga escala e destinados ao comércio externo. Seus preços são determinados pela oferta e procura internacional da mercadoria. No Brasil, as principais *commodities* são o café, a soja, o trigo e o petróleo”. Disponível em: <<https://www.epsjv.fiocruz.br/commodities-definicao>> . Acesso em: 1 set. 2022.

contornam-se sob o lume das especificidades do espaço e ainda condizem e refletem diretamente os aspectos econômicos que incidem sobre o posterior acesso deles à mesa da população.

As formas como os alimentos apresentam-se dispostos e os distintos meios de acesso que os grupos sociais têm para com eles encontram-se entrelaçados a questões que envolvem tipos de desigualdades sociais que se desenham historicamente entre as populações mais empobrecidas quanto ao acesso e ao consumo alimentar. Conforme a pesquisadora Maria Lúcia Rosa Stefanini (1998, p. 3), “a situação alimentar e nutricional da população é exemplo dos mais ilustrativos das desigualdades existentes em nosso meio”. Tais desigualdades se produzem e se reproduzem a partir das díspares estruturas sociais às quais fomos expostos e que carregam consigo grandes mudanças e impactos na vida das pessoas. Isso é ilustrado ao pensarmos e discutirmos hábitos e possibilidades de escolhas alimentares para o consumo.

A partir de uma visão centrada no lucro, a produção e a comercialização alimentícias foram ao longo dos anos estruturando-se sobre o processo de monoculturas. O capitalismo adentrou o panorama de consumo alimentar, levando a sociedade a se encaminhar para uma vivência obscura e carenciada quanto pensadas as questões alimentares.

O homem “primitivo” comia por instinto e para saciar a fome. O contato social e as interferências vivenciadas desde a colonização, com a inserção de novas práticas e ditames a serem seguidos, conduziram a sociedade a um processo de favorecimento da produção em larga escala, caminho esse que contribuiu para o desenvolvimento das carências alimentares, que se tornaram mais manifestas com o processo de urbanização vivenciado no Brasil. A esse respeito, Tania Bacelar (2022, p. 55) aponta que “a urbanização se intensificou, impulsionada pela industrialização e pela não realização de uma reforma agrária, o que expulsa o homem do campo sem que ele estivesse habilitado a se inserir na vida econômica urbana”.

Aos poucos, produzir determinados alimentos se tornou algo menos objetivo, pois a falta de lucro advindo dessas produções confrontava a alta de um comércio que pagava bem mais. Nesse cenário, podemos compreender como se deram as quedas nas produções de alimentos essenciais para o homem, alimentos esses que passaram a ser produzidos com mais frequência por uma população que não contava com incentivos financeiros do sistema, uma população pobre na qual pequenos agricultores cultivavam em reduzida escala e tinham que enfrentar questões como falta de terras, baixos preços de seus produtos e alta de itens necessários durante o processo de plantio.

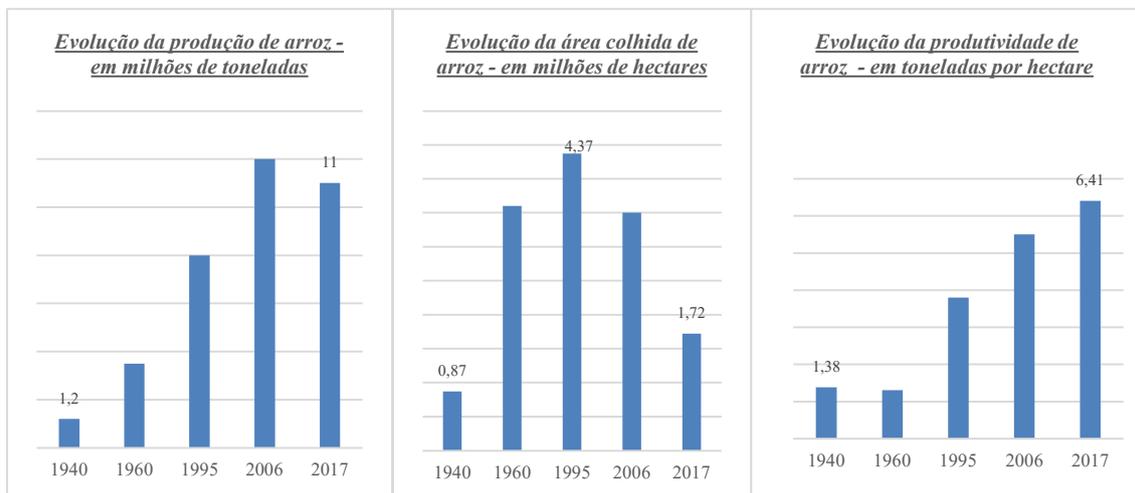
Retomando as palavras de Arilson Favareto (2022, p. 229:

[...] o Brasil ensaiava uma trajetória de modernização, impulsionada pela urbanização e pela industrialização. Sobre as áreas rurais, havia uma opção a ser feita: continuar privilegiando a produção em larga escala de commodities agropecuárias ou apostar na democratização da terra, no fortalecimento do mercado consumidor interno e em seu abastecimento, inclusive como uma condição para transformar velhas estruturas e tornar o país menos vulnerável e dependente em suas formas de inserção externa. Três quartos de século depois, é importante analisarmos quais têm sido os efeitos da escolha feita, que apostou claramente na primeira opção.

O cenário alimentar desenhou-se para os grandes latifundiários e essa questão parece não ter ficado apenas lá atrás: ela se estendeu e chega até os dias atuais a nossa porta. A baixa produção de itens como arroz e feijão, por exemplo, é reflexo desse sistema como resposta à construção histórico-cultural sofrida, que privilegia o crescimento e a prevalência do processo de exportação de *commodities*.

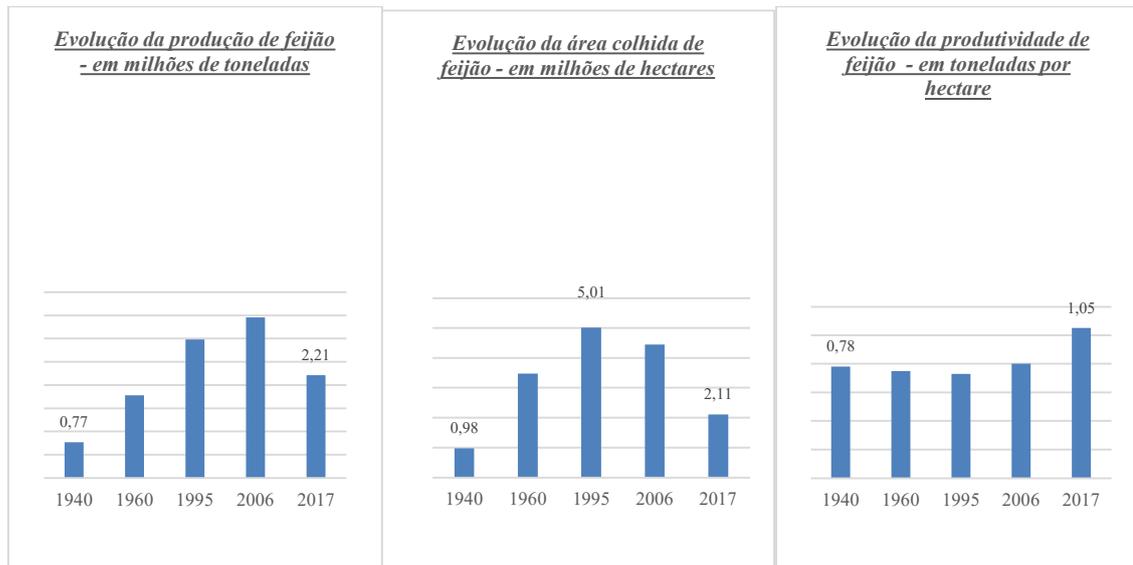
Abaixo apresentamos imagens de gráficos para análise do processo de redução no que tange à produção de área colhida e à produtividade de alimentos essenciais, como o arroz e o feijão, em comparação à cana-de-açúcar em um período que parte dos anos 1940 e se mostra como legado até o ano de 2017:

Figura 02 – Gráficos com a evolução de produção, área colhida e produtividade de arroz no período de 1940-2017



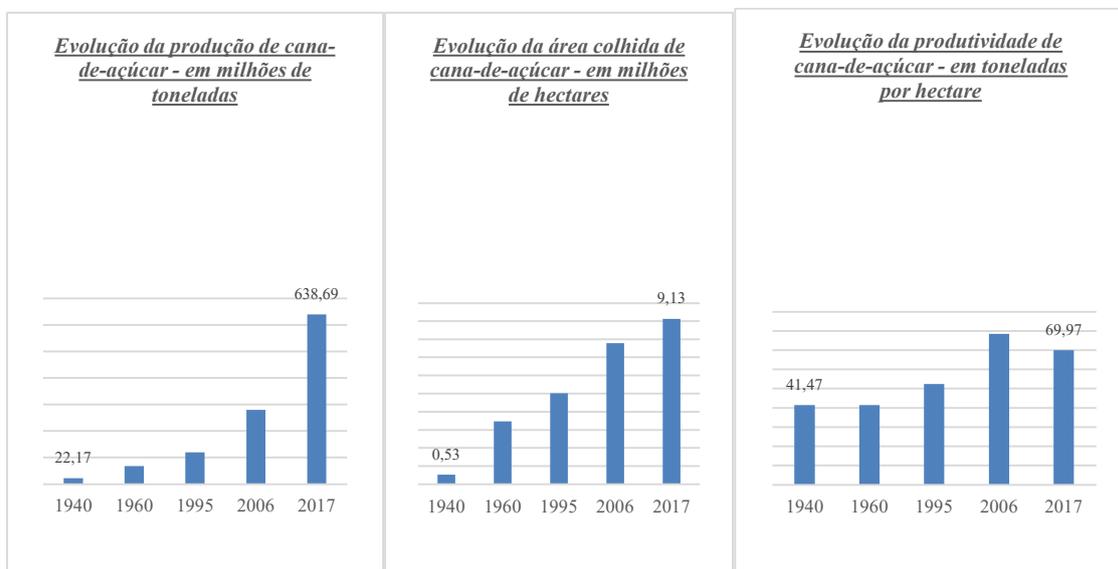
Fonte: <http://geografiadafome.fsp.usp.br/pao-ou-commodity-geografia-da-producao-de-alimentos/#:~:text=Um%20boom%20das%20exporta%C3%A7%C3%B5es%20de,milh%C3%B5es%20de%20pessoas%20passassem%20fome.> Adaptado pela autora, 2021.

Figura 03 – Gráficos com a evolução de produção, área colhida e produtividade de feijão no período de 1940-2017



Fonte: <http://geografiadafome.fsp.usp.br/pao-ou-commodity-geografia-da-producao-de-alimentos/#:~:text=Um%20boom%20das%20exporta%C3%A7%C3%B5es%20de,milh%C3%B5es%20de%20pessoas%20passassem%20fome.> Adaptado pela autora, 2021.

Figura 04 - Gráficos com a evolução da produção, área colhida e produtividade de cana-de-açúcar no período de 1940-2017



Fonte: <http://geografiadafome.fsp.usp.br/pao-ou-commodity-geografia-da-producao-de-alimentos/#:~:text=Um%20boom%20das%20exporta%C3%A7%C3%B5es%20de,milh%C3%B5es%20de%20pessoas%20passassem%20fome.> Adaptado pela autora, 2021.

Conforme análise realizada pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (FSP-USP), é possível se notar um crescimento, em produção da cana-de-açúcar, de 2.781% entre 1940 e 2017, com ampliação da área colhida de 53 mil hectares para 9,13 milhões (1.622% a mais). Em contrapartida, observa-se o arroz e o feijão em declínio de sua área de

colheita e em seu volume de produção nos últimos anos (FSP-USP, 2021). Essa situação comparativa serve como método para ilustrar as consequências e dimensões legadas por práticas e atividades instauradas no nosso país ainda no período colonial.

A questão da renda da população é outra discussão importante a ser levada em consideração no desenhar desse cenário, já que as pessoas comem o que tem disponível e aquilo que podem adquirir. É sabido que quando há pouca disponibilidade de qualquer item que seja, é comum ocorrer uma elevação em seu preço final para o consumidor. Isso foi sentido no cenário alimentar, pois não só quem produzia contava com barreiras relacionadas a custos, uma vez que a questão se estendia ao consumidor, que já vinha sofrendo com baixos salários. Ainda nesse quadro, as populações afetadas passaram a se deslocar em maior número com destino aos centros urbanos, chegando às cidades oriundas do campo. Esse êxodo rural já se mostrava agravado anteriormente principalmente, a partir da Lei de Terras²⁵ e segue, assim, junto ao processo de urbanização e industrialização, como fatores predeterminantes a desigualdades e vulnerabilidades sociais associadas ao complexo desajuste no suprimento alimentar.

Sergio Buarque de Holanda, em sua obra *Raízes do Brasil*, publicada originalmente em 1936, reflete sobre esse desligamento das pessoas da zona rural de modo drástico e as possíveis consequências para a sociedade: “em nosso país, o desenvolvimento da urbanização criou um ‘desequilíbrio social’ cujos efeitos permanecem vivos ainda hoje” (HOLANDA, 1995, p. 145). Essa migração das pessoas com destino aos centros urbanos criaria um volumoso contingente populacional nesses locais, estabelecendo dificuldades em recebê-los e empregá-los, já que se encontravam desestruturados para a numerosa chegada. Em consequência disso, as pessoas se submetiam a trabalhar no que fosse possível e estivesse disponível, por um salário menor, tendo que “sobreviver” com uma baixa renda, conseqüentemente afetando seu modo de vida.

Portanto, o êxodo rural reduziu, de forma radical, o número de pequenos produtores que, na maioria das vezes, são aqueles que responderiam tradicionalmente pela maior parte da produção de alimentos básicos consumidos internamente pela população. Esses são os precursores na contribuição para um aumento das necessidades e carências nutricionais na população brasileira de baixa renda:

As necessidades e carências nutricionais da população já eram conhecidas empiricamente desde os tempos coloniais, e, aparentemente, cresceram com o

²⁵ Assinada em 1850, a Lei de Terras obrigava todos os posseiros, pequenos camponeses e ex-escravizados a terem o registro da terra. Com isso, houve uma expulsão desses e seus familiares dos pequenos pedaços de terra, onde normalmente praticavam a policultura familiar e de subsistência. Suas terras acabaram sendo ocupadas pelos latifundiários que utilizavam a terra para uma produção de monocultura (FAUSTO, 2009). No período citado tinha-se o café, atualmente a cana-de açúcar e a soja.

avanço da urbanização e da forma particular que assumiu aqui o processo de industrialização, altamente concentrada em termos regionais e se assentando em mercados de consumo de rendas igualmente concentradas (COIMBRA, 1985, p. 79).

Compreendemos, assim, que houve de certo modo determinadas escolhas e caminhos que foram traçados desde esse período e que não valorizaram uma riqueza na questão de produção e oferta dos alimentos que nossas terras tinham condições de oferecer. Tal fato conduziu à existência e à manutenção de dificuldades de acesso a determinados alimentos, especificamente para populações mais expostas a carências econômicas e sociais, afetando um dos direitos fundamentais dos cidadãos: o direito a uma alimentação digna e de qualidade.²⁶

1.2 Fome, descoberta ou consequência: o expoente brasileiro Josué de Castro

“Um capitalismo predatório, ao mesmo tempo que permite a crescente acumulação das riquezas mundiais em mãos de poucos [...] condena a morte social de milhões de pessoas ao redor do planeta.”
(ROSANELI *et al.*, 2015, p. 90)

Como uma construção social: é assim que discorreremos sobre a fome, uma questão que nada mais é que uma resultante de um modelo colonial²⁷ ao qual fomos expostos e que contribuiu para que um padrão monocultor, baseado na concentração de riqueza nas mãos de poucos, tornasse a alimentação excludente. Para falarmos sobre esse fenômeno biológico com origens sociais, instaurado e condutor de distintos problemas sociais no Brasil, abordaremos aqui a participação que Josué Apolônio de Castro, mais conhecido como Josué de Castro, teve nesse cenário e na posterior condução na formação das políticas públicas de alimentação no Brasil.

Castro foi um jovem médico de formação, nutrólogo²⁸ e aqui o qualificaremos, também, como um intelectual orgânico que, segundo Antônio Gramsci²⁹, seriam aqueles considerados

²⁶ Segundo Silva (2014, p. 13), técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), “o direito à alimentação adequada é encarado como um direito humano básico, e não uma mera ação assistencial do Estado que estará sujeita às vontades políticas dos governantes ou de arranjos favoráveis”.

²⁷ Menezes (2019) nos leva a refletir sobre a interferência da colonização nas questões relacionadas à fome, apresentando uma “colonização do estômago” a qual o povo foi submetido, resultante de um violento processo de dominação colonial, mercantilista e ocidental. Ver: *Da Colonização dos Estômagos*, 2019. Disponível em: <<https://quilomboinvisible.com/2019/09/20/da-colonizacao-dos-estomagos/>>. Acesso em 20 de out. 2021.

²⁸ Especialidade Médica que estuda os nutrientes dos alimentos, suas funções no organismo normal e na fisiopatologia, o diagnóstico e o tratamento dos distúrbios de nutrientes nas doenças (OLIVEIRA; DUTRA, 2008).

²⁹ Para melhor compreensão ver Martins (2011).

porta-vozes das necessidades alheias ao povo de determinadas classes, mesmo não pertencendo a elas, vinculando-se a grupos sociais e, assim, lutando por seus direitos e discutindo sobre as precariedades que pudessem assombrá-los. Nascido em 05 de setembro de 1908, na cidade do Recife, e falecido em Paris, em 24 de setembro de 1973, no exílio. Castro cursou medicina profissão, na qual segundo Kátia Hale dos Santos (2011, p. 63), em seu trabalho *Fome e repercussões sociais*, “pôde conhecer o homem e compreender suas carências”. Ainda jovem, formou-se aos 21 anos no Rio de Janeiro e retornou para sua cidade natal, onde iniciou o exercício da profissão. Segundo Maria Yedda Leite Linhares (2007, p. 21), “despertou no menino pobre que nela nascera e crescera a atenção para a realidade social de uma região marcada por profundos contrastes econômicos e humanos”.

No início dos anos 1930 surge como voz sobre as questões envoltas às dificuldades e à pobreza que parte da população vivia, desbravando um assunto até então invisibilizado, pelo menos por parte da sociedade – a fome –, pouco discutida e, até então, com seu entendimento fundamentado em questões de sorte, infortúnio ou destino. Apesar de ter se tornado ator importante e referência em estudos sobre essa temática no Brasil, segundo Adriana Salay Leme (2021), em *Josué de Castro e as metamorfoses da fome no Brasil em 1932–1946*, seria passível de questionamentos o surgimento de Castro como responsável por lançar mão dessa abordagem de modo inédito. Conforme a pesquisadora, suas ações estariam vinculadas a discussões que já estariam acontecendo naquele momento histórico.

Ainda segundo Leme (2021), anteriormente a esse espaço de discussão fomentado por Castro, seus estudos e pesquisas voltavam-se mais para conteúdos fisiológicos sobre alimentação, em meio à formação inicial na medicina, sendo que, apenas após um período de estágios em Buenos Aires com o médico Pedro Escudeiro³⁰, uma reformulação em sua linha de pensamento passa a ser apresentada, com um foco maior nas carências e demandas sociais precursoras da fome. Dessa forma, se insere no quadro de expoente das questões da alimentação no Brasil, tratando de um assunto considerado e nomeado em suas obras como “um tema proibido”³¹, aquele que aflora distintas barreiras sociais e morais na população, que repugna com direcionamento social de caráter individual e coletivo, conferido por meio de relações históricas constituídas em nossa sociedade.

³⁰ Segundo Leme (2021), Pedro Escudeiro foi considerado um dos pioneiros na América Latina entre os que vincularam a nutrição a questões sociais da alimentação.

³¹ Conforme Josué de Castro (1984 [1960]), a fome não era um tema de ampla discussão, ainda mais por aqueles que não vivenciavam a mesma, por isso a mencionava como “tema proibido”.

Conjuntamente aos estudos sobre a fome, o intelectual também ocupou-se de estudos de sociologia, antropologia e da economia política, que figuravam entre o nicho dos temas relacionados a suas causas, sendo para ele essas de cunho estrutural, social, econômico e cultural, demonstrando que o problema não era apenas “não procurar comer”, mas, sim, a oferta, a distribuição e o acesso em um sistema econômico que controlava isso e que se encaminhava para uma ameaça de grande representatividade para a humanidade.

Sua trajetória se constituiu como intelectual, professor, cientista e parlamentar, utilizando-se dos saberes de sua formação inicial para atuar na luta e combate a esse flagelo que assolava e assola o mundo, sendo, para Bizzo (2009), uma pessoa que transparecia grande sensibilidade para com os pobres, tornando-se conhecido como um crítico das desigualdades sociais. Como professor de Antropologia Física da Universidade do Distrito Federal lhe interessava buscar respostas concretas para a precariedade alimentar que afligia os brasileiros e na academia encontrou aporte para o aprofundamento das inquietações. O ano de 1932³² marca o período em que ele teria sido responsável pela realização de um inquérito alimentar³³, sobre “as condições e vida da classe operária no Recife/ PE”, em que foram analisadas 500 famílias moradoras de bairros operários da cidade, suas condições orçamentárias e padrões de consumo. O resultado de seu estudo apontou a existência de carências alimentares vivenciadas por parte dessa população, comprovando uma ingestão calórica diária insuficiente e não condizente com o necessário e preconizado para o gasto calórico que os trabalhadores tinham durante a realização de suas atividades diárias.

Portanto, comprovava-se ser impossível, com a alimentação apresentada como usual, os operários não estarem submetidos à fome. Com esse inquérito e outros posteriormente realizados, só que dessa vez no Rio de Janeiro, Castro passou a tratar a questão da alimentação cada vez mais sob perspectivas social e econômica, confirmando a existência da fome, agora de modo científico, conseguindo invalidar as teses sustentadas até aquele momento sobre as causas dessa mazela em parte da população. A apresentação das insuficiências alimentares específicas no resultado dos inquéritos ressaltava, de modo homogêneo, fatores como renda, poder aquisitivo e hábitos alimentares precários como bases para a ausência alimentar. Ainda de acordo com os resultados, causas sociais se sobrepunham aos distintos espaços geográficos

³² Conforme Leme (2021, p. 1130), na verdade, o inquérito sobre as condições de vida das classes operárias do Recife teria sido realizado no ano de 1934, o que, segundo a autora, leva a supor que a influência de seu estágio com o argentino Pedro Escudeiro, em 1933, teria sido responsável por influenciar Castro no deslocamento para tratar mais as questões sociais e econômicas sobre alimentação.

³³ Os Inquéritos de Avaliação Nutricional ou de Consumo de Hábitos Alimentares foram o recurso de diagnóstico e levantamento de situações de carência alimentar, em uma época em que as pesquisas de caráter censitário não se ocupavam suficientemente desse tipo de informação. Ver Coimbra; Meira e Starling, 1982.

nos quais eram realizados os estudos. Os resultados dos inquéritos foram utilizados em publicações nos Boletins do Ministério do Trabalho, em 1935, tornando-os ferramenta importante para a produção e estabelecimento do salário-mínimo na década de 1940³⁴, já que se compreendia que um padrão básico de alimentação deveria ser seguido e, para proporcioná-lo, eram necessários mecanismos que subsidiassem o acesso a ela (SANTOS, 2011).

No período de 1939 a 1945, Castro promoveu cursos sobre Alimentação e Nutrição em universidades³⁵ e em 1940 foi eleito presidente da Sociedade Brasileira de Nutrição, entidade que participou ativamente da criação do SAPS, fundando restaurantes populares e enaltecendo a importância da educação alimentar. Posteriormente, tal cargo foi abandonado por ele, que passou a estar à frente como diretor da Sociedade Brasileira de Alimentação (SBA), que tinha como interesse os problemas ligados à alimentação nacional. Mesmo o órgão não tendo uma longa existência e nem realizado muitos estudos, a direção permitiu a Castro permanecer em meio ao seu principal debate e inquietação, a alimentação (COIMBRA; MEIRA; STARLING, 1982).

Seu insistente envolvimento junto às questões alimentares o levou a formar um grupo de profissionais, também nutrólogos, que se empenhavam em estudos e pesquisas sobre a alimentação, todos sob a mesma perspectiva. Isso foi possível graças ao fato de ter assumido a chefia do Serviço Técnico de Alimentação e Nutrição (STAN), um órgão criado pela Portaria n.º 5/ 42, de 19 de outubro de 1942, que visava o estabelecimento da economia alimentar cientificamente dirigida, estando dotado de recursos e com ligações diretas ao poder, o que contribuiu para que Castro colocasse em prática uma ideia antiga: a criação de um órgão oficial de divulgação sobre assuntos relacionados à alimentação, materializado com os *Arquivos Brasileiros de Nutrição*³⁶. Segundo a professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), Marcela Fogagnoli (2017), essa revista seria porta voz do grupo de intelectuais formados no bojo das ideias de Josué de Castro, responsáveis pela consolidação da nutrição como saber e de propostas para melhorar a alimentação da população brasileira.

³⁴ O salário-mínimo no Brasil foi instituído pelo Decreto-Lei n.º 2.162, de 1º de maio de 1940.

³⁵ Segundo o Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro, aos 28 anos prestou concurso para o cargo de Professor Titular em Geografia Humana da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil; em 1943, Josué de Castro torna-se professor catedrático da cadeira de Nutrição do curso de Sanitaristas do Departamento Nacional de Saúde. Ainda segundo biografia *online* do pesquisador, também teria lecionado na Universidade de Vincennes, na França.

³⁶ Os *Arquivos Brasileiros de Nutrição* constituíram um periódico considerado por Vasconcelos, (1999, p. 304) “uma das principais fontes documentais da história desse campo específico do saber no Brasil”. A revista científica foi idealizada por Josué de Castro, em 1944, e teve seu último volume em circulação em dezembro de 1968, constituindo-se de um meio de divulgação sobre os saberes da nutrição utilizados pelos nutrólogos. Cf. COIMBRA; MEIRA; STARLING, 1982; VASCONCELOS, 1999; L’ABBATE, 1988.

O encerramento das atividades do STAN no Brasil teria ocorrido, segundo Coimbra, Meira e Starling (1982), após o coordenador do serviço abandonar a função. Castro também se exonerou, deixando o rastro de grandes consolidações no que tange a ligações com comércio e indústrias. Após o fim do STAN e o estreitamento de laços comercial e industrial, seria criada, em fevereiro de 1945, uma Comissão Nacional de Alimentação (CNA), sendo considerado o mais importante órgão de planejamento e intervenção durante todo o Estado Novo³⁷, que seguiria as diretrizes das comissões anteriores quanto a estudar e propor normas ligadas à Política Nacional de Alimentação.

Após a destituição do Governo Vargas (1945), Castro se encaminhou novamente para o trabalho acadêmico, ocupando a direção da então Universidade do Brasil. Esse período em que se manteve longe de instituições governamentais foi importante, pois foi nele que realizou a publicação de uma obra que englobaria as questões alimentares e a fome, seu principal objeto de estudos e militância. Precisamente em 1946 era publicada *Geografia da Fome*, trabalho esse que, “produziu um grande impacto praticamente em todos os países do mundo, traduzido em edições sucessivas em 24 idiomas” (LINHARES, 2007, p. 23).

Com o objetivo de analisar a fome que atingia as grandes massas populares, a obra foi amplamente discutida, mesmo conferindo cuidado ao ser abordada uma temática considerada delicada. Até mesmo atualmente, podemos observar e analisar que são poucos os que se propõem a falar sobre a fome, já que é fácil para classes privilegiadas e que não vivenciam a insegurança alimentar³⁸ fechar os olhos perante o desespero alheio, considerando-o inevitável. Na verdade, a fome é um espelho de uma sociedade acometida pelo capitalismo e pelo imperialismo, que apresenta o modo como o acesso alimentar, infelizmente, tornou-se insatisfatório, a não ser para uma pequena parcela privilegiada da população.

A edição publicada no ano de 1984 apresenta um prefácio escrito por Castro na década de 1960, destacando como a temática do livro fora abordada:

³⁷ Segundo a pesquisadora e professora Dulce Chaves Pandolfi (1999), o Estado Novo foi um regime autoritário implantado por Getúlio Vargas em novembro de 1937 e extinto em 1945, após a destituição do então presidente.

³⁸ A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. Assim sendo, o quadro de insegurança alimentar é vivenciado por populações que não conseguem estabelecer esses critérios considerados mínimos quando pensado o acesso à alimentação. Ver: BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11346.htm Acesso em: 18 ago. 2021.

O assunto deste livro é bastante delicado e perigoso. A tal ponto delicado e perigoso que se constituiu num dos tabus de nossa civilização. É realmente estranho, chocante, mesmo a observação, o fato de que, num mundo como o nosso caracterizado por tão excessiva capacidade de escrever e de publicar, haja até hoje tão pouca coisa escrita acerca do fenômeno da fome em suas diferentes manifestações (CASTRO, 1984, p. 29).

Traçando o objetivo de analisar o fenômeno da fome de modo coletivo, Castro a categoriza como endêmica ou epidêmica³⁹ e, por meio do uso de um método próprio geográfico⁴⁰, faz uma análise em forma total, criando, assim, um mapa das áreas de fome e condições alimentares no Brasil. De acordo com Arruda e Almeida (2005), o autor deixou transparecer de modo notório que a fome no Brasil seria uma resultante do processo de colonização europeia, questão essa já mencionada no início de nossa discussão, a qual o país esteve exposto e que propiciou um alargamento da expansão da agricultura, com ênfase nos processos de exportação de alimentos, sendo uma resultante estrutural.

Ainda em *Geografia da Fome*, Castro tenta desmistificar teorias que buscavam culpar o aumento demográfico como predisposição da existência da fome para determinadas populações, pois, conforme essas teorias, seria necessário reduzir a população para conseguir alimentá-la em sua totalidade.⁴¹

Outro grande destaque é a defesa do autor pela realização de uma reforma agrária, questão essa que, segundo ele, também precisava ser enfrentada com a mesma coragem que a fome fora, já que se tratava de mais um assunto considerado tabu, sendo, nesse caso, imprescindível a realização de esclarecimentos voltados à população para compreensão dessa urgente necessidade:

Como imperativo nacional esta medida exige a participação de todos os brasileiros verdadeiramente patriotas para ser realizada em termos de interesse

³⁹ Josué de Castro cunhou conceitos importantes, como fome epidêmica e fome endêmica. A fome epidêmica compreendida como momentânea, as crises de fome que podem se desencadear por falta de chuvas, catástrofes climáticas, dentre outros eventos passageiros. A fome endêmica compreendida como motivada pela falta permanente de determinados elementos nutritivos nos regimes alimentares, que podem se desencadear devido a questões de desigualdades sociais, inaccessos a alimentos, fazendo com que populações inteiras morram lentamente (FERNANDES, 2007).

⁴⁰ O método geográfico utilizado por Josué de Castro analisou minuciosamente as questões alimentares atreladas a carências em todas as regiões do Brasil, evidenciando um quadro de fome específica oriunda em cada localidade, ultrapassando questões climáticas consideradas, até então, como base para carências alimentares em determinadas áreas, evidenciando que todas se ligam à falta de estruturas sociais e econômicas no país (CASTRO, 1984).

⁴¹ Foi nesse contexto que apareceu a chamada teoria neomalthusiana, cuja argumentação pode ser assim resumida: o crescimento populacional acelerado dos países subdesenvolvidos é um forte obstáculo ao desenvolvimento econômico, pois tornam-se necessários grandes investimentos sociais (mais escolas, mais hospitais, mais postos de saúde etc.), para atender ao aumento numérico da população. Isso impede ou dificulta, por sua vez, a realização de investimentos em setores produtivos da economia, aprofundando consequentemente o subdesenvolvimento. Em função disso, essa teoria defende o controle da natalidade. Cf. ADAS, 1988.

coletivo. Exige, pois, uma preparação psicológica através de uma campanha de esclarecimento da opinião pública. De esclarecimento de que não se trata de uma medida visando beneficiar um só grupo, o dos párias rurais – os sem-terras – mas que beneficiará a todas as classes e grupos sociais, interessados no desenvolvimento econômico do país (CASTRO, 1984, p. 301).

O intelectual defendia a informação esclarecedora para a população, com o objetivo de compreensão de quão benéfica uma reforma poderia ser para todos e que nenhum grupo sairia prejudicado, perdendo suas riquezas ou terras.

Já em 1948, com a repercussão de *Geografia da Fome* e seus conceitos sobre a fome, Castro tornou-se o nome mais cotado para representar o Brasil em organismos internacionais ligados à alimentação, organismos esses que incorporaram suas definições sobre o assunto em políticas e estudos. A passagem de Josué de Castro por cátedras de universidades, como dirigente de alguns programas relacionados à alimentação naquele período, foi extensa e o seu nome sempre surgia em meio a tais iniciativas. Em 1951 com exímia bagagem no que tange a direções de conselhos e institutos ligados à alimentação, publicação de obras e reconhecido internacionalmente nos debates sobre questões alimentares, representando o Brasil, é eleito presidente do Conselho Executivo da FAO⁴², que teria a CNA como comitê desse órgão no Brasil.

Posteriormente, em 1954, em sua segunda tentativa, ele exerceu sua passagem política pelo Brasil; a amizade com Getúlio Vargas, vindoura do fato de ter sido médico de sua esposa, é referida como fator de contribuição ao ingresso na carreira política, momento em que se filia ao Partido dos Trabalhadores Brasileiros (PTB) e é eleito deputado federal pelo Estado de Pernambuco.

Na década de 1960, estando o Brasil sob o comando do então presidente João Goulart, Castro foi nomeado embaixador do país na ONU, renunciando ao cargo de deputado federal. Infelizmente, sua atuação foi pequena, pois o golpe civil-militar⁴³, de 1964 a 1985, o levou à destituição do cargo e o obrigou a manter-se em exílio, em Paris, período em que criou a Associação Internacional de Luta contra a Fome⁴⁴, tornando-se, ainda, membro de inúmeras

⁴² Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. Segundo o professor Manoel Correia de Andrade (1997), foi criada nos anos que se seguiram à Segunda Grande Guerra Mundial (1947), visando melhorar as condições das populações rurais, dos agricultores e eliminar o perigo da fome que atingia cerca de dois terços da humanidade.

⁴³ Nomeou-se golpe civil-militar devido ao fato de ser planejado e executado por militares juntamente com civis. Carlos Lacerda é considerado um exemplo de civil atuante nesse cenário e que possibilita a compreensão do período dessa forma (MEDEIROS, 2020)

⁴⁴ Conforme Linhares (2007, p. 23), o projeto teria sido em conjunto com Abbé Pierre e Padre Joseph Lebet e Castro teria dirigido essa associação até sua morte.

outras associações científicas pela Europa, Estados Unidos e a então União Soviética. Nesse período, além de inúmeras publicações, produziu reedições e atualizações de seus principais trabalhos (LINHARES, 2007).

Após alguns anos em Paris, vendo-se reduzir as possibilidades de regresso ao Brasil, Castro faleceu a 24 de setembro de 1973, com a esperança de poder voltar ao país, segundo relata sua filha, Sônia de Castro Durval, no documentário sobre a vida do pesquisador (CASTRO, 1994).

Sua morte teve repercussão internacional:

Mais do que no Brasil, a imprensa mundial rendeu uma sentida homenagem ao brasileiro e pernambucano que dedicou sua vida, sua inteligência inquieta e sua extraordinária capacidade de trabalho a denunciar a pobreza como criação dos sistemas sociais historicamente gerados à opinião pública brasileira e do Terceiro Mundo contra falácias das políticas de desenvolvimento econômico que enfatizam o crescimento industrial e ignoravam a agricultura voltada para produção de alimentos (LINHARES, 2007, p. 25).

Josué Apolônio de Castro apresentou-se nesse cenário como um influente e expoente nas questões alimentares em nosso país, militante, inserindo-se em diversos órgãos estatais brasileiros e internacionais, refutando a questão da precariedade alimentar a qual segmentos da nação estavam expostos, seja em seus discursos e/ ou obras.

Por fim, seu papel e desempenho expandem-se de modo notório e de bastante peso na constituição da temática sobre a fome, com destaque para o modo como o autor tratou de um tema tão sensível, apontando-a como uma construção histórico-social e de cunho político, carecida de tomadas de decisões e escolhas desde os modos de produção, distribuição e acesso até a chegada do alimento à mesa da população, atribuindo responsabilidades ao latifúndio e às monoculturas, heranças coloniais às quais fomos e seguimos expostos.

1.3 Um saber científico: as políticas públicas de alimentação no Brasil

“Um dia, a alimentação deixou o espaço exclusivo do lar e adentrou no Estado, tornando-se tema e problema público”.
(COIMBRA; MEIRA; STARLING, 1982, p. 139)

Segundo o Ministério da Saúde (BRASIL, 2011, p. 6):

A Política Nacional de Alimentação e Nutrição⁴⁵ (PNAN), aprovada em 1999, integra os esforços do Estado Brasileiro que, por meio de um conjunto de políticas públicas, propõe respeitar, proteger, promover e prover os direitos humanos à saúde e à alimentação.

Desse modo, compreende-se que as políticas públicas de alimentação estão inseridas em um conjunto de ações promovidas e realizadas pelo Estado, a fim de promover auxílio e amparo à população, contempladas no contexto das políticas sociais que, segundo Francisco, Militão e Militão (2014), no artigo *Educação e diversidade na agenda educacional: da Conferência Nacional de Educação de 2010 a 2014, o que mudou?*, trata-se do esforço planejado do Estado para redução das desigualdades sociais voltadas às classes mais desfavorecidas, por meio de medidas previamente elaboradas.

As díspares estruturas sociais às quais a população está exposta possibilita que a importância da existência dessas políticas, no caso de alimentação, seja sentida de modo especial pelos grupos que se tornam mais receptivos a elas, compreendendo dentre esses, os segmentos mais vulnerabilizados da população e que já se encontram inseridos em quadros de dificuldades de acesso ou manutenção de uma alimentação digna de modo contínuo, ou ainda, em situação mais difícil, a fome. Conforme Peliano, Castro, Martine e Garcia (1985), são questões que justificam o esforço para criar, gerir e manter tais tipos de práticas sociais:

As consequências de uma alimentação cronicamente deficitária para grandes segmentos da população, são gravíssimas para a sociedade brasileira. A nível de pessoas afetadas a fome constituiu uma das situações mais opressivas e degradantes, justificando praticamente todo e qualquer esforço governamental para o seu alívio (PELIANO *et al.*, 1985, p. 16).

Segundo o professor doutor em História, Helder Remigio de Amorim, no artigo *Em Tempos de Guerra: Josué de Castro e as políticas de Alimentação no Estado Novo*, o debate

⁴⁵ Segundo Marcos Coimbra (1985, p. 73), a Política de Alimentação e Nutrição é uma, e apenas uma, dentre três formas distintas por meio das quais os alimentos e seu consumo pela população foram tematizados e apropriados pelo Estado no Brasil, tornando-se problema e política pública.

no Brasil sobre a necessidade de criação de políticas públicas de enfrentamento à fome e à desnutrição se estabeleceram desde a década de 1930, sendo que, no mundo, tais políticas tornaram-se “demandas sociais já a partir da Primeira Guerra Mundial” (AMORIM, 2017, p. 53).

O início desse debate no Brasil aflora junto à ascensão do campo da alimentação e nutrição, constituindo-se como um novo saber. Segundo Coimbra; Meira e Starling (1982), L’abbate, (1988) e Vasconcelos (2002), que se apresentava sob a perspectiva de duas vertentes: uma acerca das questões fisiológicas e clínicas, influenciada por países europeus, e outra preocupada e ligada a questões de cunho social, sendo essa última influenciada principalmente pelo médico argentino Pedro Escudeiro, já mencionado devido à ligação que teve com Josué de Castro. Nesse cenário, as duas linhas formadas sobre a alimentação “uniram-se na consolidação do campo da Nutrição no Brasil” (VASCONCELOS, 2002, p. 130).

Os inquéritos alimentares realizados por Josué de Castro, ainda na década de 1930, mostram-se como materialização do polo social de estudos da alimentação no país, em que foi possível a realização de avaliações mais profundas quanto às carências alimentares do povo. Desse modo, seus resultados apresentaram situações de penúria alimentar em que vivia parte da população, como já mencionado, e comprovavam cientificamente que o povo tinha fome, já que:

A nutrologia dava um passo decisivo no Brasil, como havia acontecido em outros países, pois confirmava, com o arsenal de sua ciência, o que todos já sabiam, que o povo vivia mal e passava fome, mas a fazia com uma linguagem nova, emprestada do laboratório e por ele sacramentada. Mas também dizia algo novo, que o povo tinha de ser ensinado a comer, guiado a comer corretamente, exatamente por viver mal e ser pobre (COIMBRA; MEIRA; STARLING, 1982, p. 154-155).

Com isso, passam a receber maior destaque e atenção as preconizações apontadas pelos profissionais nutrólogos da época. As propostas defendidas por esses profissionais passaram a estabelecer que, para melhorar o quadro de carências alimentares aos quais grande quantitativo da população estaria exposta, eram imprescindíveis a associação da educação e a racionalização da alimentação. Sendo assim, a população, ao mesmo tempo em que deveria ser educada, ensinada a comer, deveria, também, contar com uma oferta de alimentos racionalizados e, ainda, com medidas que controlassem a produção e o comércio dos alimentos.

Encaminhando-se para o final da década de 30 e início dos anos 40, a ciência da nutrição encontra-se cada vez mais presente no Brasil. Naquele momento, o governo Vargas vinha como

sério propósito olhar mais para a classe trabalhadora, oferecendo propostas de melhores condições para esse segmento, como uma jornada de trabalho de oito horas, maior acesso à justiça social e, inclusive, criar um salário-mínimo.

Segundo o professor Joel Wolfe (1994, p. 34):

Vargas usou seu poder durante o Estado Novo (1937-1945) para elaborar seus posicionamentos políticos e sociais proclamando como as condições de trabalho do operariado melhorariam e como lhes seria dado um maior acesso à justiça social através da intervenção do Estado como recompensa a seu apoio – como um todo – àquele Estado.

Em um momento em que a pobreza da população era entendida pelo governo como o problema gerador de atraso do desenvolvimento, o governo varguista enaltecia em discursos que os trabalhadores eram importantíssimos para o progresso e que deveriam trabalhar muito, pois por meio do labor estariam desempenhando seus deveres patriotas com a nação, contribuindo para o desenvolvimento do país. Desse modo, caminharíamos rumo a serem mercedores de todos os “direitos” que as esferas governamentais passariam a lhes atribuir naquele período. Ainda de acordo com Wolfe (1994, p. 53), Vargas faria menções sobre a representação que os trabalhadores tinham na sociedade, descrevendo-os em seus discursos como “novos atores sociais”.

Esses “novos atores sociais” faziam parte do grupo no qual estavam centralizados, naquele momento, as ideias de possíveis receptores de benefícios sociais prestados pelo governo, benefícios esses que já se encontravam materializados nas questões das leis trabalhistas, da justiça social e da saúde. No entanto, faltava um componente muito importante e que seria de vital importância nesse cenário. Desse modo, com o saber da nutrição já organizado no Brasil e as “soluções” para os problemas da alimentação já apresentadas pelos profissionais da alimentação, era necessária uma união. Segundo Fogagnolli (2017, p. 25) “o saber dos nutrólogos se uniu ao poder do Estado e se transformou no discurso que justificou a política de alimentação”. Ainda de acordo com Fogagnolli (2017), as ideias dos nutrólogos em melhorar a alimentação da população e os interesses governamentais em aperfeiçoar as condições de vida da classe trabalhadora seguiam convergentes, até então, tornando interessante para ambas as partes que a alimentação emergisse juntamente com as outras melhorias sociais anunciadas.

Segundo texto de discussão do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) sobre *a Trajetória Histórica da Segurança Alimentar e Nutricional na Agenda Política Nacional:*

projetos, descontinuidades e consolidação (SILVA, 2014), essa incorporação de políticas de alimentação às políticas governamentais brasileiras, nada mais foi que uma estratégia de poder do Estado Novo do Presidente Getúlio Vargas (1937-45). Tal estratégia, associada a união desses dois grupos, gerou a criação do SAPS, autarquia que teve papel fundamental em futuros direcionamentos e olhares para outro público, o escolar.

1.4 É preciso alimentar a nação: o SAPS e os trabalhadores

Contudo, o problema da alimentação do povo está aí, agudo e premente, a exigir providências prontas, ainda que imperfeitas. Considero que no campo da alimentação popular, não se podendo fazer o que é preciso, que ao menos se faça o que é possível. (PEREGRINO, 1950, p. 52)

O início da década de 1940, é marcado por maior atenção dada à alimentação. Nesse momento, a ciência da nutrição trouxe consigo a elevação da importância da temática e, assim, tem início no Brasil a criação do SAPS, que é provavelmente, o mais importante marco institucional sobre alimentação desse período (FOGAGNOLI, 2017).

O SAPS foi criado pelo Decreto-Lei n.º 2.478, de 05 de agosto de 1940, no então governo Vargas, e funcionou até o ano de 1967. Considerado por Coimbra, Meira e Starling (1982) passo inicial da nova política de alimentação, tinha o objetivo de assistência alimentar e nutricional a um grupo populacional específico, os trabalhadores, oferecendo-lhes comida boa e barata. Com o estabelecimento de refeitórios para alimentação em empresas com quantitativo superior a 500 funcionários, a primeira unidade dos restaurantes foi implantada no Rio de Janeiro, então capital federal.

Josué de Castro foi o primeiro chefe da sessão técnica do SAPS, que trazia como proposta em seu decreto inicial de criação melhorar a alimentação do trabalhador nacional e, conseqüentemente, sua resistência orgânica e capacidade de trabalho, mediante a progressiva racionalização de seus hábitos alimentares (BRASIL, 1940). Nesse período, o salário-mínimo já havia sido instituído no Brasil e, segundo Ana Maria da Costa Evangelista (2008), os objetivos da autarquia viriam também como uma tentativa de complemento do seu valor, considerado defasado e de baixo poder de compra. Tais problemas enfrentados pela população, quanto aos fracos rendimentos financeiros, seriam precursores do olhar do governo para com o povo, no caso os trabalhadores, para que a adoção de políticas públicas de alimentação revertesse o quadro de desigualdades e carências nutricionais vivenciadas pela nação.

A participação das esferas governamentais, ao abraçar o projeto de alimentação dos trabalhadores, apresenta-se amplamente discutida e questionada quando analisado o processo de criação do SAPS, notando-se, talvez, a presença de interesses sobrepostos às questões sociais apresentadas e defendidas pelos profissionais nutrólogos. Para o governo, a autarquia viria também resultar em uma maior e melhor produtividade por parte da mão de obra da classe operária, tornando-a mais sadia por meio de uma boa alimentação oferecida, afirmação essa contida na motivação de sua criação, conforme texto do decreto:

O Presidente da República, Considerando que os estudos efetuados pelo Ministério do Trabalho Indústria e Comércio, **no sentido de se melhorar a alimentação do trabalhador nacional e, conseqüentemente, sua resistência orgânica e capacidade de trabalho**, mediante a progressiva racionalização de seus hábitos alimentares, demonstram a necessidade da criação de um organismo subordinado diretamente ao respectivo Ministro e encarregado da iniciativa e execução de medidas conducentes à realização daquele objetivo, socorrendo-se, para isso, da cooperação que podem dispensar os Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões sob a jurisdição do aludido Ministério, cujos beneficiários compreendem a quase totalidade das classes trabalhadoras (BRASIL, 1940; grifos da autora).

O mesmo decreto, de acordo com o *Memorial da Democracia* (BRASIL, 1940), estabelecia que o SAPS deveria oferecer “ampla divulgação, nos meios trabalhistas, das vantagens que o trabalhador tem de se alimentar convenientemente, bem como, nos meios patronais, da utilidade de se lhe garantir alimentação adequada e oportuna” (BRASIL, 1940). Um ano após sua criação, os objetivos do SAPS reorganizam-se e ampliam-se por meio da revogação e publicação de um novo decreto, o Decreto-Lei n.º 3.709, de 14 de outubro de 1941, atribuindo à autarquia uma nova função em benefício dos trabalhadores, a educativa, estando essa citada no artigo 3.º, item 7:

Artigo 3.º. Item 7: Uma **ação educativa** sistemática, especialmente junto às famílias dos trabalhadores, visando demonstrar os prejuízos decorrentes do atual sistema de alimentação e **orientando a coletividade** sobre os processos de uma alimentação racional e econômica e dos seus benéficos resultados (BRASIL, 1941; grifos da autora).

Essa função traria consigo a possibilidade de, também como observado, se alcançar os familiares dos trabalhadores por meio da conscientização alimentar:

Artigo 2.º. O S.A.P.S., órgão com personalidade própria, de natureza autárquica, sob a jurisdição do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, tem por finalidade principal assegurar aos contribuintes dos Institutos e Caixas

de Aposentadoria e Pensões condições favoráveis e higiênicas de alimentação e **desenvolver na coletividade brasileira uma consciência familiarizada com os problemas de alimentação racional** (BRASIL, 1941; grifos da autora).

Para a materialização dessa conscientização, além da oferta da alimentação diária por um preço módico, eram utilizados alto-falantes nos refeitórios e boletins eram publicados quinzenalmente dentro dos restaurantes. O SAPS buscava encaminhar aos seus frequentadores⁴⁶ informações e orientações quanto a hábitos alimentares saudáveis, importância do consumo de frutas e verduras, tecendo, assim, um trabalho de caráter educativo, materializando, dessa forma, a outra proposta defendida pelos profissionais nutrólogos como necessária: educar a população a comer⁴⁷ (PEREGRINO, 1950; EVANGELISTA, 2007).

Algumas outras funções educativas foram inseridas na autarquia e materializadas principalmente na unidade central do Rio de Janeiro, dentre elas: biblioteca, sala de música, assistência social, cursos de corte e costura para as filhas dos trabalhadores, consultório de alimentação e desjejum escolar, o que o tornou, segundo Fogagnoli (2011), um grande centro de sociabilidades. O SAPS, portanto, constituiu-se, de acordo com Coimbra (1985, p. 85), no “primeiro programa de largo alcance e na primeira agência especializada da política de alimentação e nutrição no Brasil”. Sua apresentação é, portanto, marco imprescindível quando se pensa em tratar políticas de alimentação no país, mesmo que inicialmente seu direcionamento tenha sido aos trabalhadores, foi dentro desse projeto que as crianças receberam os primeiros olhares de atenção e de onde podemos dizer que surgiu a primeira experiência em se oferecer algum tipo de alimentação para um novo público, os escolares.

1.4.1 O projeto do desjejum escolar do SAPS

Após a saída de Josué de Castro da seção de chefia do SAPS, no ano de 1941, Dante Costa assumiu o cargo. Costa era, também, um profissional nutrólogo pertencente ao grupo liderado por Castro. Segundo Coimbra, Meira e Starling (1982), seria de todos daquele período o que mais se mostrou dedicado à alimentação das crianças, sendo que desde a década de 1930

⁴⁶ O objetivo de levar informação aos frequentadores nesse momento buscava, também, garantir que todo conhecimento propagado fosse reproduzido em casa junto aos familiares.

⁴⁷ Outras propostas foram inseridas no projeto nos anos seguintes, sendo uma delas os postos de subsistência, responsáveis por fornecer aos trabalhadores gêneros de primeira necessidade por um modesto valor, funcionando dentro dos restaurantes (BRASIL, 1942). E, ainda, o estabelecimento e funcionamento de cursos técnicos e profissionais para formação de pessoal técnico para as atividades de nutrição e demais que estivessem inseridas na alimentação (BRASIL, 1943).

seus estudos, pesquisas e publicações já se direcionavam para o público escolar. No ano de 1939 chegou a publicar pequenos textos nomeados de *Merendas Escolares*, com o objetivo de orientar as caixas escolares existentes naquele período com recomendações sobre possibilidades de merendas que poderiam ser oferecidas às crianças na escola.

Segundo Frota (2011), essa obra, além de trazer sugestões de merendas escolares a partir de saberes médicos da época como parâmetros, propiciava possibilidades de adequações de acordo com os alimentos disponíveis em cada região e apresentava, também, o que para Dante Costa era a definição de “merenda escolar”:

A merenda escolar é a pequena refeição, de digestão fácil e valor nutritivo bastante realizada no intervalo da atividade escolar. Ela constitui um dos muitos traços de união entre a casa e a escola: preparada em casa, pelo cuidado solícito das pessoas disso encarregadas, vai ser utilizada na escola. Mais uma vez, vê-se que a escola é e deve ser o prolongamento do lar (COSTA, 1943, p. 5 *apud* FROTA, 2011, p. 52).

Suas publicações e estudos, na maioria, tratavam dessa temática, centralizada em recomendações de merendas e como utilizar o espaço escolar como local de oferta de víveres para as crianças. Segundo Coimbra, Meira e Starling (1982), Dante Costa teve em seu ingresso no SAPS a chance de experienciar, colocando em ação aquilo que defendeu, recomendou e estudou durante anos. Após assumir a direção de chefia técnica do SAPS, foi Costa quem introduziu embrionariamente a ideia de oferecer um desjejum⁴⁸ aos escolares. Conforme Stefanini (1998), o desjejum teria sido criado na Noruega, em 1925, e posteriormente implantado na Rússia e no Chile. No Brasil seria implantado por Dante Costa em outubro de 1942. Para colocar em prática essa oferta aos estudantes, utilizou-se do SAPS, sendo a oferta especificamente aos filhos dos trabalhadores.

Costa realizou, inicialmente, um inquérito alimentar apenas com crianças entre 7 e 14 anos, filhos dos trabalhadores residentes em bairros periféricos do Rio de Janeiro, constatando um consumo insuficiente alimentar no desjejum e a real falta de comida. A partir daí, as crianças foram convidadas a realizar o desjejum durante aquele ano nos restaurantes do SAPS (COIMBRA; MEIRA; STARLING, 1982, p. 253). Novamente, os inquéritos mostram-se presentes no acompanhamento das necessidades alimentares, agora das crianças. Se há alguns anos Josué de Castro havia constatado, por meio de um inquérito, que a má condição alimentar

⁴⁸ Segundo o próprio Dante Costa, como cita Coimbra, Meira e Starling (1982, p. 254), desjejum tratava-se de um “neologismo proposto por ele mesmo para designar a primeira refeição do dia, em substituição a denominação errônea e pobre de café da manhã”.

poderia ser fator de comprometimento laboral, Dante Costa, utilizando os mesmos parâmetros, comprova que o mesmo fator poderia ser observado em crianças em idade escolar.

As inscrições para receber o desjejum foram abertas a mil crianças, que deveriam preencher alguns requisitos para serem contempladas, entre eles: visitas periódicas ao SAPS para realização de exames para acompanhamento com os médicos e, mais curioso, no momento da entrega do desjejum – constituído, segundo Coimbra, Meira e Starling (1982, p. 256), de “um sanduíche, um copo de leite e uma fruta” –, o aluno deveria também, antes de recebê-lo, apresentar a merenda que estaria levando para a escola ou comprovar que a escola lhe ofereceria merenda, para assim não gerar certa substituição do desjejum oferecido. Coimbra, Meira e Starling (1982, p. 255) classificam o desjejum no SAPS como algo parecido a uma “experiência de laboratório”, sendo que não era possível saber ao certo quais eram as curiosidades científicas que se buscava sanar.

A questão de condicionantes impostas por Costa aos alunos para que recebessem o desjejum do SAPS é produtora de questionamentos sobre os reais objetivos dessa ação. Sabe-se que as crianças ali presentes eram oriundas de núcleos familiares mais vulnerabilizados socialmente e, em sua maioria, acometidas de comprometimento de suprimento alimentar no ambiente caseiro, questão comprovada pelo resultado do inquérito realizado por Costa. No entanto, mesmo diante dos resultados, mantêm-se insistentemente a necessidade de comprovação por parte do aluno de ter algum tipo de merenda sendo levada para a escola ou, ainda, comprovar que a escola iria realizar tal oferta⁴⁹ para que o aluno, assim, finalmente recebesse o desjejum do SAPS.

Abaixo, figura veiculada no Jornal Correio da Manhã, do Rio de Janeiro, em que é apresentada a inauguração do serviço de desjejum escolar oferecido pelo SAPS na unidade pioneira da autarquia:

⁴⁹ Nesse momento da narrativa é importante ressaltar que o Brasil ainda não tinha um programa de merenda escolar instaurado e que apenas algumas escolas realizavam oferta de algum tipo de alimento, unicamente provida por ações das caixas escolares ou doações comunitárias. Mesmo assim, tais ações não poderiam ser afirmadas de modo contínuo, o que gera mais reflexões sobre os objetivos dessa imposição feita por Dante Costa aos alunos.

Figura 05 – Fila de crianças para o recebimento do primeiro “desjejum” oferecido pelo SAPS – Unidade do Rio de Janeiro/ RJ



Leia-se: Aspecto do ato inaugural da distribuição do “desjejum” na manhã de ante-ontem, no S.A.P.S., vendo-se um grupo de crianças que se aglomerava para o recebimento da primeira refeição do dia.

Fonte: Jornal Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 02 de outubro de 1942, p. 4.

Figura adaptada pela autora, 2021.

Aos poucos, a partir de 1946, o SAPS deixa de se apresentar na historiografia sobre alimentação escolar. Rodrigues (2011, p. 89 *apud* FOGAGNOLI, 2017) situa o desjejum do SAPS como a “materialização da assistência alimentar ao escolar”.

Dante Costa mantém-se em estudos direcionados com a questão da alimentação dos escolares, prosseguindo com a realização de publicações voltadas para a questão da alimentação infantil, além de discutir a necessidade de criação das políticas sociais de alimentação, focado na importância do ambiente de ensino como possível materializador dessas propostas, argumentando, ainda, que apesar de todos os estratos sociais serem atingidos por essas políticas, os mais pobres seriam os mais beneficiados, pois, além da questão educacional que seria praticada e legada a partir dessas políticas, o fato de se encontrarem em situação de pauperismo era também condicionante à necessidade de se tornarem grupos mais beneficiados com os programas de alimentação (FROTA, 2011).

Nesse cenário, apresentado o caminho e a necessidade em se olhar para o público infantil das escolas – e com a saída de cena do desjejum dos SAPS – novos passos são dados para a criação de uma política de alimentação voltada em específico para os escolares. Cada vez mais o ambiente de ensino a partir daí tornar-se-ia alvo, como um local estratégico para a perpetuação de práticas alimentares, propiciando consumo e aprendizado sobre alimentos que talvez não se encontrariam presentes no ambiente alimentar caseiro, educando a criança, e em consequência

disso a sociedade, o que proporcionaria de certo modo praticidade ao governo, uma vez que em um único ambiente conseguiria dispor de uma distribuição alimentar em larga escala.

1.5 Merenda Escolar: instauração e passos iniciais

Merenda é alimento e comida. Carrega, assim, expressivo significado para o ser humano, ultrapassando a mera satisfação de necessidades biológicas.
(BEZERRA, 2009, p. 104)

A alimentação escolar, mesmo que até aqui ainda não houvesse sido instaurada no Brasil, não se pode negar que se encontrava a caminho. Caminho esse traçado desde a ascensão da alimentação como saber científico, ancorado às questões sociais e refletido junto a esforços de diversos atores sociais. O SAPS e a proposta do desjejum escolar de Dante Costa na década de 40 apresentam-se, ainda que de modo tímido, como um rascunho a essa política voltada ao alunado, que teria início em meados da década de 50. Com a saída de cena do SAPS e o seu desjejum das crianças, retomaremos aqui a participação de Josué de Castro a esse cenário.

Castro, após deixar a chefia da sessão técnica do SAPS, em 1941, continuou mergulhado em sua luta, estudos e ligação a órgãos que estivessem firmados às questões sobre alimentação. Seria em um desses órgãos que se estabeleceria a primeira menção a, de fato, se oferecer algum tipo de alimentação dentro da rede educacional pública. Desse modo, a já citada CNA, organismo criado por meio do Decreto-Lei n.º 7.328, de 17 de fevereiro de 1945, vinculada ao Conselho Federal de Comércio Exterior, destinava-se aos estudos de todos os assuntos que se prendiam à alimentação da população brasileira (BRASIL, 1945). Em 1949, a Comissão foi transferida para o Ministério da Educação e Saúde e, de acordo com Vasconcelos (2005), apenas em 1951 foi regulamentada como órgão responsável por assistir ao governo na formulação da política nacional de alimentação, dirigida por Josué de Castro.

Essa regulamentação, por meio do Decreto n.º 29.446, de 06 de abril de 1951, passa também a investir a CNA nas funções de Comitê Nacional da Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas:

CONSIDERANDO que a Comissão Nacional de Alimentação, criada pelo Decreto-lei n.º 7.328, de 17 de fevereiro de 1945, e transferida para o Ministério da Educação e Saúde por força do art. 14 da Lei n.º 970, de 16 de dezembro de 1949, tem por objetivo fundamental o estudo de todos os assuntos que se prendem à alimentação da população brasileira;

CONSIDERANDO que a Organização de Alimentação e Agricultura, agência especializada incumbida dos assuntos de alimentação e agricultura das Nações Unidas, para a qual contribui o Brasil como país-membro, tem recomendado repetidamente a instalação em cada país de um Comitê Nacional com a função de centro de coordenação e ligação dessas atividades;

CONSIDERANDO ainda que, para essa função, está perfeitamente indicada a atual Comissão Nacional de Alimentação, integrada por membros designados por decretos de 7 de março de 1951 e recrutados nos vários Ministérios diretamente interessados nos assuntos da referida organização internacional,

RESOLVE:

Art. 1.º Fica a Comissão Nacional de Alimentação investida nas funções de Comitê Nacional da Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (BRASIL, 1951).

Ainda no final de 1951, após essa incorporação, os técnicos brasileiros do organismo foram convidados a uma viagem ao exterior, nos Estados Unidos, para a realização de cursos em caráter de aperfeiçoamento sobre inquéritos nutricionais. O profissional escolhido e indicado por Josué de Castro foi Walter Santos, um nutrólogo recém-formado. A viagem foi, então, realizada no primeiro semestre de 1952 e, segundo Coimbra, Meira e Starling (1982), foi essencial na criação da proposta de merenda escolar no Brasil. Santos, em seu regresso ao Brasil, traz consigo a referência de um programa equivalente norte-americano, com um modelo concreto.

A partir das ideias trazidas por Santos, a CNA elabora uma proposta de atuação da alimentação escolar e a inclui em seu plano geral para os próximos dois anos consecutivos 1953/ 1954. O plano geral tratava-se da Conjuntura Alimentar que se apresentava dividida em duas fases:

1.º) Uma “Fase Preliminar”, de ação circunscrita a determinadas áreas e grupos da população, na qual serão empregados e apurados mais modernos métodos de melhoramento das condições de nutrição de coletividades. Nesta fase ainda serão assentadas as bases para o desenvolvimento de outros fatores que possam contribuir para a solução definitiva da crise alimentar, entre as quais a instalação de novas indústrias de alimentação, capazes de incentivar a produção dos gêneros mais aconselháveis, multiplicando as suas disponibilidades para o consumo.

2.º) Uma “Fase de ação geral”, na qual os ensinamentos e a experiência acumulados na fase anterior serão aplicados a toda a população, concentrando-se os esforços nesse sentido numa “Campanha Nacional de Alimentação” (BRASIL, 1953, p. 19).

A proposta sobre um programa de merenda escolar encontrava-se apresentada sob a forma de itens que seriam realizados na fase preliminar do plano:

Fase preliminar

(Esquema) 1

Plano de Assistência e Educação Alimentar à Infância e a Adolescência.

A - Inquérito sobre Desnutrição Infantil

B - Programa Nacional de Merenda Escolar.

a) Plana de Assistência e Educação Alimentar ao Escolar.

b) Projeto de criação de um “Fundo Nacional de Merenda Escolar”.

C - Programa de Assistência Alimentar aos Estudantes de Cursos Secundário e Superior (BRASIL, 1953, p. 22; grifos da autora).

A justificativa do documento para as ações voltadas para crianças era que as necessidades nutricionais na infância eram maiores e, sendo esse um período de formação de hábitos para o desenvolvimento, se acometidos de algum tipo de erro alimentar estariam comprometendo a fase adulta. Outro trecho do documento apontava para casos de desnutrição localizados nos escolares, mediante estudos e pesquisas. Assim, por meio da oferta de alimentação, afirmava um caráter assistencialista intrínseco aos seus objetivos: “através da ‘Merenda Escolar’ devem receber as crianças uma suplementação alimentar capaz de corrigir, pelo menos em parte, as deficiências do cardápio de seus lares” (BRASIL, 1953, p. 26). Nesse momento, a CNA também discursava que já vinha realizando oferta de alimentação escolar em alguns locais do Brasil, mas que a proposta na conjuntura estaria objetivada em estender essa atenção para todo o país.

Estudos, traços de modelos, mapas, áreas de alcance passaram, então, a ser realizados para que ocorresse, realmente, a corporificação do programa de merenda proposto. Nesse momento, a atenção também era dada à necessidade de análise do tipo de merenda que seria oferecida, alimentos, preparações e métodos de financiamento, enfim, realizaram um esquema de como o programa seria; no entanto, segundo Coimbra, Meira e Starling (1982), faltava dinheiro.

Algumas tentativas de convencer o governo brasileiro da importância em apoiar a proposta foram realizadas pelos nutrólogos, por meio de publicações nos *Arquivos Brasileiros de Nutrição*. No editorial do ano de 1953, sobre a transcendência que o programa teria uma vez implantado, no entanto ainda pairavam dúvidas nas esferas governamentais sobre o possível potencial do projeto. Assim, outros tipos de ajudas e apoios foram necessários ser requeridos para colocar em prática todo esse estudo e projeto da merenda escolar (COIMBRA; MEIRA; STARLING, 1982).

De acordo com L'abbate (1988), o programa de merenda teria sido o único realmente concretizado, de todas as propostas apresentadas, pelo plano de alimentação. Mesmo que sem muitas condições financeiras para sua materialização, a CNA encontrou na participação do Fundo Internacional de Socorro à Infância (FISI)⁵⁰ apoio para essa empreitada. No início de 1954 começariam as primeiras ofertas e distribuição de leite em pó aos escolares no Brasil.

Apesar de, inicialmente, essa oferta ter sido modesta e com pouco alcance, os acordos firmados com o FISI garantiam a existência desses produtos vindos do mercado externo e, sendo recebidos e distribuídos aos poucos pelas regiões brasileiras, tínhamos um programa concreto para acontecer em 1955. No início do ano, Castro prepara-se para a posse em seu mandato como deputado estadual, já anunciando seu apoio a CNA para a continuação de execução do programa. No entanto, a morte de Getúlio Vargas traria mudanças a esse cenário. Com a posse de Café Filho⁵¹, seu sucessor, o grupo de Castro é afastado do comando da CNA e o Ministério da Educação e Cultura, por meio de um grupo, toma o programa do órgão, trazendo-o para seu controle (COIMBRA; MEIRA; STARLING, 1982).

Inquestionavelmente, os técnicos da CNA, nutrólogos e todo o grupo que regia o órgão, tiveram papéis importantíssimos na construção e início de efetivação do programa de merenda. O árduo trabalho da equipe, na busca por firmar acordos internacionais para que de algum modo fosse possível o gerir do projeto, confirma a exímia participação que tiveram, até que foram obrigados a deixá-lo. Coimbra, Meira e Starling (1982) nomeiam o ocorrido como golpe, golpe esse que, também, envolveria questões de diferenças políticas entre Castro e o representante governamental que assumia a nação:

Como se preparou o golpe para tomar a merenda escolar do grupo da CNA, não sabemos. O momento em que foi desfechado, porém é claro. Em final de março de 1955, quando Josué assumia sua cadeira na câmara, removia-se uma figura quase inatacável, por tudo que já tinha feito. Se seu nome e obra o garantiam, e às suas posições, enquanto eram dele pessoalmente sua capacidade de manter o controle desde fora da instituição não mais existia, após o desaparecimento de Vargas, e o enfraquecimento do PTB, que tinha preocupações demais para lutar pelo programa (COIMBRA; MEIRA; STARLING, 1982, p. 376).

Assim, por meio do Decreto n.º 37.106, de 31/03/1955, no então Governo de Café Filho, ocorreu a instauração da Campanha de Merenda Escolar no Brasil. A partir daí, se começaria

⁵⁰ Segundo Sturion (2002, p. 9), os alimentos doados pelo FISI, eram “originários de excedentes agrícolas internacionais, principalmente dos Estados Unidos e Canadá”.

⁵¹ João Fernandes Campos Café Filho assumiu a presidência do Brasil entre o período de 24 de agosto de 1954 a 08 de novembro de 1955.

uma nova história no que tange à alimentação como política pública, no momento já ancorada no seio educacional.

Durante o ano de 1955, poucos são os dados publicados e localizados sobre qual teria sido o alcance do fornecimento de merenda, que ainda não chegava a todos os estados brasileiros. O que foi possível apurar foi que, somente a partir de setembro de 1955, a campanha teria realmente começado, atingindo um número pequeno de escolas. No Estado do Ceará, por exemplo, apenas 7 escolas teriam sido beneficiadas pelo recebimento de alimentos; em Goiás, 54 escolas presentes em 23 municípios, no entanto, a quantidade e a periodicidade exatas de distribuição é pouco sabida (COIMBRA; MEIRA; STARLING, 1982).

Chegado ao fim de 1955, a campanha tinha novos e promissores horizontes traçados para 1956. Naquele momento, os acordos internacionais se alargaram e, além do FISI, passa a contar também com o *Commodity Credit Corporation* (CCC)⁵². Aos poucos, o projeto, antes de um pequeno grupo de nutrólogos, vai se expandindo e tornando-se necessário apresentá-lo mais robusto. Assim, já em 1956, com a intenção de promoção de atendimento em âmbito nacional, a campanha passou a ser denominada Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME).

No início de 1956, no Brasil, acontecia a posse do novo presidente Juscelino Kubitschek e a continuidade administrativa do programa foi mantida, a não ser pela saída de Walter Santos da chefia técnica para assumir a secretaria geral do conselho do abastecimento (COIMBRA; MEIRA; STARLING, 1982). Os primeiros anos da CNME, até 1959, são marcados pelo aumento de números de funcionários ligados ao órgão e que pouco a pouco vão sendo espalhados por diversas regiões do país. Eram também firmados com as superintendências convênios para que, desse modo, se responsabilizassem pela compra de alimentos para complemento do leite em pó recebido do exterior.

O governo brasileiro ficava a cargo, então, de fornecer alimentos de alto valor nutritivo, os chamados alimentos racionais, que no caso eram representados por farinhas enriquecidas, em sua maioria, e que nesse momento eram comprados da indústria local, que participavam de uma concorrência para fornecimento. No entanto, apenas pequenas empresas participavam nesse período, ao que parece a merenda não era ainda algo considerado seguro terreno de lucros para o grande setor comercial brasileiro.

Conforme Coimbra, Meira e Starling (1982), a principal provedora desses alimentos ao MEC era a Indústria de Produtos Alimentícios Racionais (INPAR), que se localizava no Rio de

⁵² Conforme Sturion (2002, p. 10), o *Commodity Credit Corporation* tratava-se de “um órgão do governo americano, responsável pela política de estoques agrícolas e preços mínimos”.

Janeiro, e assim era indicada a todas as superintendências, representantes estaduais e secretarias de educação para que as compras fossem realizadas.

O Governo Federal era o grande pilar de sustentação da campanha no Brasil por meio de orçamentos destinados ao projeto. Inicialmente, constata-se que as dotações desses orçamentos estavam vivendo picos de ascensão e que, aos poucos, mostraram-se em queda, o que conseqüentemente afetava de maneira direta o que chegava aos representantes estaduais. Em 1.º de outubro de 1956 o governo criou um Fundo Especial para custear despesas por meio do Decreto n.º 40.052, que era constituído de:

- a) contribuições que forem consignadas nos orçamentos da União, Estados, Municípios, entidades paraestatais e sociedades de economia mista;
- b) contribuição proveniente de acordos e convênios com entidades públicas e privadas;
- c) donativos, contribuições e legados de particulares;
- d) renda do patrimônio sob a guarda e responsabilidade da Campanha;
- e) tôdas e quaisquer rendas eventuais (BRASIL, 1956).

Conforme apresentado, esse seria um período em que o número de representantes aumentou, por meio de novas contratações, e de mais dotações e recursos por parte do governo. Contudo, segundo Coimbra, Meire e Starling (1982), não se pode afirmar que seria o período de maior quantitativo de merenda distribuída, pois os dados e números quanto a essas informações são bastantes escassos na historiografia sobre o programa, sendo que, em alguns poucos registros localizados, constatam-se divergências.

No início da década de 1960, a campanha passa por uma nova mudança em sua nomenclatura: Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE)⁵³. Outra principal mudança estava por ocorrer e tratava-se do fornecimento de alimentos, pois, nesse período, a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), por meio do programa Alimentos para a Paz⁵⁴, passa a substituir os outros fornecedores estrangeiros, e torna-se a única fornecedora exterior do leite em pó da merenda escolar no Brasil.

Os dados quanto à primeira negociação do Brasil com a USAID apontam para um número de 40.000 mil toneladas métricas de leite em pó que seriam recebidos com destino de

⁵³ Decreto n.º 56.886, de 20 de setembro de 1965.

⁵⁴ Segundo Stefanini (1998), no período após a Segunda Guerra Mundial, as grandes potências lideradas pelos Estados Unidos, preocupadas com o socialismo, por meio de organismos internacionais como, por exemplo, a Organização das Nações Unidas (ONU), estabeleceram programas de assistência técnica à agricultura de desenvolvimento de comunidades e de ajuda alimentar. Esses programas se expandiram especialmente naquele momento, servindo como escoamento dos excedentes de produção do Canadá e dos Estados Unidos, países esses que já haviam alcançado grande desenvolvimento agrícola desde a “revolução verde” e, assim, por meio da Lei dos Alimentos para Paz, os Estados Unidos regulamentariam as doações de alimentos.

metade para a CNAE e outra metade para demais programas de emergência da época. O leite viria em embalagens nas quais estivesse escrito de modo notório que se tratava de “Leite em pó fornecido pelo povo dos Estados Unidos da América e distribuído pelo Governo Brasileiro” (COIMBRA; MEIRA; STARLING, 1982, p. 483). Outros números que não se podem trazer para o estudo com clareza são os relacionados ao exato recebimento desse leite, quantitativo que se chegava até as superintendências e regionais e, finalmente, o número de merendas e alunos realmente assistidos. Esses são dados que se mostram também imprecisos para o que se tem sobre o período.

O programa estava em grande expansão, cada vez mais e mais áreas geográficas eram atingidas com a chegada do leite e cada vez mais o plano de alcance em todas as regiões era objetivado, planos esses que ao longo da década de 60 começam a efetivar-se, com mais regionais, superintendências, fortalecimento com criação de assessorias regionais. Novos objetivos para o futuro também eram amplamente aspirados e traçados, dentre eles compreende-se a oferta de mercado local para produtores de alimentos, máquinas e transportadoras. Assim, seriam realizadas tentativas de mostrar ao povo brasileiro que quem sabe, futuramente, tudo poderia ser feito, fornecido e oferecido pelo mercado nacional.

Ao que parece, esses planos futuros tiveram que ser antecipados, pois ainda em fevereiro de 1967 o governo americano faz o anúncio de sua retirada como fornecedor de alimentos pelo programa Alimentos para a paz. Caso o governo brasileiro quisesse manter o recebimento dos gêneros alimentícios, deveria comprá-los e pagar. Desse modo, com a saída de cena das doações internacionais, as aquisições dos alimentos passaram a ser realizadas na indústria brasileira, já a partir de 1969. Foi nesse momento que, também, “o leite em pó e os demais gêneros importados foram substituídos por alimentos formulados industrialmente (sopas, mingaus, *milk shakes* etc.), promovendo a expansão e o fortalecimento desse setor da indústria alimentícia” (STURION, 2002, p. 12). Com a entrada das empresas brasileiras podemos realmente falar em um fortalecimento interno do programa e, assim, o governo federal passava cada vez mais a centralizar as decisões e o comando quanto aos recursos.

Uma questão que merece ser trazida para a reflexão sobre esse período na década de 1970, momento da então nacionalização da merenda, se refere a como alimentos industrialmente produzidos foram tomando espaço dentro do programa escolar: sopas, mingaus e demais produtos correspondem a uma alta crescente no mercado interno, já que existia um público que consumia diariamente todos eles, um público pertencente a um projeto em larga escala de consumo.

Para algumas análises e narrativas sobre esse momento, são apresentadas discussões sobre como as crianças, no caso escolares, se tornaram primeiramente “refêns” da indústria alimentícia estrangeira, escoando seus excedentes industrializados e, conseqüentemente, tornando-os receptores dessas doações, consumidores ativos de seus produtos e, mais tarde, a indústria brasileira daria seguimento a esse projeto:

O programa de alimentação escolar, educando as crianças a comer certos produtos torna-os, portanto, compradores potenciais. O programa de alimentação escolar é, no momento, um mercado de possibilidades ilimitadas para produtos alimentícios e equipamentos. A alimentação escolar desenvolve e expande sua técnica, servindo maior variedade de alimentos (COIMBRA; MEIRA; STARLING, 1982, p. 532-533).

Ainda falando sobre a década de 1970, foi nela criado o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN). Sua criação é apresentada por Coimbra, Meira e Starling (1982) como resultante da necessidade de uma instituição com capacidade de coordenação dos órgãos responsáveis pela alimentação de populações mais vulnerabilizadas. Ainda em face da criação do INAN, ao que tudo indica, o grupo de profissionais da CNA que participou de reuniões com o governo para discutir a proposta de criação da instituição esperava que essa fosse, de certo modo, apenas uma ampliação estabilizada da CNA, mas, não era bem esse o plano do governo federal. Na verdade, com o INAN, a proposta era que recebesse de transferência da CNA as atribuições da Campanha Nacional de Alimentação Escolar, conforme consta no texto da Lei n.º 5.829, de 30 de novembro de 1972, em seus artigos 3.º e 4.º:

Art. 3.º O Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) elaborará programas de assistência alimentar destinados a atender, prioritariamente, a população escolar de estabelecimentos oficiais de ensino do primeiro grau, gestantes, nutrízes, lactentes e população infantil até seis anos, assim como programas de educação nutricional, principalmente para população de baixa renda familiar.

Art. 4.º O Poder Executivo poderá transferir as atribuições da Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE), de que trata o Decreto n.º 56.886, de 20 de setembro de 1965, para órgão da estrutura do Ministério da Educação e Cultura, ao qual competirão as atividades de educação e assistência alimentar no setor de Educação, observada a orientação geral do Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN) (BRASIL, 1972).

Desse modo, a partir de 1972, a responsabilidade dos programas e planos de alimentação e nutrição, passa a centralizar-se sob responsabilidade do INAN, vinculado ao Ministério da Saúde (L'ABBATE, 1989).

De acordo com Sturion (2002), o INAN foi o responsável por estabelecer o I Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN), no ano de 1973, por meio do Decreto n.º 72.034 de 30/03/1973⁵⁵, que acabou não sendo executado devido a questões orçamentárias e administrativas (COIMBRA, MEIRA; STARLING, 1982).

Ainda no ano de 1973, era lançada a Caracterização Operacional da Merenda Escolar Brasileira (COMEB), basicamente um documento técnico que traria informações, desde normas de licitações para aquisições dos alimentos até o controle biológico que fazia parte da campanha, palatabilidade, custo e valores nutritivos (ABREU, 2014; COIMBRA; MEIRA; STARLING, 1982; STURION, 2002).

Após três anos, o governo lança seu II PRONAN, para o período de 1976 a 1979, que se apresentava mais detalhado que o primeiro e trazia a necessidade de ter produtos naturais na alimentação dos estudantes, além do incentivo aos pequenos produtores, conforme artigo 2.º de seu decreto de criação e diretrizes:

I - A racionalização da assistência e da educação na área da alimentação e da nutrição;

II - O estímulo à produção, armazenagem, transporte e comercialização de alimentos básicos necessários aos programas oficiais de suplementação alimentar, mediante, especialmente, concessão de incentivos financeiros, fiscais e de mercado aos pequenos produtores cooperativados;

III - O combate a carências nutricionais, sobretudo através de medidas preventivas;

IV - O incentivo a estudos e pesquisas para melhoria dos padrões e das condições de alimentação e de nutrição;

V - O apoio à capacitação de recursos humanos para os serviços técnicos referentes à alimentação e nutrição;

VI - A expansão do sistema de alimentação do trabalhador, através de concessão de financiamentos e de incentivos às empresas e instituições civis de empregados e empregadores.

VII - A organização de sistema integrado de aquisição, armazenamento e distribuição de alimentos destinados aos programas de suplementação alimentar (BRASIL, 1976).

Assim, já parte do II PRONAN, a Campanha Nacional de Alimentação Escolar financiada pelo Ministério da Educação passa a ser denominada Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), no ano de 1979. A década de 1970 foi marcada por transições importantes: a saída do CNA, as novas diretrizes inseridas no INAN e, conseqüentemente no

⁵⁵ Em seu artigo 1.º, de criação, o I PRONAN trazia como estabelecida sua finalidade “acelerar a melhoria das condições de alimentação e nutrição da população, e conseqüentemente, contribuir para a elevação de seus padrões de saúde, índices de produtividade e níveis de renda” (BRASIL, 1973).

PRONAN, nova denominação e grande fortalecimento da indústria alimentícia brasileira⁵⁶, todas ampliadas após a saída de cena do apoio estrangeiro.

No período de 1965 até 1980, apesar de oscilações quanto ao número de municípios atendidos pelo PNAE, houve um aumento, segundo Spinelli (1997, p. 50), pois em 1973 conseguiu-se atingir cerca de 89% das prefeituras. Na análise de Coimbra, Meira e Starling (1982), esses números são difíceis de serem afirmados com certeza, já que bastava que a escola recebesse algum tipo de remessa de alimentos, uma única vez, para que fosse considerada atendida. Isso dificultaria a afirmação quanto à manutenção contínua dos números. Arruda e Almeida (2005) também discutem essa questão, apresentando que, apesar de aparente aumento de gêneros alimentícios adquiridos, não houve aumento no quantitativo de recursos investidos, o que também contribuiu para determinadas incertezas quanto aos números de alcance, compras e municípios atendidos e apresentados em diversas análises sobre o programa.

No ano de 1981 é criado o Instituto Nacional de Assistência ao Educando (INAE), substituto da CNAE, tornando-se responsável pelo PNAE. Já em 1983, por meio da Lei n.º 7.091, de 18 de abril de 1983, é criada a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), buscando continuidade no processo de descentralização da merenda:

Art. 3.º A Fundação de Assistência ao Estudante, terá por finalidade assegurar os instrumentos e condições de assistência educacional nos níveis de formação pré-escolar e de 1.º e 2.º Graus, constituindo seus objetivos básicos:

- I - a melhoria de qualidade, a diminuição dos custos e a criação de melhores condições de acesso dos usuários ao material escolar e didático, à alimentação escolar e às bolsas de estudo e manutenção;
- II - a coordenação da política de assistência educacional, bem como o desenvolvimento de estudos visando a subsidiar a sua formulação;
- III - o apoio à administração dos serviços de assistência educacional dos sistemas de ensino.

2.º Para a concretização de suas finalidades, a Fundação de Assistência ao Estudante atuará em harmonia com as Secretarias de Educação dos Estados e Territórios e do Distrito Federal (BRASIL, 1983).

Essa harmonia com as secretarias de educação é o primeiro passo para uma consolidação do papel desses órgãos como executoras do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (GUIMARÃES, 2019). Ainda em 1983, os alimentos distribuídos já variam entre

⁵⁶ Conforme O Joio e o Trigo, Prato Cheio podcast (2021), nesse momento também os grandes grupos de empresários ligados à agroindústria estavam crescendo e se fortalecendo. Ao final da década de 1970, cerca de 12 empresas forneciam merenda escolar no Brasil, onde 4 ou 5 delas controlavam quase 80% das vendas. Para saber mais: Série alimentação escolar, parte 2, 2021. Disponível em: <<https://ojoioetrigo.com.br/2021/07/o-vazio-no-prato-das-escolas-serie-alimentacao-escolar-2/>>. Acesso em: 18 dez. 2021.

formulados e básicos para o consumo, que passam a ser adquiridos e distribuídos pela Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL)⁵⁷, responsável por entregar os gêneros alimentícios nas coordenadorias estaduais, combinadas com as prefeituras locais para distribuição nas escolas. Percebe-se como a criação do INAE, associado com a FAE, gerou um fortalecimento dos estados, o que conforme Sturion (2002), foi o responsável pela transferência de algumas tarefas para esses e para os municípios, conferindo maior autonomia sobre os cardápios e a compra de alimentos, reafirmando, assim, o início do processo de descentralização submetido mais tarde com o Programa de Municipalização da Merenda (PMME).⁵⁸

Ao final da década de oitenta, o Brasil possui, então, oficialmente um programa de merenda escolar em nível nacional, caminhando a “pleno vapor”. Chegamos, assim, ao advento da Constituição de 1988, com o retorno da democracia ao país, em que os direitos sociais são ampliados na agenda governamental e a alimentação do escolar como competência do Estado é apresentada no artigo 208, capítulo III que trata da Educação, da Cultura e do Desporto, em seu inciso VII:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:
VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (Redação dada pela Emenda Constitucional n.º 59, de 2009). (BRASIL, 1988).

⁵⁷ Decreto n.º 55.898, de 7 de abril de 1965. Cria na Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL) o Fundo para Melhoria da Distribuição de Gêneros alimentícios (BRASIL, 1965). Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-55898-7-abril-1965-396212-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Cria%20na%20Companhia%20Brasileira%20de,aliment%C3%ADcios%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias>>. Acesso em: 15 mar. 2022.

⁵⁸ De acordo com Abreu (2014) e Sturion (2002), esse período de municipalização da merenda compreendido entre os anos de 1986 e 1989, em fase experimental, teria atingido 197 municípios e como resposta houve reduções na perda de alimentos, melhores adequações nos cardápios, participação comunitária e local. No entanto, tal processo foi descontinuado, devido a problemas operacionais e demoras em repasses de recursos, devido à pressão das indústrias de alimentos que forneciam diretamente para o governo federal, tendo nesse um assíduo cliente para seus produtos. Sendo reiniciado apenas no ano de 1992, e posteriormente materializando-se em 1994, quando a Lei n.º 8.913, de 12 de julho de 1994 foi publicada, tratando da municipalização do programa. A lei foi revogada e reformulada pela Lei n.º 11.947, de 16 de junho de 2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm>. Acesso em: 17 set. 2022.

II TRAMAS LOCAIS SOBRE EDUCAÇÃO E ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: PERCURSOS E SUJEITOS

Mas como contar a vida cotidiana, “os pequenos pormenores, que não é permitido ao historiador citar”?
(GINZBURG, 2007, p. 151)

Como Carlo Ginzburg menciona nessa epígrafe, trataremos agora de dar atenção aos pormenores, à vida cotidiana e aos desdobramentos sobre a alimentação escolar de um modo mais individualizado. Apresentado o cenário nacional, as questões que se fizeram construtoras socialmente da necessidade de criação das políticas de alimentação e o desenvolvimento de ações para corporificação do projeto nacional referente à criação e à instituição da merenda escolar, passaremos agora a acompanhar esse período de um modo mais específico, local, a partir do ano de 1952, momento em que, conforme apresentado, a merenda ainda não havia sido instaurada oficialmente no Brasil, mas já se apresentava como projeto a ser desenvolvido.

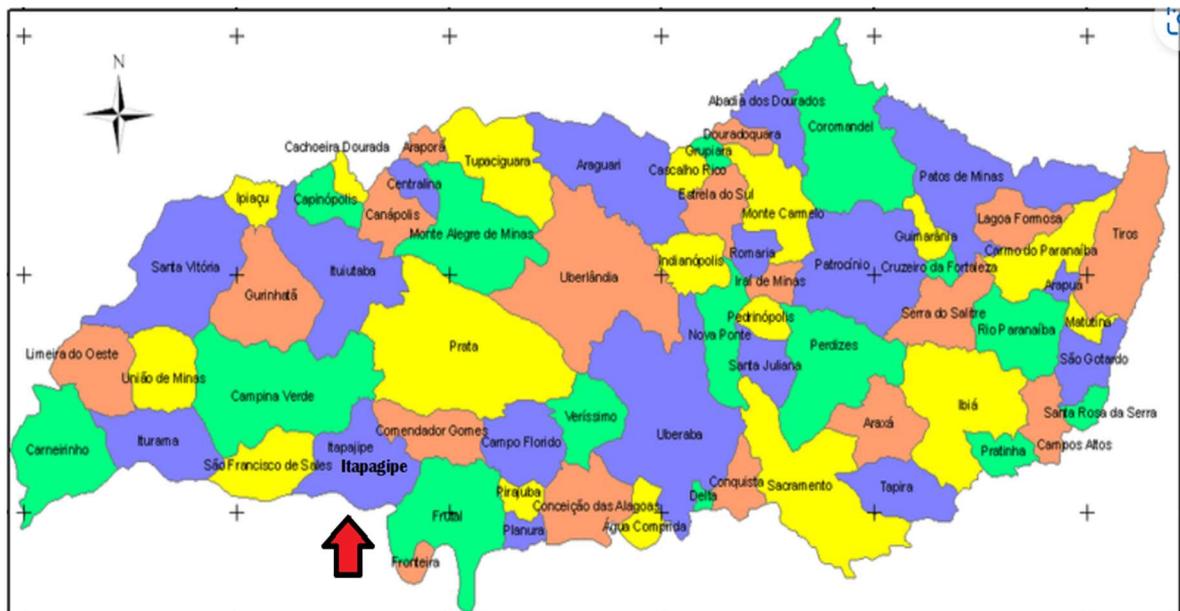
Nessa sessão pretende-se, além da apresentação de uma história local envolta na alimentação escolar, traçar diálogos entre os cenários, nacional, regional e local que se compreendam conectados ao contexto histórico, permitindo ao leitor abarcar e refletir sobre como eles são e foram vivenciados de modo singular, e que, analisados sob uma abordagem micro analítica, poderão nos apresentar como se encontram em constante diálogo a todo contexto histórico narrado até aqui.

A historiografia sobre alimentação escolar no Brasil possui raízes em problemas sociais e desenvolve-se em meio a questões políticas, como se tentou mostrar até agora nesse estudo. Desse modo, trataremos de contextualizar esses aspectos, só que de modo mais excepcional. A cidade, a escola e os contextos sociais farão parte dos ambientes utilizados para a materialização de se discutir sobre alimentação no ambiente de ensino. Com nossa lupa, apresentaremos o cenário educacional de Itapagipe e desvelaremos o que ocorria nesse espaço, enquanto nacionalmente eram criados e recriados órgãos, leis, e decretos que subsidiaram a chegada de alimento até os mais distintos espaços de ensino espalhados pelo Brasil. Por outro lado, também compreenderemos questões estruturais e sociais intrínsecas ao cenário alimentar nacional, que discorrem de modo linear em caminho ao fulgor da importância social dessa política social inserida no âmbito da educação.

2.1 Um espaço mineiro, Itapagipe: caracterização do município

Itapagipe é um município interiorano localizado no pontal do Triângulo Mineiro⁵⁹, com população estimada em 15.511 habitantes de acordo com o IBGE⁶⁰ e será o local para onde meus olhos se voltarão para observar, apresentar como se deu a oferta de merenda escolar, concomitantemente aos primórdios de instituição do programa instaurado em âmbito nacional. Ao longo do processo de construção dessa narrativa, pude notar um processo evolutivo ao qual a cidade foi condicionada no espaço temporal proposto. De um pequeno povoado construído a partir de um terreno doado, formou-se uma cidade que possui características peculiares tanto no processo de formação, quanto em aspectos sociais que ao longo dos anos foram se moldando e que em determinados momentos poderemos entrelaçá-los nessa narrativa.

Figura 06 – Mapa representando os municípios da mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba – Itapagipe/ MG em destaque



Fonte: IBGE – Figura e referência à cidade de Itapagipe adaptadas pela autora, 2021.

De acordo com o livro *Nossa História* [1992?], a cidade teria tido indígenas de passagem, quando ainda as terras eram apenas um povoado. Peças de cerâmica e outros vestígios encontrados dariam essa informação, no entanto, nenhum documento fora encontrado como comprobatório de tais narrativas. Durante sua constituição possuiu três⁶¹ nomes distintos

⁵⁹ A região conhecida hoje como Triângulo Mineiro anteriormente era povoada por famílias de escravos e antes era conhecida como Sertão da Farinha Podre (SOUZA, 2013).

⁶⁰ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dados referentes ao ano de 2021.

⁶¹ Os nomes da cidade foram: Patrimônio de Santo Antônio, por serem os primeiros terrenos locais doados a Santo Antônio; Lageado, por ter em seus córregos lajes que conservam até hoje grande queda d'água e, finalmente, Itapagipe, palavra de origem indígena cujo significado é "pedra dura" (LIMA, [1992?])

que foram alterados ao longo dos anos e que tinham significados, até que chegasse ao atual⁶², nome escolhido por um promotor de Justiça da cidade vizinha da qual o povoado era distrito.⁶³

As terras locais sempre foram consideradas férteis e propícias para o plantio, sendo, no entanto, inicialmente apenas para consumo local, com raras vendas para cidades vizinhas. Em uma pesquisa realizada no ano de 2009, Alécio Perini Martins, em sua dissertação de mestrado *Bacia do Ribeirão Cachoeira de Cima, (Itapagipe MG): avaliação ambiental integrada e alternativa de uso*, reafirma essa caracterização do solo como ideal para o desenvolvimento de atividades agropecuárias, essas que, se apresentam exercidas no município desde sua criação (MARTINS, 2009).

A riqueza da expansão agrícola como impulsionadora da economia local pode ser observada até os dias atuais, juntamente com a pecuária, que, com o avanço da industrialização do leite, o trouxe como forte poder comercial. Observa-se um distinto plantio de variadas árvores, além de componentes da flora como plantas medicinais, frutas e hortaliças.⁶⁴

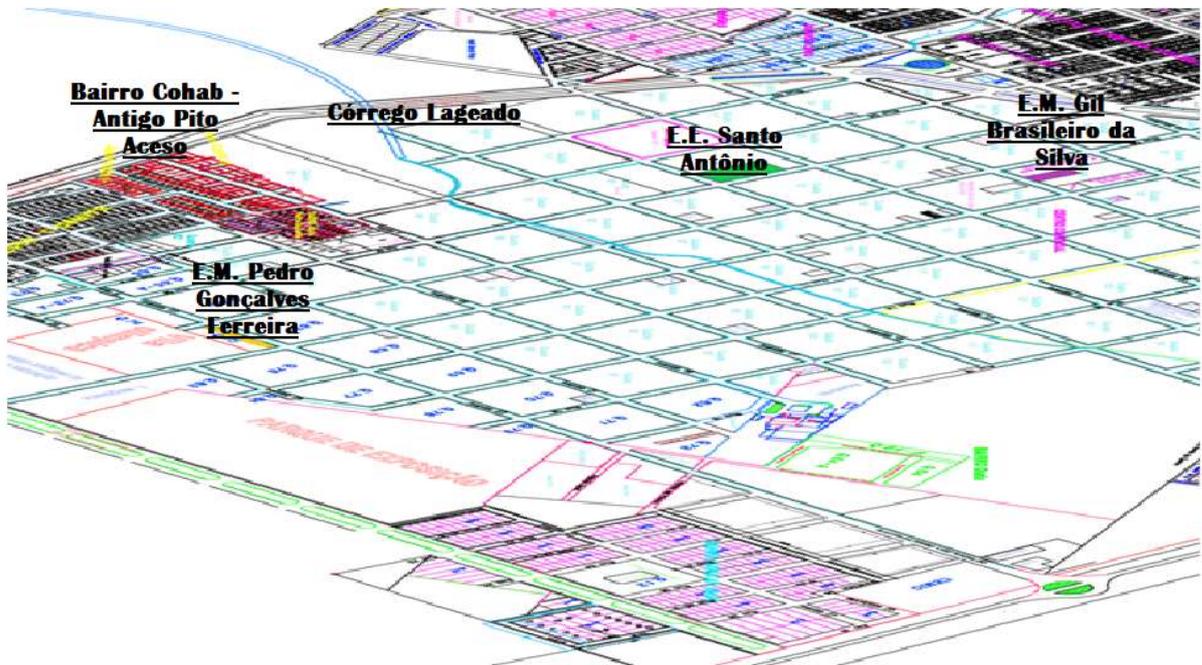
A área geográfica da cidade é permeada por um curso d'água que passa e a divide, nomeado de Corrêgo Lageado. Essa repartição por meio do córrego gera entre os moradores locais certo sentimento de preferência sobre qual lado da cidade residir, sendo um fator que confere um tipo divisão social à população.

⁶² Em toda a literatura oficial e não oficial produzida pelo município de Itapagipe que se tem conhecimento e contato, o significado do nome da cidade sempre foi “pedra dura” em Tupi guarani, povo que se julga terem habitado aquele local. Durante as leituras para esta dissertação, em um momento de curiosidade, me desprendi a procurar o nome de Itapagipe em um dicionário de Tupi que traduz Itapagipe com outro significado, sendo “rio de pedra chata”. Questões a serem problematizadas surgem junto a esse fato, sendo importantes de averiguação para o porquê de uma difusão errônea por anos e de nunca isso ter sido assunto para discussão. Tais questionamentos nos levariam a nos distanciar muito do objeto de estudo dessa abordagem, mas merecem ser apresentados.

⁶³ Conforme o Decreto Lei n.º 148, de 17/12/1938, somente após dez anos, em 27/12/1948, o povoado foi elevado à categoria de município.

⁶⁴ De acordo com o livro *Nossa História*, no solo do município pode-se encontrar distintas árvores, tais como seringueira, guatambu, pororoca, cerne, ipê, jequitibá, peroba, aroeira, sucupira, cedro, dentre outras. As plantas medicinais seriam sabugueiro, camomila, hortelã, poejo, carqueja, gengibre, boldo dentre outros. As frutas seriam murici, mangava, pitanga, jambo, jenipapo, conde, pinha, maracujá, romã, melancia, abacaxi dentre outras. As hortaliças seriam abóbora, acelga, agrião, alface, almeirão, cebola, cebolinha, cenoura, repolho dentre outras (LIMA, [1992?]).

Figura 07 – Disposição geográfica da cidade de Itapagipe/ MG, focalizada no curso de água que divide a cidade utilizando-se de um bairro periférico e instituições de ensino como representações da divisão econômica e espacial do território.



Fonte: Secretária de Infraestrutura Urbana de Itapagipe, em 14 de setembro de 2021.
Adaptado pela autora, 2021.

Historicamente essa situação de preferência quanto a qual lado da cidade é considerado melhor, é narrada no livro *Nossa História*:

Mais ou menos neste ano é que a capela de Santo Antônio teve seus primórdios, em uma choupana, onde se localiza, hoje, a Malibu construída à margem esquerda da vertente do lageado. Foi, porém, de pouco tempo o seu assento nesse local; porque, convencendo-se logo o padre de que melhor local ficava à margem direita, determinou que ali se levantassem os esteios de uma capela (LIMA, [1992?], p. 40).

As pessoas que residem do lado direito, observando-se a Figura 07, seriam aquelas consideradas de melhor poder aquisitivo, mais ricas economicamente falando, em relação às alocadas do lado esquerdo que seriam aquelas pertencentes a classes mais populares.

Essa divisão espacial da cidade vai muito além de apenas observações, enxerga-se uma caracterização mais humilde da população moradora do lado esquerdo, estendendo-se essa

divisão à localização das escolas da cidade.⁶⁵ A segregação espacial presente na cidade sucumbe a uma análise de vertentes, as quais apresentam certas regiões povoadas por classes mais pobres. A problematização dessa divisão inclui fatores como renda e a própria estrutura de formação inicial da cidade. Esse agrupamento de pessoas que compartilham de algum tipo de vulnerabilidade social mostra-se presente no cotidiano não só das grandes cidades como podemos constatar em Itapagipe. Roma (2008, p. 33; grifos no original) utiliza o termo segregação socioespacial a essa discussão:

[...], mas entendemos que somente analisando o social e o espacial em conjunto é que se pode começar a compreender a complexa “natureza” da diferenciação social, e espacial, e, por meio dela, a segregação socioespacial. [...] Adotamos, assim, o conceito de segregação socioespacial, pois as relações sociais, econômicas e culturais refletem-se no espaço e são por ele também determinadas.

Ainda com olhares atentos a essa “divisão” geográfica dentro da cidade, observa-se na Figura 07 que, ainda do lado esquerdo, temos a localização do bairro nomeado de Cohab I e II, antigo Pito Aceso, que segundo Barbosa (2020, p. 9), foi um antigo bairro da cidade, “destruído fisicamente, mas que, sobrevive no território da memória”. Sua formação, segundo a autora, foi dada no fim da década de 1960 e início dos anos 1970, por pessoas que vinham das fazendas da região e que não tinham onde morar. Sem condições para adquirir moradia própria, então, começaram a construção de suas casas em um terreno da prefeitura; essas pessoas eram muito carentes e pobres, na maioria pretos⁶⁶. Desse lado da cidade encontra-se apenas uma escola, considerada pela população ser receptiva à classe mais pobre, enquanto do lado direito localizam-se três instituições de ensino, sendo duas delas hoje estaduais e uma municipal.⁶⁷

⁶⁵ Barbosa (2017, p. 103), em sua dissertação de mestrado, ao abordar o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira nas instituições escolares de Itapagipe no período de 2003-2016, menciona que o fator de vulnerabilidade econômica somada à cor da pele de alunos assistidos pela escola localizada do lado esquerdo em relação ao córrego na Figura 07, “criaram no imaginário de grande parte da população da cidade de Itapagipe que aquela é uma escola de pobre, de preto e de crianças desajustadas”.

⁶⁶ Ao refletirmos sobre a simbologia do antigo bairro, damos conta de um espaço que se mostrou acolhedor a populações que vinham migradas pelo processo de êxodo rural.

⁶⁷ A outra escola da rede estadual trata-se da Escola Alonso de Moraes Andrade, criada pelo Decreto-Lei n.º 5335, de 18/10/1957. De acordo com o livro *Nossa História* [1992?], ela só foi instalada oficialmente em 01/05/1967, unificada ao Grupo Escolar Santo Antônio, que cedeu nessa data salas, alunos e professores de oito classes para o funcionamento do novo Grupo Escolar que desde o início era estadual, portanto, não será abordado nesse trabalho. Já a Escola Santo Antônio, apesar de hoje ser uma escola da rede estadual de ensino, primordialmente era municipal e foi a primeira escola do município na zona urbana, essa será objeto de nossos estudos.

2.2 A educação municipal, universalizar para quem?

Quando ainda não era oferecido algum tipo de instrução pública nas redondezas, o município de Itapagipe apresentava em sua história a existência de escolas particulares rurais, que recebiam as crianças da região, concentradas em um local para serem ministradas as aulas. Os professores seriam pessoas consideradas de instrução. Conforme Saviani *et al.* (2014a, p. 50), o surgimento de escolas particulares se daria em função de um desinteresse do poder público pela educação. Ainda segundo os autores, é apenas no final do século XIX, que essa situação se modifica e a educação popular tornar-se-ia bandeira de lutas de liberais republicanos, compreendendo, assim, a criação dos chamados Grupos Escolares,⁶⁸ surgidos inicialmente no Estado de São Paulo e posteriormente instalados no Estado de Minas Gerais por volta do ano de 1906, quando João Pinheiro, presidente do Estado, nesse momento, formalizou a criação dos grupos escolares, conforme a Lei n.º 439, de 28 de setembro de 1906 (MINAS GERAIS, 1906).⁶⁹

Para Souza (2014), a criação dos grupos escolares representaria uma das mais importantes inovações educacionais ocorridas no século XIX e traria uma adequação à escolarização em massa e às necessidades da universalização de uma educação popular.

⁶⁸ Segundo Saviani *et al.* (2014a; 2014b), os Grupos Escolares seriam uma invenção recente na história da educação brasileira, que se tratava de um modelo de organização do ensino elementar mais racionalizado e padronizado, sendo, portanto, uma escola adequada à escolarização em massa e às necessidades da universalização.

⁶⁹ Cf. OLIVEIRA, 2012.

Figura 08 – Senhor Gil Brasileiro da Silva, professor na escola particular rural da fazenda Macaúba, município de Itapagipe



Fonte: Casa da Cultura Dona Fatinha de Itapagipe – MG. Adaptado pela autora, 2022.

Disponibilizar acesso educacional à população se tornava cada vez mais necessário em uma sociedade que vivenciava processos de urbanização e a instauração de um novo regime político. A educação apresenta-se, nesse sentido, além de destacada, envolta em necessidades e interesses de uma classe política, a qual buscava “moldar o novo homem, nos princípios da educação e da civilidade” (GATTI; INÁCIO FILHO; GATTI JÚNIOR, 2015, p. 146).

Assim, “não só a cidade republicana surge como uma nova proposta, mas também a escola, pois, caberia a ela a construção desse novo sujeito social” (GATTI; INÁCIO FILHO; GATTI JÚNIOR, 2015, p. 146). Em Minas Gerais, segundo Faria Filho (1998, p. 146), nos primeiros anos do século passado, a escola mineira visava “influenciar os ‘poderes constituídos’ e, nesse movimento, constituir-se como um poder de influência sobre os ‘outros’ sobre aqueles que se localizam na periferia”. Desse modo, baseado no poder de disciplinar e de alcançar a todos os sujeitos, não só os de elite, o processo de escolarização estaria sendo utilizado concomitantemente para impetração de valores considerados verdadeiros; vantagens econômicas aparecem nesse cenário como formadoras do processo educacional. A educação passa a ser compreendida como dever do governo juntamente com o cidadão:

Quando, diante dos avanços industriais e das novas tecnologias de trabalho, o operariado precisa qualificar-se, ainda que minimamente, a fim de corresponder às imposições das exigências econômicas e sociais, a educação passa então a ser entendida também como um dever do cidadão para com a sociedade. Se o indivíduo mal-formado pode comprometer toda a engrenagem social, a instrução é o meio mais eficaz de qualificar para o trabalho especializado – que aumenta o progresso – e, também de disciplinar o cidadão por meio de conteúdo moralmente formador (SAVIANI *et al.*, 2014a, p. 5).

Constata-se, assim, que o interesse em educar encontrava-se subliminarmente emaranhado ao progresso da nação. A qualificação, por mais que fosse mínima, conforme citado por Saviani e outros, era necessária, daí a grande necessidade em se alcançar as populações mais vulnerabilizadas, já que essas também careciam de serem moldáveis conforme a necessidade. Apenas com o ensino voltado para as elites isso se tornaria tarefa difícil. Não era vislumbrado encaminhar os cidadãos mais pobres a questionamentos ou em busca de condições de vida melhores, a uma ascensão social. A oferta de educação apresentar-se-ia como universal, mas as condições de oferta de recepção individual de cada sujeito aparentemente não estariam no topo das preocupações.

Freire (2021b) nos diz que para educar e formar é preciso conhecer a geografia social dos indivíduos e a maioria dos indivíduos que ansiavam por educação pública são pertencentes a camadas populares da sociedade; o lugar social deles e as condições que tinham naquele momento para acompanhar o ensino são fatores que desencadeariam um imenso questionamento e reflexões sobre os processos educacionais iniciais, podendo ser observados em escala nacional, regional e local.

A cidade interiorana de Itapagipe acompanhou todas essas tramas envoltas no processo educacional, desde a maciça presença de escolas particulares rurais recebendo sujeitos oriundos de camadas sociais mais abastadas da população, até a criação das primeiras escolas públicas, quando o estado definiu que precisava, mesmo que de modo superficial, oferecer algum tipo de instrução à classe mais pobre, já que era considerado necessários para o progresso da nação.

Acompanhando a evolução regional e nacional, conseqüente ao ensino particular em meio rural, apresenta-se a criação da primeira escola pública municipal de Itapagipe, que teria sido construída por volta de 1916⁷⁰ e chamada de “casa de instrução”, quando a cidade era nomeada de Lageado e distrito de Frutal/ MG. Naquele momento aconteceu a contratação do primeiro professor público do município (LIMA, [1992?]).

⁷⁰ A data precisa de criação da primeira escola pública rural do município não se encontra declarada nos documentos oficiais, apenas o ano de 1916 como menção à ocorrência.

A partir daí, um conjunto de escolas rurais, urbanas e colégios antes restritos apenas às elites passou por um processo de expansão dentro do município, que se tornou responsável por manter e gerir o ensino local, apresentando-se, assim, um período movimentado. Com a posterior emancipação política da cidade, em 01/01/1949, iniciam-se as contratações de professores, criação de cargos de inspeção e novas escolas, muitas construções tanto na zona urbana quanto na zona rural, tendo participações efetivas de muitas pessoas, em especial de sujeitos políticos locais e seus contatos no governo estadual de Minas Gerais (LIMA, [1992?]).

2.3 O legado das escolas públicas em Itapagipe: pobres x ricos

Atualmente a cidade de Itapagipe conta com duas escolas da rede municipal de ensino na zona urbana, a escola Municipal Pedro Gonçalves Ferreira, que foi criada pelo Decreto n.º 31.491, no dia 05 de julho de 1990. Considerada pela população uma escola que abriga alunos pertencentes às camadas populares do município, sua localização, como mostra a Figura 07, apresenta-se ao lado esquerdo do então córrego do Lageado. Ao lado oposto, ou seja, do lado direito, é localizada a Escola Municipal Gil Brasileiro da Silva uma instituição de ensino criada por meio da Lei municipal n.º 22/1997, e que teve seu ensino municipalizado por meio da resolução da SEE/ MG n.º 9.218/1998; sua localização do lado direito às margens do córrego segue a caracterização veiculada ao espaço geográfico no qual se encontra, constituindo assim a continuidade do legado ao qual a Escola Pedro esta imersa desde sua criação.

Os alunos que frequentam a escola Gil, na fala da própria população, são os ricos. De acordo com Barbosa (2017), o imaginário criado pela população sobre as classes sociais das crianças que frequentam ambas as escolas são difundidas ao longo dos anos na cidade. Observa-se que esse zoneamento das escolas é utilizado atualmente até mesmo no momento da matrícula dos estudantes, em que o aluno deve estudar na escola que esteja mais próxima à sua casa, a opção de escolha de qual escola estudar figura-se nas entrelinhas do famoso “jeitinho”. Apresenta-se, portanto, que famílias de mais alto poder aquisitivo concentram-se próximas à Escola Gil Brasileiro, região central da cidade, o que difunde essa ideia de diferenciação das classes sociais nas instituições, sendo que esses fatores de disparidade social entre os educandos evidenciam-se transpostos ao longo dos anos pela sociedade local.

Como foi criada já no fim da década de 90, a Escola Gil Brasileiro não é retratada na obra *Nossa História* e no que tange falarmos sobre alimentação ofertada aos alunos, a instituição encontra-se desde sua inauguração inserida no atual PNAE, período este em que uma gestão descentralizada já era praticada por essa política. Assim, seus acontecimentos envoltos

a alimentação já se inserem em outro recorte temporal não abordado e alcançado com este estudo. Já na escola Pedro Gonçalves outra questão levantada seria que os alunos que a frequentariam seriam aqueles considerados de mais baixo rendimento acadêmico e com maiores dificuldade de aprendizagem.

A questão de baixo(a) rendimento/ aprendizagem dos alunos é contextualizada no trabalho de Ana Laura Gondinho Lima (2015), em que a autora explica sobre a importância e destaque que Arthur Ramos⁷¹ teve ao questionar fatores que se apresentassem envolvidos no baixo rendimento dos alunos. Segundo a autora, Ramos afirmava ser necessário olhar para os sujeitos para além de fatores hereditários, considerando o ambiente familiar e suas características físicas, psicológicas herdadas. No entanto, nesse ambiente familiar não seriam compreendidas condições materiais e sociais vividas pelas famílias, a exclusão realizada por fatores sociais e materiais, entrelaçando-se, conseqüentemente, questões relativas à renda, o que figuraria como fator de predisposição a diversos processos de desestruturação na vida do aluno.

Esses processos estão totalmente interligados a questões sociais, conseqüentemente podendo ser correlacionadas, por que não, à oferta e ao consumo alimentar no seio familiar. Sabe-se que questões ligadas à renda são um dos principais reflexos em análises de como se avaliar a alimentação de sujeitos. A falta de dinheiro ou as dificuldades financeiras sofridas pela população são determinantes ao que as famílias irão consumir, falando-se de alimentos. O valor monetário atribuído aos alimentos configura um excludente daquilo que será ou não consumido além da frequência em que isso ocorrerá.

Na “história oficial” apresentada sobre o município, publicada (possivelmente) em 1992, dois anos após a criação da escola Pedro Gonçalves não se constata em nenhum trecho a menção sobre o modo como se dava a alimentação dos alunos, não se sabendo ao certo se era oferecida e como era, quem foram as pessoas responsáveis ou se simplesmente não havia a disponibilização de alimentos na escola supracitada. Como a instituição de ensino também foi criada já na década de 90, não se encontra inserida no recorte temporal proposto pelo presente estudo.

⁷¹ De acordo com Lima (2015), formado na Faculdade de Medicina da Bahia, destacando-se no estudo e tratamento de crianças que apresentavam dificuldades na escola, Ramos contribuiu para a divulgação da psicanálise no campo educacional.

2.4 Grupo Escolar Santo Antônio

A Escola Santo Antônio⁷² é trabalhada de modo especial nesse estudo, pois seu período de criação na cidade de Itapagipe encontra-se paralelo ao período em que o então programa de Merenda Escolar foi instaurado no Brasil. A escola, assim, servirá de campo para a análise do desabrochar da política de alimentação escolar sob uma perspectiva local. Desde o início, essa constatação de paridade do período de surgimento da escola com a instituição do programa mostrou-se muito importante, já que, como anunciado, a particularização de acontecimentos em torno de um mesmo assunto serve de condutora a reflexões sobre conexões dos episódios em âmbito local, regional e nacional, constituindo a formação de narrativas e histórias diversas.

A alimentação escolar não aparece representada em nenhum momento da escrita local, citações sobre fatores sociais econômicos e políticos são constantemente debatidos, mas, no que perpassa o ambiente educacional vivido e ilustrado na escrita, não foram encontrados fragmentos que pudessem descortinar a compreensão de como se deu essa vivência alimentar na escola, mesmo estando a criação da instituição de ensino inserida no lapso temporal do então início do funcionamento da política de alimentação escolar no Brasil. Esse silenciamento de acontecimentos, segundo Ginzburg (2007, p. 52), estaria associado ao fato de “deixar na surdina” alguns assuntos que pudessem se associar a algum tipo de tensões, tanto sociais, culturais ou religiosas.

Portanto, para essa compreensão, foi preciso ir além da narrativa apresentada no livro *Nossa história*, uma vez que seus escritos não subsidiariam respostas e suportes necessários, sendo, então, necessário se buscar rastros que foram deixados ao longo desse período para um entendimento de como as coisas aconteceram e foram vivenciadas além das linhas escritas nos documentos e registros sobre o programa de merenda e na obra *Nossa História* no que tange ao aspecto alimentar educacional local.

A hoje Escola Estadual Santo Antônio foi fundada no ano dia 06 de março de 1952, na administração municipal do senhor Alonso de Moraes Andrade (LIMA, [1992?], p. 173) durante o governo Milton Campos, em uma cerimônia que além do atual prefeito estavam presentes algumas professoras e alunos já matriculados⁷³. Inicialmente, a instituição funcionava em

⁷² Inicialmente nomeada de Grupo Escolar Santo Antônio. A população da cidade é bastante devota ao catolicismo, assim como o primeiro nome do município foi uma homenagem a Santo Antônio. Esse fervor religioso perpetua-se simbolicamente no nome da escola municipal.

⁷³ Segundo o *site* oficial da Escola Santo Antônio (2021), durante a cerimônia de inauguração das “Escolas Reunidas Santo Antônio”, encontravam-se presentes cerca de 102 alunos, dos 253 matriculados. Disponível em: <escolasantoantonio.com.br >. Acesso em 20 nov. 2021.

prédios alugados pela prefeitura que se encontravam espalhados pela cidade, recebendo o nome de “Escolas Reunidas Santo Antônio”. No ano de 1955 a escola passou a ser denominada “Grupo Escolar Santo Antônio”, conforme Decreto Estadual n.º 4.819, de 03 de dezembro de 1955. No ano de 1958 ocorre a chegada de uma jovem mestra em educação na cidade, que passou a trabalhar na escola como professora e depois, no ano de 1959, é nomeada como diretora, mantendo-se no cargo até o ano de 1989. Segundo consta na obra *Nossa História* [1992?], embora existisse uma lei que designava a escola como do estado, ela se mantinha com recursos municipais. Somente após a chegada dessa professora, foi requerida a organização e manutenção pelo estado, ela teria sido a responsável por esse feito e, também, pelo início da oferta do 4.º ano primário na instituição de ensino (LIMA, [1992?]).

Posteriormente, em 1963, foi realizada a construção de um prédio próprio, já que o número de alunos estava em ascensão e era preciso organização de espaços que os recebessem, ultrapassando a situação de oferta de ensino em casas ou pequenos espaços rurais, mantendo-se o nome de “Grupo Escolar Santo Antônio”.

Na Figura 09 apresenta-se o então primeiro prédio da instituição escolar. Analisando-se a fotografia, é possível constatar que suas paredes eram feitas de um material que, segundo Barbosa (2017, p. 118), era “semelhante ao alumínio,” ou seja, o prédio em si apresentava uma arquitetura diversa do apresentado por Souza (2014, p. 65), em uma tentativa de explicar como eram os grupos escolares:

[...] O grupo escolar, localizado geralmente no centro do núcleo urbano, ocupava um lugar de destaque, o mesmo atribuído à educação como motora do progresso e do desenvolvimento social. Apesar da monumentalidade, a concepção arquitetônica dos primeiros grupos escolares aliou a racionalidade e funcionalidade aos padrões estéticos [...].

Apesar do Grupo Escolar Santo Antônio estar localizado em região central da cidade, como apresentado no mapa da Figura 07, suas características arquitetônicas não condiziam com a monumentalidade e pavimentação de grandes edifícios como apresentado pela autora.

Figura 09 – Primeiro prédio construído da E.E. Santo Antônio – 1963



Fonte: Casa da Cultura Dona Fatinha, localizada em Itapagipe. Adaptado pela autora, 2021.

O prédio foi erguido do lado direito da cidade, ao ter-se como referência o córrego Lageado, sendo esta área geográfica considerada “lado de pessoas de melhores poderes aquisitivos.” Surgem questionamentos sobre as dificuldades enfrentadas por alunos moradores do outro lado do córrego para conseguirem chegar até a instituição de ensino (o próprio “Pito Aceso”, bairro periférico da cidade que se encontrava distante da escola) e quais teriam sido os critérios levados em consideração ao se construir afastado dessa área. Apesar de os grupos escolares terem sido, na maioria das vezes, erguidos em espaços centrais das cidades, a localização geográfica escolhida em Itapagipe poderia influenciar e ser considerada empecilho para o portão de entrada da única escola pública da zona urbana naquele momento para a população mais carente, já que a cidade possuía em suas raízes essa divisão espacial entre classes, bem definida historicamente.

Na década de 1970, período de estadualização dos grupos escolares, a escola passa a denominar-se Escola Estadual Santo Antônio. Em 1979, a oferta ao alunos é estendida para o antigo ginásio de 5.^a a 8.^a séries, inaugurando um novo prédio, este já construído pelo estado, em uma cerimônia realizada com a presença de grupos políticos ligados a administração local, como o governador do Estado de Minas Gerais (LIMA, [1992?]).

Figura 10 – Fachada atual da Escola Estadual Santo Antônio



Fonte: Registro realizado pela autora, 2022.

2.5 O enredo da alimentação escolar: a importância da Caixa Escolar

Ainda com nossos olhos voltados para o início da década de 1950 no Grupo Escolar Santo Antônio, momento em que a merenda escolar não havia sido instaurada oficialmente no Brasil, é possível destacar, partindo-se de documentos acessados no município, que esse, assim como tantos outros, realizava algum tipo de oferta alimentar para os alunos no período em que se encontravam na escola. Para a efetivação da disponibilização alimentar, a instituição de ensino contava com o aporte da caixa escolar. Segundo Carvalho e Bernardo (2012), elas foram implantadas pela educação pública em Minas Gerais em 1911, sendo uma criação da então reforma Leôncio de Carvalho, colocada em prática após assimilação pelo governo brasileiro do modelo francês que teve seu início por volta de 1828 (CARVALHO; BERNARDO, 2012).

De acordo com o Decreto n.º 3.191, de 9 de junho de 1911, que trata da criação das entidades, constam como suas finalidades expressas, no artigo 354 da referida lei: “As caixas escolares são instituições creadas com o fim de fomentar e impulsionar a frequência nas escolas” (MINAS GERAIS, 1911). A redução do quadro de evasão escolar era um dos principais objetivos de criação das entidades dentro das escolas, seus objetivos traçavam firmes propósitos de levar e manter as crianças dentro dos muros escolares. Para tanto, seriam oferecidos aos estudantes alimentação, remédios, assistência médica e uniforme, ou seja, itens que oportunizariam a frequência, principalmente de determinados estratos sociais. Ainda no mesmo decreto, no Artigo 361, discorria-se sobre as despesas da caixa escolar, direcionando-

se em especial para a alimentação, em que o “fornecimento de alimentos a alumnos indigentes” era citado no primeiro capítulo (MINAS GERAIS, 1911). Essa indicação a um público de destino em especial é bastante presente na historiografia sobre as entidades.

Sobre essa questão, Coimbra, Meira e Starling (1982, p. 296; grifos da autora) abordam que:

As caixas escolares, sempre foram, essencialmente, uma solução de compromisso para fazer frente a insuficiência dos recursos postos a disposição do sistema de ensino no Brasil. **Naturalmente que estamos falando da rede voltada para os grupos populares e médios, pois as escolas da elite escassamente enfrentaram esses problemas**, mesmo quando publicas e gratuitas.

A questão do encaminhar dos alunos ao destino escolar, atraídos pela alimentação, é nada mais do que um reflexo nacional dos fundamentos iniciais premeditados para “instruir” a população. Essa conexão a um contexto nacional refere-se ao alcance que esses modos de disciplinarização da sociedade tinham e os quais a população mais pobre estava exposta naquele período.

Apesar de uma criação do Estado, esse não arcava com a manutenção das referidas caixas dentro das escolas, uma vez que os ganhos levantados pela associação eram vindouros de contribuições dos sócios, de festas e quermesses realizadas pela própria comunidade escolar, de donativos oriundos da coletividade em geral e, também, com gratificações que os professores perdessem ao longo do ano, sendo esse último, portanto, a única verba oriunda dos cofres públicos estaduais que se destinava às associações. A organização administrativa era composta por membros da comunidade escolar e outras pessoas que se anuciassem interessadas em contribuir com a educação. Em Itapagipe, ao longo dos anos, a administração local realizava repasses ao grupo escolar para auxiliar a instituição.

Figura 11 – Nota de empenho referente a subvenção paga anualmente a caixa escolar do Grupo Escolar Santo Antônio - 1968

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPAGIPE
Exercício de 1968
NOTA DE EMPENHO N. 478/68

EMPENHO
O Prefeito Municipal de Itapagipe, para efeito da execução orçamentária, de acordo com a lei que fixou a Despesa para este exercício, determina seja empenhada a importância de NCRS 120,00 (Cento e vinte cruzeiros novos)

a favor de Grupo Escolar Santo Antonio - p/Jurani Gonçalves Lima
relativa a subvenção anual á aquela caixa escolar,

pela dotação EDUCAÇÃO E CULTURA - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES
SUBVENÇÕES SOCIAIS

Em 08 de agosto de 196 8

PREFEITO MUNICIPAL

Leia-se: A favor de: Grupo Escolar Escolar Santo Antônio - p/ Jurani Gonçalves Lima
Relativo a: subvenção anual á aquela caixa escolar,
Fonte: Arquivos Prefeitura Municipal de Itapagipe – Secretaria de Educação.
Figura adaptada pela autora, 2021.

Figura 12 – Nota de empenho referente a subvenção paga anualmente a caixa escolar do Grupo Escolar Santo Antônio - 1971

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPAGIPE
EXERCÍCIO 1971
NOTA DE EMPENHO NÚMERO 650/71

O Prefeito Municipal de Itapagipe, para efeito da execução orçamentária, de acordo com a Lei que fixou a despesa para este exercício, determina seja empenhada a importância de Cr\$ 300,00 (trêscentos cruzeiros)

a favor de Caixa Escolar Santo Antônio p/ Marcé Menezes de Oliveira
para a Verba destinada à caixa Escolar do Grupo Escolar Santo Antônio desta cidade
de conforme recibo anexo.

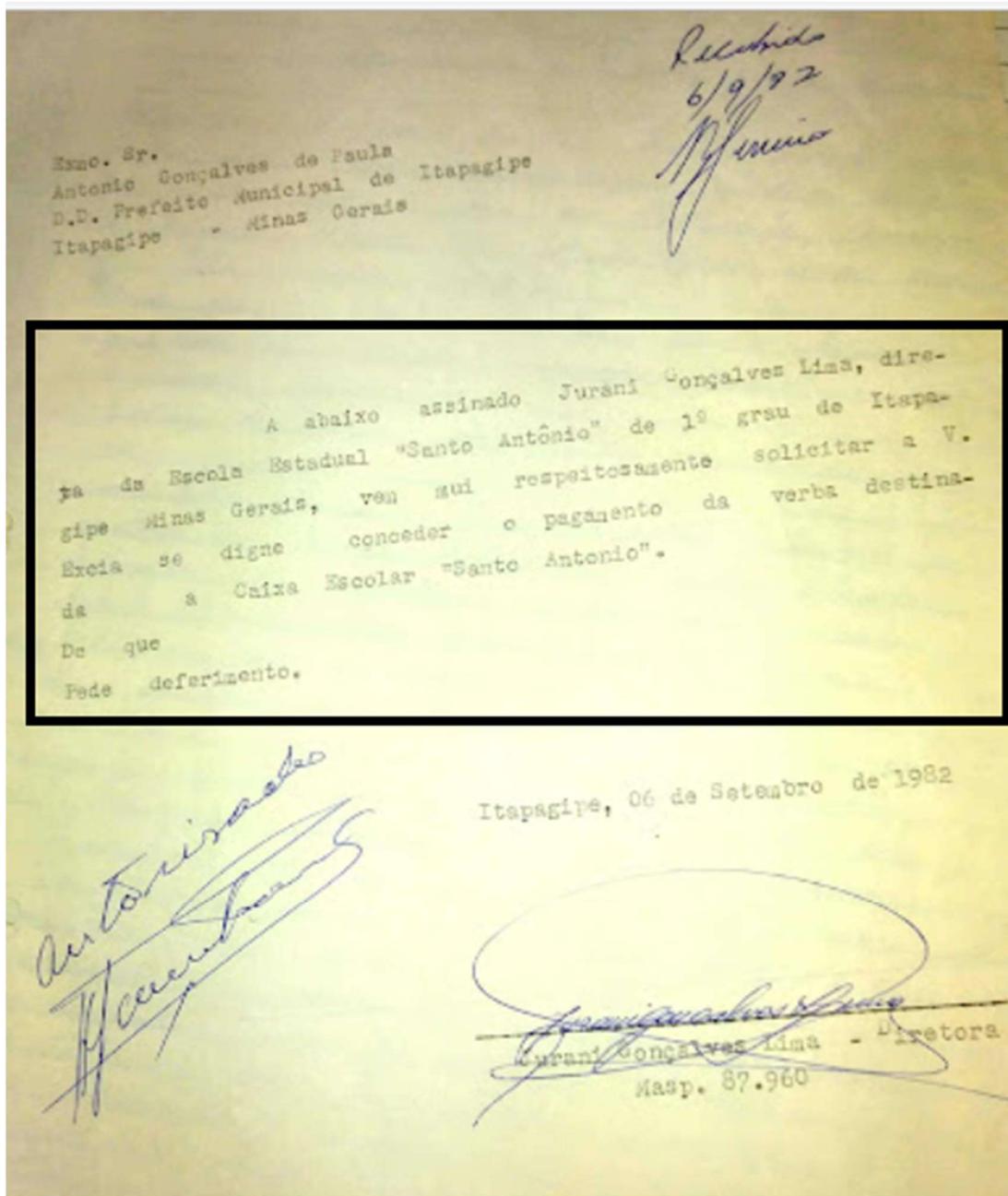
dotação ASSISTÊNCIA SOCIAL

Em 30 de Setembro de 19 71

PREFEITO MUNICIPAL

Leia-se:
A favor de: Caixa Escolar Santo Antônio p/ Marcé Menezes de Oliveira
Relativo a: Verba destinada a caixa escolar do Grupo Escolar Santo Antônio desta cidade.
Fonte: Arquivos Prefeitura Municipal de Itapagipe – Secretaria de Educação.
Figura adaptada pela autora, 2021.

Figura 13 – Solicitação referente ao pagamento de verba destinada a caixa escolar do Grupo Escolar Santo Antônio - 1982



Leia-se:

A abaixo assinado Jurani Gonçalves Lima, diretora da Escola Estadual "Santo Antônio" de 1º grau de Itapagipe Minas Gerais, vem mui respeitosamente solicitar a V. Excia. se digne conceder o pagamento da verba destinada a Caixa Escolar Santo Antônio. De que, pede deferimento.

Fonte: Arquivos Prefeitura Municipal de Itapagipe – Secretaria de Educação.

Figura adaptada pela autora, 2021.

A participação da caixa escolar foi de extrema importância e contribuição quanto à disponibilização dos víveres às crianças desde o período antecessor à instituição do programa de merenda escolar no Brasil:

[...] Em geral pode-se dizer que desde os anos 30 um número relativamente expressivo de Caixas Escolares desenvolveu serviços e fornecimento de merendas e sopas escolares, normalmente **nos grupos escolares maiores situados em cidades de certo porte** [...] (COIMBRA; MEIRA; STARLING, 1982, p. 302-303; grifos da autora).

Refletindo sobre essa menção dos autores, Itapagipe não se encaixaria nesse contexto, já que não era uma cidade considerada de grande porte, o que nos encaminha à reflexão da importância da valorização e continuidade com histórias locais, que, nesse caso, figuram uma situação à parte da evidenciada e difundida oficialmente. Por meio dela poderemos, nesse trabalho, contextualizar a real operacionalização do programa de Merenda Escolar a partir dos documentos e da historiografia sobre a entidade local.

Em uma análise apresentada por Coimbra, Meira e Starling (1982), que citam como fonte a Coordenação Regional da CNAE em Minas Gerais, quanto à data dos primeiros registros sobre a distribuição de alimentação, origem e tipos de gênero fornecido por escolas em Minas Gerais anteriormente à instauração oficial do programa de merenda em 1955, o nome de Itapagipe não aparece, assim como não constam os nomes de outros tantos municípios que pudessem ter realizado a oferta alimentícia ao alunado naquele momento, com o auxílio das caixas escolares.

No Quadro número 2 são apresentadas informações por cidades, no caso constam-se quinze, um número relativamente pequeno ao se levar em consideração o tamanho do estado e o número de grupos escolares naquele período. Como a existência das caixas escolares era de acordo com o parágrafo único do decreto de sua criação, “de organização obrigatória dentro dos muros escolares” (MINAS GERAIS, 1911), compreende-se, por meio dos dados expressos que ainda eram existentes em baixa quantidade e em alguns casos, como ocorreu com Itapagipe, seus registros não tinham alcance expressivo a constar em documentos da época sobre as entidades.

Quadro 2 – Relação de cidades que ofertariam merenda escolar no período de 1924 – 1955

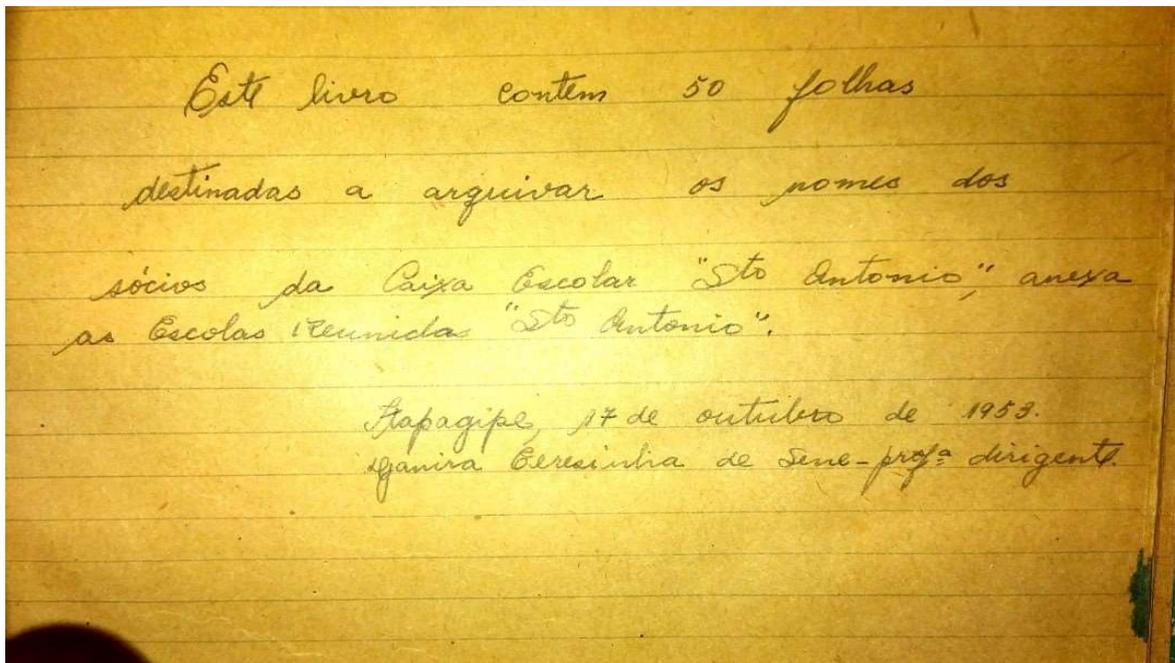
ALIMENTAÇÃO DO ESCOLAR EM CIDADES SELECIONADAS				
MINAS GERAIS (1924 - 1955)				
CIDADE	1ª DATA	ORIGEM DO ALIMENTO	TIPO DE ALIMENTO	MODO DE DISTRIBUIÇÃO
Araçuaí	"antes de 55"	Caixa Escolar	Fubã, leite e açúcar	—
Brasília de Minas	"antes de 55"	Caixa Escolar e Sec. Educ.	Fubã, leite e açúcar	Parte vendida
Caeté	"antes de 55"	Caixa Escolar	—	"número insig. de alunos"
Campos Altos	1952	Caixa Escolar	Sopa de couve, verd., leite, com canjica e açúcar	"venda aos que podiam"
Capelinha	1941	Caixa Escolar	leite e farinha de milho	Parte vendida
Conselh. Lafaiete	1948	Caixa Escolar	sopas (c/linguiça e carne) pão c/ doce e manteiga, mingau, canjica, frutas	Parte vendida
Dores do Indaiá	1945	Caixa Escolar	Pães, doce, bolos, biscoitos e frutos	—
Frutal	1924	Caixa Escolar	—	"Doações de Faz. e Comer."
Ibiã	"antes de 55"	Caixa Escolar e Prefeitura	—	—
Juramento	"antes de 55"	Caixa Escolar	leite, açúcar e frutas	Totalmente gratuita
Montes Claros	1948	Caixa Escolar e Sec. Educ.	fubã, leite e açúcar	Totalmente gratuita
Perdizes	1946	Caixa Escolar	—	—
Poços de Caldas	"antes de 55"	Caixa Escolar	banana e pão	"apenas p/alunos pobres"
Quartel Geral	"antes de 55"	Caixa Escolar	Sopa	Parte vendida
Três Corações	"antes de 55"	Caixa Escolar	Sopa	"Apenas alunos carentes"

Fonte: Coimbra, Meira e Starling (1982, p. 298). Figura adaptada pela autora, 2021.

Outras reflexões que podem ser reveladas ao se analisar o Quadro 2 referem-se aos tipos de alimentos oferecidos aos alunos, que se mostram diferenciados de cidade para cidade, o que pode ser atribuído aos distintos recursos econômicos de cada associação, já que nesse cenário apresentado apenas duas cidades contam com outra ajuda externa, no caso da prefeitura e secretaria de educação. O modo de distribuição, registra que apenas duas cidades ofereciam a alimentação de modo totalmente gratuito, sendo que as outras vendiam aos que podiam ou, então, ofereciam apenas aos alunos pobres/ carentes da escola, evidenciando os fatores assistencialistas e de destinação a determinados grupos sociais.

Passemos agora ao Grupo Escolar Santo Antônio e aos impressos escritos que remetem à existência da caixa escolar na instituição de ensino. O primeiro documento encontrado foi um livro com a lista de nomes dos então sócios colaboradores da entidade no ano de 1953:

Figura 14 - Página de abertura do livro de registros com nomes dos sócios contribuintes com a Caixa Escolar



Fonte: Arquivos da Escola Santo Antônio. Figura adaptada pela autora, 2021.

Pela data mencionada, podemos afirmar, então, a existência da entidade no Grupo Escolar Santo Antônio. Vamos seguir mais a fundo para encontrar vestígios sobre a alimentação e seu papel como objetivo dentro da agremiação local. Nosso próximo encontro nos arquivos:

Figura 15 – Página do Livro de Registro com nomes dos sócios Caixa Escolar do Grupo Escolar Santo Antônio – setembro de 1953.

Sócios da Caixa Escolar "Santo Antônio"
Mês de setembro de 1953.

Jão da Silva	pg.
Abdenor Faber Galuf	pg.
Amador Chaves	pg.
Maria da Glória Nunes	pg.
Maria Pedro da Silveira	
Jão Lemeira de Almeida	pg.
Elisio Sandeira	pg.
Lutzala Bizar Galuf	pg.
Ambrosino Agrelli	pg.
Abdenor Faber Galuf	pg.
Florencio de Paula	?
José Nunes Gonçalves	?
Jão Gonçalves Nunes	?
Luciana Desconhecido da Silveira	?
Adolfo Francisco de Campos Silva Santos	pg.
José Jacó de Benício	pg.
Francisco Lopes	pg.
Domiciano Manuel Buena	pg.
Janis de Paula Ferreira	pg.
Iria Leopoldina Ferreira	pg.
Pedro Gonçalves da Silva	pg.
Mário Maria de Jesus	pg.
Maria Pedro da Cunha	pg.
Manoel Crivelato	pg.

Fonte: Arquivo Escola Santo Antônio (2021), adaptado pela autora.

Ainda no ano de 1953, os nomes dos sócios da caixa aparecem escritos e à frente o símbolo de pagamento, confirmando o controle que era feito sobre os ganhos da entidade. Em outro documento acessado, já do ano de 1958, localiza-se a menção aos valores pagos pelos contribuintes:

Figura 16 – Página com nomes e valores das contribuições de cada sócio da Caixa Escolar, com a afirmação de pagamento realizado referente fevereiro de 1958.

Sócios da caixa Escolar das
Escolas reunidas Sto Antônio
do mês de fevereiro de 1958.

1	Arisvaldo de Oliveira	Cr\$	10,00
2	Alaides Ferreira de Moraes	Cr\$	10,00
3	Edson Nunes	Cr\$	10,00
4	Raimundo Sousa Pinto	Cr\$	10,00
5	Miguel Rodrigues	Cr\$	10,00
6	Sebastião Soares	Cr\$	10,00
7	Pedro Bispin da Silva	Cr\$	10,00
8	Oden Juca do Amurim	Cr\$	10,00
9	Itacy José de Meneses	Cr\$	10,00
10	Antônio Soares Rezende	Cr\$	10,00
11	Luiz Gonzales da Silva	Cr\$	10,00
12	Mucio de Oliveira	Cr\$	10,00
13	José Gonzales de Paula	Cr\$	10,00
14	Luiz do Nascimento Lima	Cr\$	20,00
15	Valdemar Augusto Góes	Cr\$	10,00
16	Enaristo Maria Soares	Cr\$	10,00
17	Viterico Leopoldino da Silva	Cr\$	10,00
18	João da Silva	Cr\$	10,00-100
19	Vulfraino Gonzales Ferreira	Cr\$	10,00-100
20	José Paula de Oliveira Lubrinho	Cr\$	20,00-50
21	Maria Agneli Amurim	Cr\$	10,00
22	Gilberto Feliciano de Aquino	Cr\$	10,00
23	José Ribeiro de Agambega	Cr\$	10,00
24	Eudocio Juca do Amurim	Cr\$	10,00
25	Mário Maria de Assis	Cr\$	10,00
26	Ambrosio Agneli do Amurim	Cr\$	10,00
27	Olivia Juca do Amurim	Cr\$	10,00
28	Guartram Baluf	Cr\$	10,00

Fonte: Arquivos da Escola Santo Antônio. Respectivamente anos de 1953 – 1958.
Figura adaptada pela autora, 2021.

Após leitura do livro *Nossa História* constata-se pelos sobrenomes citados na obra que os cidadãos de melhores condições financeiras encontram-se presentes nessa lista de sócios da caixa escolar. Assim, podemos refletir sobre como essas pessoas encontram-se em diversos momentos envolvidas nas tramas da educação do município, revela-se ainda que, em alguns casos estavam correlacionadas ao governo e a camadas dos dirigentes locais, com ligações políticas. Esse tipo de ajuda recebida pelas escolas é apresentada por Souza (2014) como um estímulo do governo em troca de homenagens públicas. Observa-se, ao longo da narrativa local, que essas pessoas seriam realmente consideradas de prestígio e aclamadas como aqueles que se importavam e “queriam a expansão educacional local.”

Pensando a importância da caixa escolar dentro das instituições naquele período, Coimbra, Meira e Starling (1982) apresentam que elas eram essenciais para a manutenção das escolas e que as contribuições arrecadadas dentro das instituições eram utilizadas de modo

heterogêneo, sendo destinadas ao que estivesse sendo necessário na instituição. Em Minas Gerais, conforme os autores, a partir de 1927 o governo teria cerceado mais o quesito de regulamentação e normas contábeis das referidas caixas escolares. No entanto, sua heterogeneidade quanto ao destino dos recursos providos seguiam permeados pelo que fosse necessário dentro de cada instituição. A questão de cerceamento do governo quanto às questões contábeis da agremiação pode ser observada em Itapagipe conforme a Figura 17, que retrata o controle de entradas e saídas no ano de 1962. Podemos notar a presença da alimentação como um dos primeiros destinatários das arrecadações.

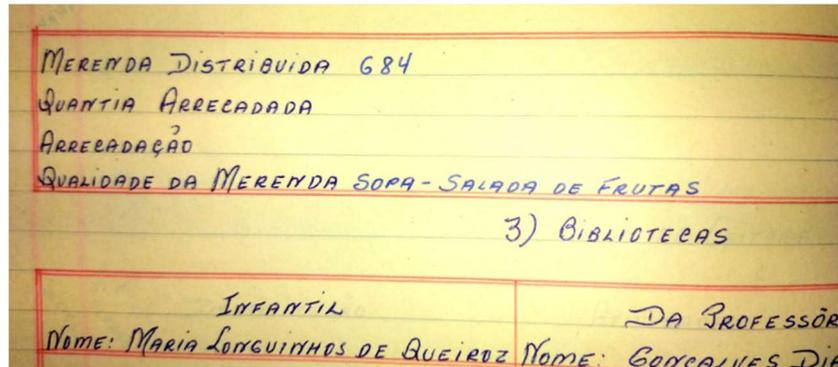
Figura 17 – Página referente ao controle de entradas e saídas de ganhos vindouros da Caixa Escolar – 1962.

<u>Despesa</u>	<u>Importância</u>	
<u>Alimentação</u>		
Cantina	39.	932,00
Merenda festiva	—	—
Total despendido pela cantina	39.	932,00
Festário e calçado	24.	750,00
<u>Assistência</u>		
Médica		
Farmacêutica		
Hospitalar		
Dentaria		
Clube de Saúde		
Total despendido		
Loja e material escolar	72.	162,00
Clube Agrícola e outros		
Expediente da caixa e cantina		
Rep. social e prêmios		
Despesas diversas		
Total da aplicação da receita	77.	850,00
Saldo para o ano de 1963	166.	378,40
Itapagipe, 31 de Dezembro de 1962		
Inessa Silveira Resende. — <u>Cesareira</u>		
Visto	<u>Presidente</u>	
	<u>Secretária</u>	

Fonte: Arquivos Escola Estadual Santo Antônio. Figura adaptada pela autora, 2021

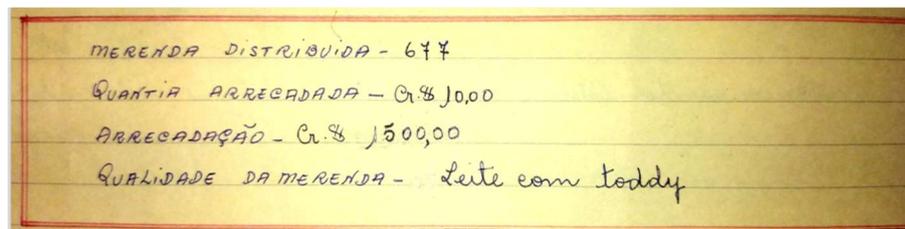
O tipo de merenda oferecido, encontra-se assim também registrado, talvez levada em consideração a questão contábil, para comprovação de onde vem, o que foi adquirido e oferecido:

Figura 18 – Controle da caixa escolar do Grupo Santo Antônio sobre a Merenda fornecida aos alunos - 1962



Fonte: Arquivos Escola Estadual Santo Antônio - Figura adaptada pela autora, 2021

Figura 19 – Controle da caixa escolar do Grupo Santo Antônio sobre a Merenda fornecida aos alunos – 1962



Fonte: Arquivos Escola Estadual Santo Antônio - Figura adaptada pela autora, 2021

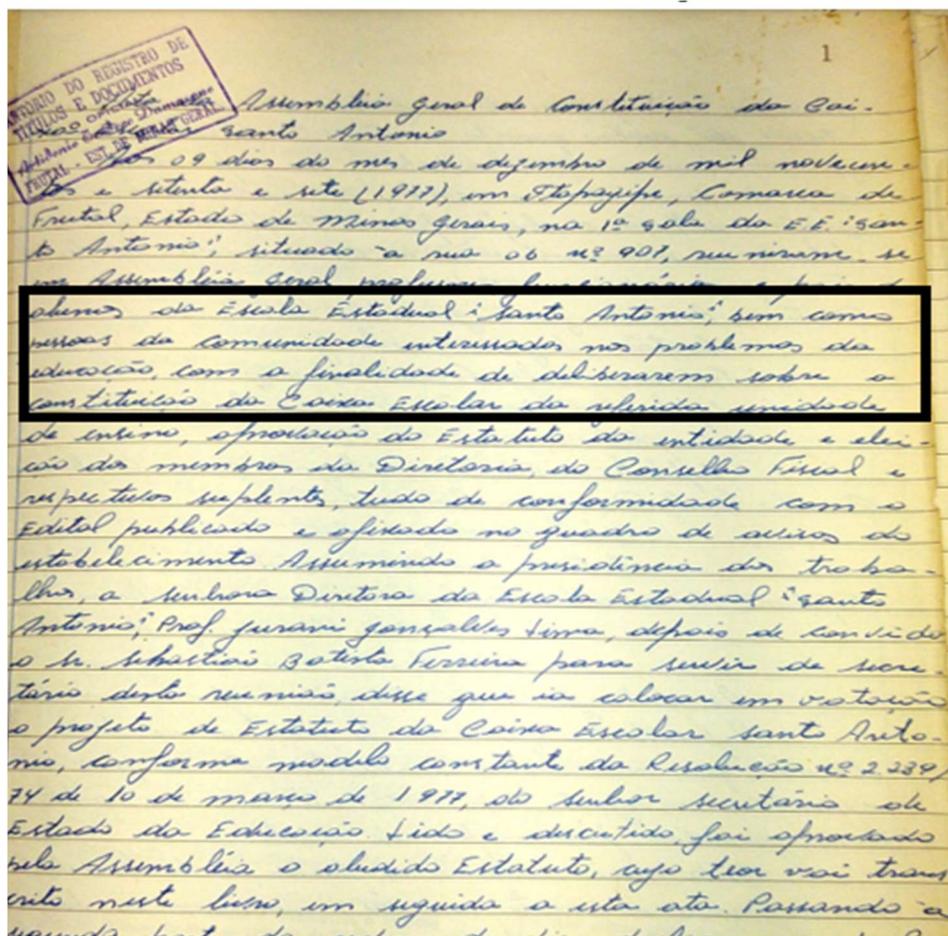
Como apresentado, na leitura das imagens 18 e 19, é possível notar a presença das informações relativas à quantidade, qualidade da merenda distribuída e na Figura 19 constam até mesmo os valores arrecadados pela entidade no momento.

No que tange à questão organizacional da caixa escolar, foram encontrados documentos comprobatórios de atas de reuniões e estatuto de normas desde a criação da associação, no entanto, devido às más condições de guarda dos documentos, o estatuto de criação e a ata de eleição, compreendidos entre as décadas de 1950 e 1960, encontram-se praticamente ilegíveis, são diversas páginas, todas muito desgastadas devido à ação do tempo, falta de conservação e de cuidado. O estado desses documentos apresenta-se em melhores condições a partir do fim

da década de 1970, o que suscita alguns questionamentos de como poderia ocorrer essa gestão anterior a este período.⁷⁴

Observando-se as datas e o espaçamento temporal apresentado nas imagens 20 e 21, nota-se um intervalo de dois anos a cada eleição para constituição dos membros diretores responsáveis pela gestão. É possível observar-se na Figura 20 que o pleito aparentemente apresentava-se aberto para além de funcionários, professores, diretores e pais do alunado escolar, recebendo também, conforme em destaque, “pessoas da comunidade interessadas nos problemas da educação”.

Figura 20 – Ata da eleição referente aos membros constituintes da Caixa Escolar, 1977.



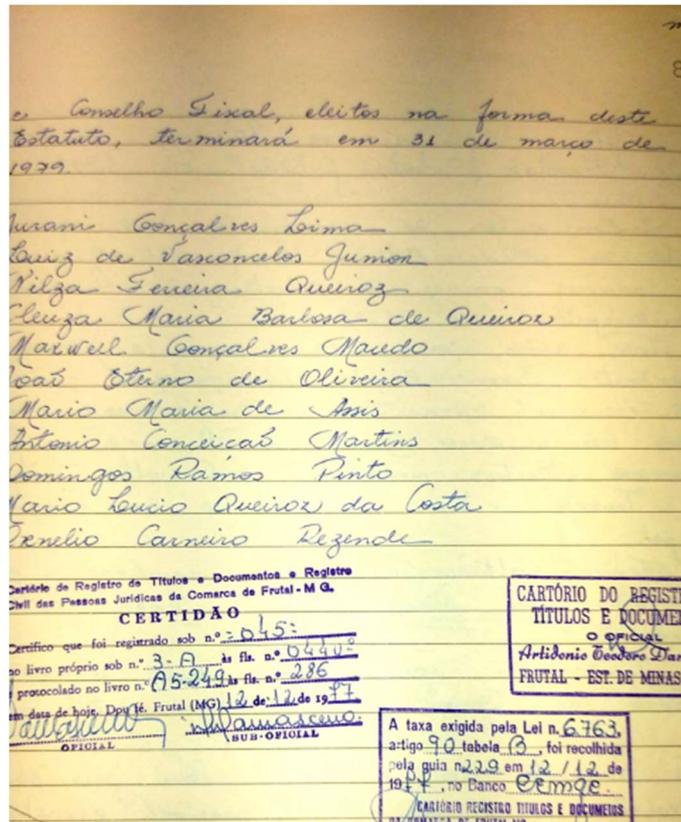
Leia-se:

Alunos da Escola Estadual Santo Antônio, bem como pessoas da comunidade interessadas nos problemas da educação, com a finalidade de deliberarem sobre a constituição da Caixa Escolar da referida unidade.

Fonte: Arquivos Escola Estadual Santo Antônio. Figura adaptada pela autora, 2021.

⁷⁴ Conforme o decreto de criação das caixas escolares em Minas Gerais, elas deveriam ser administradas por presidente, tesoureiro, secretário e três fiscais, além de contarem com estatuto em que se discorre sobre sua composição, finalidades, patrimônio, questões administrativas, entre outras (MINAS GERAIS 1911).

Figura 21 – Página final com os nomes dos membros da Caixa Escolar, 1979.



Fonte: Arquivos Escola Estadual Santo Antônio. Figura adaptada pela autora, 2021.

Nos trabalhos de pesquisa realizados nos arquivos da escola não foram encontrados documento ou ata da reunião para eleição da caixa escolar no ano de 1981. Na eleição do ano de 1983, conforme a Figura 22, observa-se na ata a ausência de candidatos ao pleito do próximo biênio e a manutenção dos membros em virtude dessa questão. Ainda durante a leitura da Figura 22, conforme destacado, novamente a menção a quem esses alimentos eram destinados, “alimentar todos os alunos carentes”.

Figura 22 – Ata de Eleição e posse diretoria Caixa Escolar, 1983.

12

Ata da eleição e posse da
Diretoria da Caixa Escolar "San-
to Antônio em 1983

Nos quinze dias do mês de maio de 1983 realizou-se na Escola Estadual "Santo Antônio" a reunião para eleição da diretoria para o biênio oitenta três e oitenta e quatro (83/84).

Em virtude da não apresentação de novos sócios e novas chapas reelegemos professores e sócios presentes proclamar reeleita por unanimidade a atual diretoria para o próximo biênio.

Os membros agradeceram e propuseram continuar trabalhando em prol da manutenção das crianças pobres de nossa cidade.

Ficou definido que continuaremos dando uniforme, material escolar, assistência médica, dentária, alimentar. Todos os alunos carentes de 1ª a 4ª que são pequenos não trabalham ainda. E aos de 5ª a 8ª emprestaremos os livros.

Haverá com a colaboração de todos quizzes, campanhas, jogos para que possamos desempenhar perfeitamente essa assistência.

Não havendo nada mais a tratar, eu lavrei a presente ata que após lida e aprovada será por todos e por mim assinada.

Itapaci, 15 de maio de 1983

Leia-se:

Ficou definido que continuaremos dando uniforme, material escolar, assistência médica, dentária, alimentar a todos os alunos carentes de 1º a 4º que são pequenos não trabalham ainda.

E aos da 5º a 8º emprestaremos os livros.

Fonte: Arquivos Escola Estadual Santo Antônio. Figura adaptada pela autora, 2021.

A população destinatária parece ser sempre a mesma em diversas situações, desde as caixas escolares, trabalhadores do SAPS, o desjejum escolar e merenda. Quais seriam os impactos gerados ao longo dos anos em nossa sociedade, quais consequências seriam demandadas por essas situações, quais as reais necessidades de intervenção e como fazê-las de modo a tentar amenizar tamanhas situações que impactam na vida de determinados grupos sociais, os colocando à mercê de tamanhas situações que os excluem socialmente e os distanciam cada vez mais de condições mínimas e dignas? Alimentar-se é algo básico e indispensável para a manutenção da vida, no entanto, as camadas mais pobres, desde as

crianças, sofrem com as dificuldades alimentares em casa e se tornam vítimas sociais. Retomando Coimbra, Meira e Starling (1982), ao mencionar que a desnutrição seria um pano de fundo para a criação de políticas de alimentação no Brasil, podemos observar esse aspecto dentro das instituições de ensino, os alunos mais carentes de uma alimentação completa e saudável em casa, teriam na alimentação escolar um refúgio para suprimento de tais carências alimentares?

Conclui-se que o papel desempenhado pelas caixas escolares foi de exímia importância, e ainda é possível ratificar seu caráter assistencialista. Nas palavras de Zonin, Silva e Petry (2018, p. 6), “entende-se que, na referência às instituições de caráter assistencial, está implícita a caixa escolar, pois, como se tem explicitado, seus objetivos legais consistiam basicamente em levar auxílio aos alunos mais necessitados”, sendo esse auxílio intrínseco ao ambiente educacional, o qual passaria então a figurar para além, desempenhando concomitantemente uma função social.

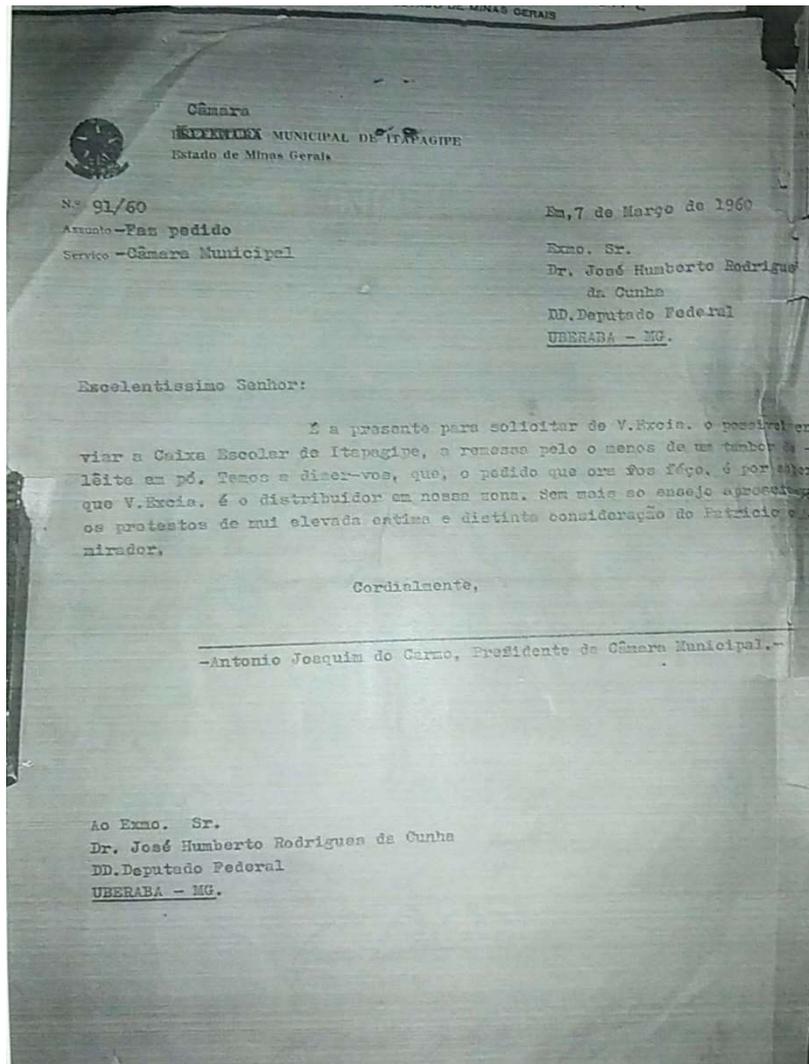
2.6 Gestão municipal e merenda escolar: o que dizem os documentos

Apesar de instaurada no Brasil em 1955, a Campanha de Merenda Escolar demoraria um pouco para realmente gerir-se nas pequenas cidades. No caso de Itapagipe, o município manteve-se ao longo dos anos iniciais de funcionamento do Grupo Escolar Santo Antônio provendo a oferta de víveres aos alunos por meio do auxílio da caixa escolar, como já confirmado, e de parcerias firmadas junto ao governo federal e administração municipal.

Vale recordar que no ano de 1954, ou seja, dois anos após a inauguração do Grupo Escolar, as esferas governamentais já tinham acordos firmados com o FISI, e o CCC, para o recebimento do leite em pó para as crianças, mas, de todo modo, a instabilidade e a incerteza quanto ao contínuo recebimento desses alimentos eram fatores de comprometimento quanto ao alcance dessas compras e doações aos municípios. Em Itapagipe não consegui dispor de nenhum indicativo que pudesse afirmar ou negar o benefício de recebimento dos alimentos desses primeiros acordos ou não. Ginzburg (2007, p. 40) afirma que “nosso conhecimento do passado é inevitavelmente incerto, descontínuo, lacunar: baseado numa massa de fragmentos e de ruínas”. Assim, como desse período nenhum tipo de vestígio pôde ser localizado, foram deixadas em aberto algumas janelas sobre o início das doações internacionais de alimentos e como elas poderiam ter se desenrolado na cidade.

Nos acessos aos arquivos da Câmara Municipal, foi possível localizar contato da prefeitura direcionado a um deputado federal para tratar da questão do leite em pó, já no ano de 1960:

Figura 23 – Documento enviado à regional, para solicitação de envio de leite em pó ao município de Itapagipe/ MG



Leia-se:

Excelentíssimo Senhor;

É a presente para solicitar de v. Excia. O possível envio a Caixa Escolar de Itapagipe, a remessa pelo menos de um tambor de leite em pó. Temos a dizer-vos, que, o pedido que ora vos faço é por saber que v. Excia. É o distribuidor em nossa zona. Sem mais ao ensejo apresento-vos os protestos de mui elevada estima e distinta consideração do Patricio e admirador.

Cordialmente.

Antonio Joaquim do Carmo; Presidente da Câmara municipal.

Fonte: Arquivos da Câmara municipal de Itapagipe, 1960. Figura adaptada pela autora, 2021.

A comunicação estabelecida deixa confirmados fatos narrados na historiografia oficial sobre o trajeto percorrido pela merenda escolar no Brasil, tratando-se das ligações entre as prefeituras e as regionais para estabelecer o recebimento do leite. Fato curioso é o endereçamento a um deputado para tratar da questão.

De acordo com Coimbra, Meira e Starling (1982), o Estado de Minas Gerais seria um dos que mais teve ascensão no número de regionais criadas. Abaixo, no quadro 3, apresenta-se um esquema de como se deu esse processo e a crescente criação dos setores nos estados brasileiros, em destaque Minas Gerais:

Quadro 3 – Evolução da criação de setores regionais no Brasil por estado - 1964-1972

U. F.	ANO										
	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1964-1972	
Acre	-	-	01	-	-	-	-	-	-	-	01
Amazonas	-	-	01	-	-	-	01	-	-	-	02
Rondônia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Roraima	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amapá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pará	-	-	01	-	01	-	02	03	01	-	08
Maranhão	-	-	02	-	-	02	-	-	-	-	04
Piauí	-	-	03	01	02	01	03	02	-	-	12
Ceará	-	-	04	01	-	02	-	-	-	-	07
R.G. do Norte	-	-	-	-	02	01	-	02	-	-	05
Paraná	-	-	-	02	-	-	01	01	-	-	04
Pernambuco	-	01	01	01	01	01	-	-	-	-	05
Alagoas	-	-	01	-	-	-	-	01	01	-	03
Sergipe	-	-	-	-	-	01	04	01	02	-	08
Bahia	01	04	-	04	04	-	07	05	-	-	25
Minas Gerais	-	06	03	04	13	08	16	23	04	-	77
Espírito Santo	-	02	-	-	03	-	02	-	-	-	07
Rio de Janeiro	02	-	03	02	03	03	-	02	-	-	15
Goiás	-	-	05	02	04	01	02	-	01	-	15
São Paulo	-	-	-	-	05	11	08	06	-	-	30
Mato Grosso	-	-	-	-	01	-	02	-	01	-	04
Paraná	-	01	02	-	-	15	02	06	-	-	26
Santa Catarina	03	05	03	-	01	04	-	-	-	-	16
R. G. do Sul	-	-	10	01	06	03	01	01	-	-	22
CRIADOS	06	19	40	18	46	53	51	53	10	296	
EXTINTOS	-	-	02	03	04	02	03	03	01	18	
TOTAL	06	19	38	15	42	51	48	50	09	278	

Fonte: Coimbra, Meira e Starling, 1982, p. 542. Figura adaptada pela autora, 2021.

É possível a realização de uma comparação entre o número de regionais criadas em cada estado: Minas Gerais, que no ano de 1965 já contava com 6 unidades, chega ao ano de 1972 com 77, número esse que mantém um grande distanciamento quando colocado ao lado dos índices de outros estados, o que para Coimbra, Meira e Starling (1982, p. 540) é fato construtor de dúvidas quanto a serem levadas em consideração apenas questões logísticas para a escolha de locais onde seriam instalados novos setores. Em suas palavras:

O que é possível inferir seria que a determinação de localização dos setores tem a ver com razões outras, tais como relações pessoais e políticas dos dirigentes da Campanha (ou seus superiores diretos) e os governos municipais destas localidades.

O então contato direcionado a um político para cobrança de recebimento de leite para Itapagipe poderia estar intrínseco a esses aspectos no contexto apresentado por Coimbra, Meira e Starling (1982), que, nomeiam essa fase da campanha como a mais política da instituição da merenda no Brasil.

Ainda esse contato estabelecido com o deputado, foi realizado, conforme a Figura 23, no ano de 1960 e a criação da regional que seria responsável por atender Itapagipe só foi consolidada no ano de 1968, como mostra o Quadro 4, o setor responsável pela região de Itapagipe é Uberaba:

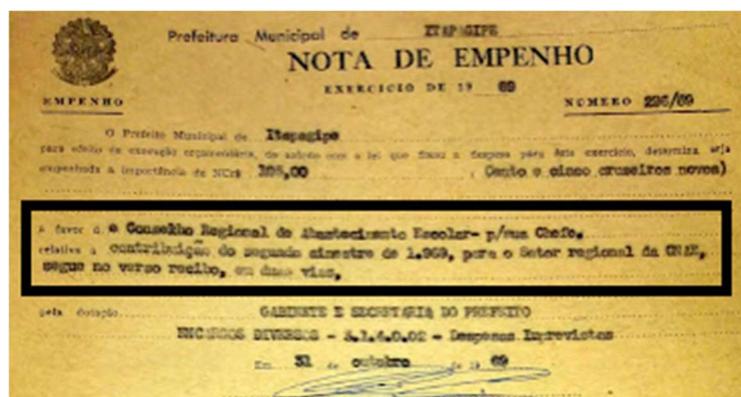
Quadro 4 – Setores regionais criados – 1964-1972

1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972
	Blumenau	Cruzeiro Sul	Brunado	Alagoinhas	Quiladô	Sobradinha	S.A.Sudoeste	Ódides
	Jaraguá do Sul	Sr. Bonfim	Esplanada	Ceafitô	Limauro	Caravelas	Umuarama	Coarabira
	Criciúma	Itabuna	Ipiatã	Joquidô	Mezardê de Mata	C. Almos	P. Beltrão	Legarzo
	Rio Sul	Serrinha	Salvador	Valença	Coroatã	P. Seguro	C. Mourão	N.S. das Dores
	Itajaí	Rui Barbosa	Deiras	Garanhuns	Pinhalro	P. Afonso	Cacavei	Campos Belos
	Faz. Iguape	Crato	Itaperuna	S.L.Montes Belos	P. Azul	Itapetinga	C. Prociópio	C. de M. Dentro
	S.J. Lepe	Iguape	Petrópolis	Horrinhos	Inhapia	Lavras	Alamira	Ouro Fino
	Jussara	Sobral	S.S.Paraiso	Inhumas	Caratinga	Flum. I	Capoema	Parê de Minas
	Barroiras	Crato		Farmosa	B. Horizonte	Paracatu	Arapioca	Stos. Dumont
	Elque-Elque	Fund. Br. Centro	Ceafô	Barbacena	Petrocinlo	Araguari	Cajastros	Berra do Garça
	Caruaru	Jataí	Sete Lagoas	Bocaina	Cerangola	Muriã	João Câmara	
	Montes Claros	Arraial	Urugua	B. Esperança	Companha	Brumadinho	Sts. Cruz	
	Itajubá	Pires do Rio	Colônia	C. Lafaiete	Companha	Piripiri	Anagé	
	S. Valaderes	Catalão	Salgueiro	Diamantina	Piranga	Guanapã	Iressô	
	J. de Fora	Florianô	Campina Grande	Divindópolis	Nachado	Dilveira	Liv. Brumado	
	Lampadina	Parnaíba	Patos	M. Carmelo	Angra dos Reis	L. de Prato	Rib. Pombal	
	Pirapora	Corrente	Ercalis	Uberlândia	Riterô	P. Alegre	S. de Vitória	
	Colatina	Arcoverde	Esc. Nutr. "Agnes Juma Leith"	Casabô	M. Friburgo	N. Soares	Abate	
	Cachoeiro	N. Hamburgo	Esc. Nutr. "Fino na Santana"	Curvelo	Aputarana	T. Corações	Almonda	
				P. Caldas	C. Oeste	V. Braz	Bombô	
					C. Geste	Lape	SOM Despacho	
					C. Mourão	S.S. Nomato	Bras. de Minas	
					Paranaíba	Regeneração	Cataguases	
					Londrina	Ouriños	Lopara Feliz	
					Heringô	Casa Branca	Formiga	
					Arapongas	Itapeva	Francisco Sá	
					Pato Branco	Lins	Guachês	
					Paranaíba	Miramópolis	Itulubô	
					C. Prociópio	N. Cruzeiro	Januária	
					Cacavei	P. Barral	Joquidinha	
					V. Vitória	P. Ferreira	Joquidinha	
					Jaguariana	Propriô	Naruque	
					Curitiba	Gararu	Pesso	
					Guacapuava	Japeratubô	Patos de Minas	
					Campo Major	Itabalana	Pitangul	
					Santo Antonio	Parintins	Vigosa	
					Santiago	Harabô	S. J. Evangelista	
					L. Vermelha	Itaporanga	S. P. Souza	
					Três Passos	Grupi	Talibairas	
					Araranguá	Rubistaba	N. Iguape	
					Criciúma	Sts. Teresa	Somede	
					Florianópolis	Viana	Botucatu	
					Canoinhas	Nosário Oeste	Gracema	
					Araraquara	Hortelândia	Catanduva	
					Admantina	Farroupilha	Jac	
					P. Prudente		Ribeirão Preto	
					Araçatuba		Alegrete	
					Amparo			
					Berretos			
					Assis			
					S. Paulista			
					Marília			
					França			
					Piracicaba			
					Estância			

Fonte: Coimbra, Meira e Starling, 1982, p. 542. Figura adaptada pela autora, 2021.

Em 1969, período em que a indústria brasileira já fornecia os alimentos, depois da saída dos organismos internacionais, Itapagipe já aparece com os primeiros contratos firmados junto à CNME, referente a contribuições que a administração municipal realizaria para o recebimento dos gêneros alimentícios. Na Figura 24, apesar de dificuldades de compreensão sobre o conteúdo, foi possível compreender que se tratava de uma nota de empenho, direcionada ao chefe do Conselho Regional de Abastecimento Escolar:

Figura 24 – Nota de empenho que subsidiaria recursos à merenda escolar



Leia-se:

A favor de: Conselho Regional de Abastecimento Escolar p/ sua chefe
 relativo a: contribuição do segundo semestre de 1969, para o setor regional da CNAE.

Fonte: Arquivos da Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Itapagipe.

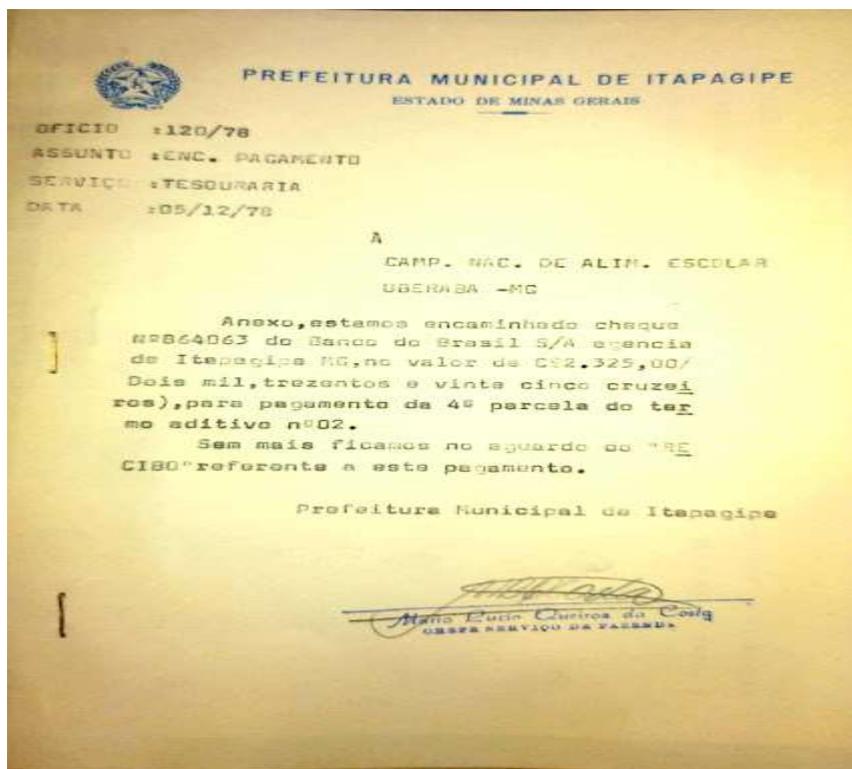
Figura adaptada pela autora, 2021.

Com base na historiografia narrada no livro *Nossa História* [1992?], esse convênio só aparece mencionado dois anos mais tarde, formalmente, em 1971, por meio da Lei municipal n.º 11, de 31 de março de 1971, a qual é citada na obra como uma das “benfeitorias” realizadas pelo então prefeito em exercício, senhor Jerônimo Amorim⁷⁵ (LIMA, [1992?]).

Registros semelhantes sobre o convênio com a CNAE, foram encontrados junto às documentações analisadas para a construção desse trabalho, mantendo-se ao longo dos anos seguintes de 1971, 1978, 1979, 1981 e 1982 no mesmo formato, tendo até mesmo no ano de 1978 a citação dos cheques utilizados para efetivar o pagamento realizado pela prefeitura em favor da Campanha Nacional de Alimentação Escolar:

⁷⁵ O senhor Jerônimo Amorim foi o oitavo prefeito de Itapagipe, entre os anos de 1971 e 1972.

Figura 25 – Nota de empenho que subsidiaria recursos à merenda escolar



Fonte: Arquivos da Prefeitura Municipal de Itapagipe. Figura adaptada pela autora, 2021.

A partir dos anos 1970, começam a surgir entre as documentações, também, notas de compras realizadas nos armazéns⁷⁶ da cidade, direcionando para a merenda gêneros alimentícios e utensílios para a cozinha, confirmando, assim, que pequenas autonomias passaram a ser dadas às cidades:

⁷⁶ Para melhor compreensão sobre este modelo comercial ver Vieira e Hardt (2020).

Figura 26 – Nota de empenho referente a compra de gêneros alimentícios para Merenda Escolar - 1971

EMPENHO

O Prefeito Municipal de Itapagipe, para efeito da execução orçamentária, de acordo com a Lei que fixou a despesa para este exercício, determina seja empenhada a importância de Cr\$ 82,00

a favor de **CASA VENCEDORA**
relativa a Seu fornecimento de açúcar e óleo para o serviço de Merenda Escolar C.N.A.E.

CREDITO ESPECIAL
Lei nº 11.872 de 31/3/71 Merenda Escolar p/ o C. N. A. E.

Em 29 de Outubro de 1971

[Assinatura]
Prefeito Municipal

Leia-se: a favor de: Casa Vencedora;
Relativa a: Seu fornecimento de açúcar e óleo para serviço de merenda escolar C.N.A.E. - 1971
Fonte: Arquivos da Prefeitura Municipal de Itapagipe. Figura adaptada pela autora, 2021.

Figura 27 – Nota de empenho referente a compra de utensílios para produção da Merenda Escolar - 1977

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPAGIPE
ESTADO DE MINAS GERAIS

NOTA DE EMPENHO

EXERCÍCIO 1977
N.º 1394/77

O PREFEITO MUNICIPAL, PARA EFEITO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE, DETERMINA SEJA EMENHADA NESTE EXERCÍCIO, A IMPORTÂNCIA A SEGUIR ESPECIFICADA:

EMPENHADA: Prefeitura
FUNÇÃO - PROGRAMA/SUBPROGRAMA/PROJEÇÃO/GRUPO: Educação e cultura
DESCRIÇÃO DOS CÍRCULOS: 3.1.2.0.05 - Material de cozinha

FUNÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0942166,2
DIGNIDADE ECONÔMICA: CATEGORIA CORRELATA: 43

FAVORECIDO: Wilson Machado
ENDEREÇO: -

ESPECIFICAÇÃO DOS MATERIAIS OU SERVIÇOS: Seu fornecimento de caldeirão, caçarola e colher para ser usado nos grupos escolares na fabricação de merenda escolar, conforme nota fiscal nº 341, em anexo a esta nota.

Leia-se:
Favorecido: Wilson Machado
Especificação dos materiais ou serviços: Seu fornecimento de caldeirão, caçarola e colher para ser usado nos grupos escolares na fabricação de merenda escolar.
Fonte: Arquivos da Prefeitura Municipal de Itapagipe/MG. Figura adaptada pela autora, 2021.

Figura 28 – Nota de empenho referente a compra de gêneros alimentícios para a Merenda Escolar - 1979

Leia-se

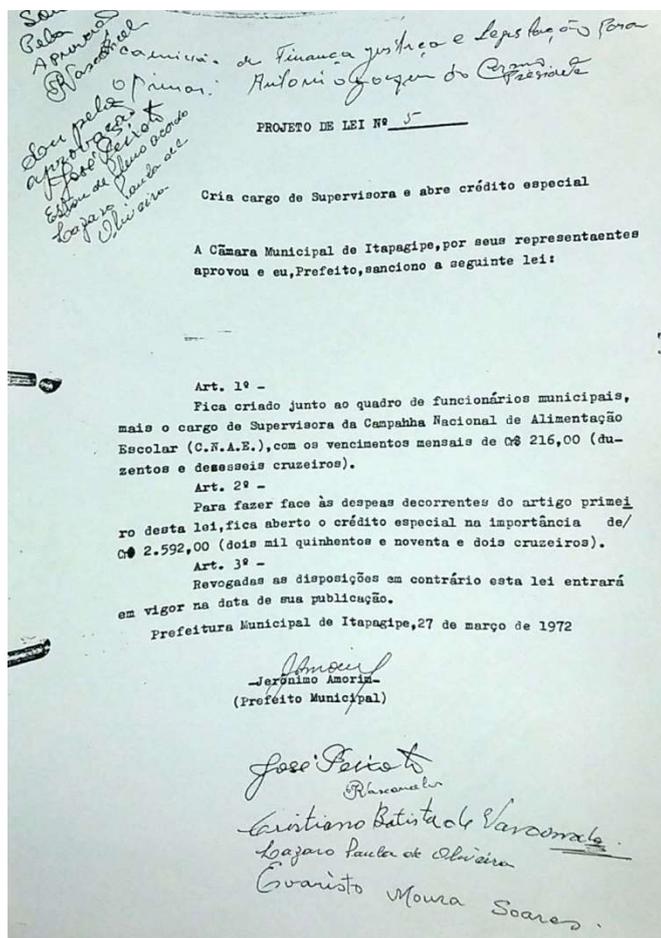
Favorecido: Casa Vencedora Ltda

Especificação dos materiais ou serviços: Seu fornecimento de diversos gêneros alimentícios para distribuição nos grupos escolares do município

Fonte: Arquivos da Prefeitura Municipal de Itapagipe. Figura adaptada pela autora, 2021.

O processo de regionalização da campanha parecia ir tomando forma aos poucos e as compras realizadas mostram isso; a participação do comércio local dentro dos objetivos firmados se desenhavam com essas aquisições e a autonomia das prefeituras, mesmo que, também, possamos direcionar isso a apenas complementos do que era recebido em quantitativo insuficiente para as necessidades do grupo escolar. Nesse cenário alguém precisava estar à frente como responsável pela campanha na cidade. Foi quando, em 1972, o poder legislativo municipal criou o cargo de supervisora da campanha:

Figura 29 – Projeto de Lei para criação de cargo de Supervisão da Campanha Nacional de Alimentação Escolar em Itapagipe.



Leia-se:

Art. 1º Fica criado junto ao quadro de funcionários municipais mais o cargo de supervisora da Campanha Nacional de Alimentação Escolar (C.N.A.E.), com os vencimentos mensais de 216,00 (duzentos e dezesseis cruzeiros).

Fonte: Arquivos da Câmara Municipal de Itapagipe. Figura adaptada pela autora, 2021.

Outra questão que me chamou bastante atenção foi o quantitativo de notas com denominação de reembolso, a partir de referências à campanha de merenda escolar, algumas de viagens ao município de Uberaba. Tais viagens até a regional de Uberaba tornavam-se cada vez mais constantes, tanto para participação em reuniões para tratar de assuntos sobre a merenda como, também, para busca de gêneros alimentícios para o abastecimento da cozinha do grupo escolar. Tais percursos eram realizados em carros da prefeitura e a cada viagem um novo motorista era designado:

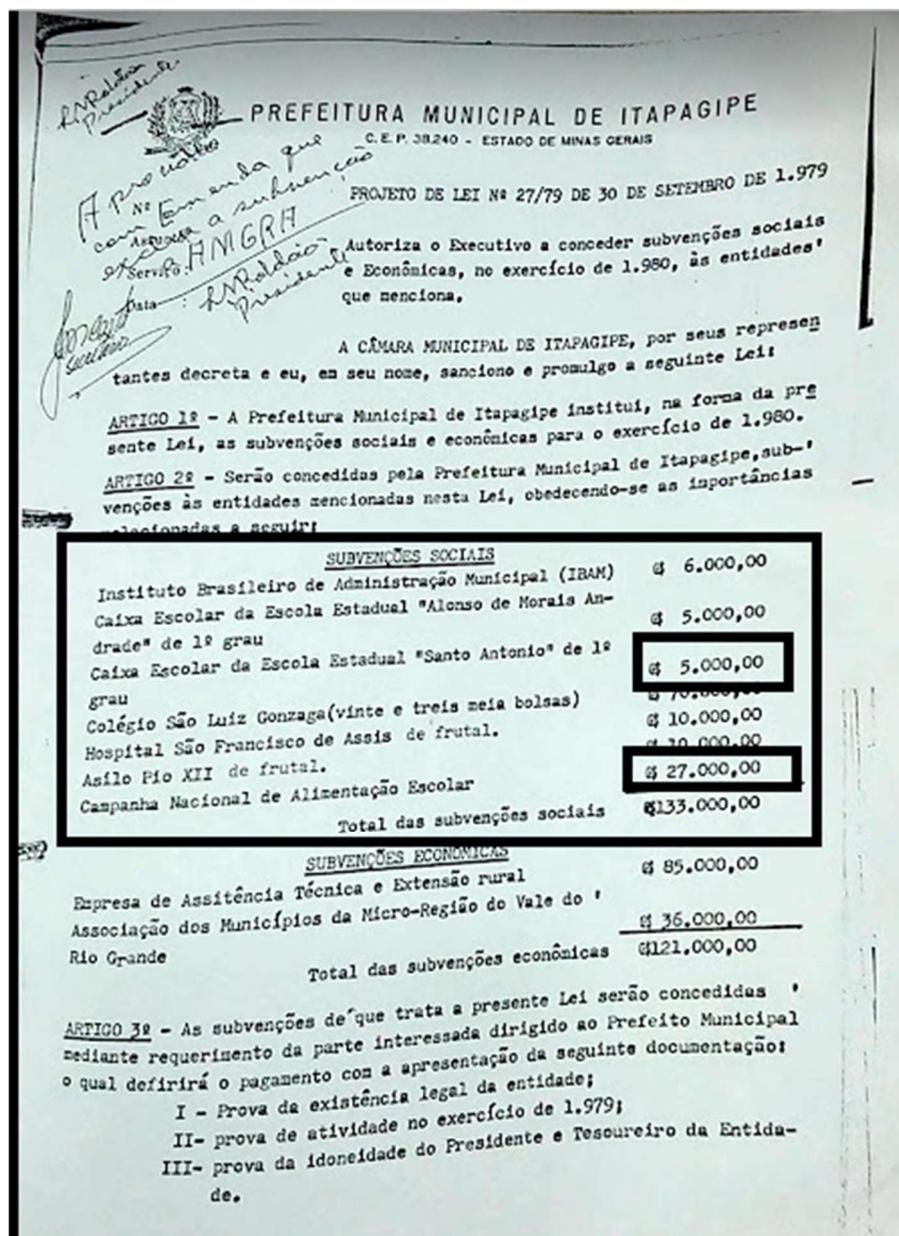
Figura 31 – Nota de empenho referente a reembolso de viagem realizada até a regional para buscar gêneros alimentícios para Campanha Nacional de Alimentação Escolar.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPAGIPE		NOTA DE EMPENHO	
ESTADO DE MINAS GERAIS		1978	2200
EMPENHO NESTE EXERCÍCIO A IMPORTANCIA A SEGUIR ESPECIFICADA			
FUNÇÃO: 2. chefe de executivo		UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 2.4. ensino de 1º grau	
FUNÇÃO: 08.42.1880		CATEGORIA ECONÔMICA: 3000.00 despesas correntes	
FUNÇÃO: sub.categoria: 3100.00 despesas de custeio		FUNÇÃO: 42	
FUNÇÃO: cód.e elemento: 3132.00 outros serviços de terceiros			
FAVORECIDO: Agnaldo Mendes Resos		CIDADE: Itapagipe	
ENDERECO:		ESTADO: MG	
ESPECIFICAÇÃO DOS MATERIAIS OU SERVIÇOS: reembolso de despesa de viagem a Uberaba, buscando gêneros alimentícios da Campanha Nacional de Alimentação Escolar, para as escolas municipais, conforme comprovantes de despesas realizadas anexos a esta 1ª via.			
VALOR DE: 185,00		cento e oitenta e cinco cruzeiros-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X	
DATA: 01.11.78		<i>[Assinatura]</i>	
<input type="checkbox"/> POR ESTIMATIVA <input type="checkbox"/> GLOBAL <input type="checkbox"/> ORDINÁRIO		SALDO ANTERIOR C/5: 4.427,87 CREDITO SUPLEMENTAR: <input type="checkbox"/> ESPECIAL C/5: <input type="checkbox"/> SOMA C/5: 4.427,87 DESPESA EMPENHADA C/5: 185,00 SALDO DISPONIVEL C/5: 4.242,87	
DATA: 01.11.78		CONTADOR: <i>[Assinatura]</i>	
DECLARO QUE OS <input type="checkbox"/> SERVIÇOS FORAM PRESTADOS		ADIANTE CONFORME ACEITOS E RECEBIDOS	
<input type="checkbox"/> MATERIAIS FORAM ENTREGUES			
<input type="checkbox"/> OBRAS FORAM EXECUTADAS			
DATA: 01.11.78	NOME ASSINATURA:		CARGO:
FACE A LIQUIDACAO PROCEGUADA AUTORIZO O PAGAMENTO DESTA IMPORTANCIA AO FAVORECIDO			
DATA: 01.11.78	<i>[Assinatura]</i>		
RECEBI O DESTA PREFEITURA MUNICIPAL A IMPORTANCIA SURTA DA QUAL DOU AMOR A PRESENTE QUITACAO C/5 185,00			
(cento e oitenta e cinco cruzeiros-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X)			
ITAPAGIPE, 02 DE 1978	<i>[Assinatura]</i>		
NOME BANCO:	Nº CHEQUE:	Nº CONTA:	RECURSOS:

Fonte: Arquivos da Prefeitura Municipal de Itapagipe/MG. Figura adaptada pela autora, 2021.

Ao final da década de 70, mais precisamente no ano de 1979, seria apresentado junto ao legislativo municipal o projeto de lei n.º 27/ 79, de 30 de setembro daquele ano, no qual era realizada a solicitação e autorização ao Poder Executivo a conceder subvenções sociais econômicas no exercício do ano seguinte, 1980. Conforme o projeto de lei, pode-se notar que a Campanha Nacional de Alimentação Escolar já era citada à parte das assistências direcionadas a caixa escolar, no rol de subvenções sociais pagas pela prefeitura:

Figura 32 – Projeto para Autorização de Subvenções sociais à Caixa Escolar e a Campanha Nacional de Alimentação Escolar - 1979



Fonte: Arquivos da Prefeitura Municipal de Itapagipe/MG. Figura adaptada pela autora, 2021.

Retornando às “benfeitorias” políticas, realizadas pelas administrações municipais, no livro *Nossa História* (1992) o último rastro encontrado que teria ligação com a merenda escolar foi a citação durante a administração do senhor Antônio Gonçalves de Paula⁷⁷ de “ajuda as Caixas Escolares Estaduais” (LIMA, [1992?], p. 61), o que não cita diretamente a merenda escolar e nem a Escola Santo Antônio. No entanto, no arquivo municipal nota-se a contínua

⁷⁷ Conforme o livro *Nossa História* ([1992?], p. 60), o senhor Antônio Gonçalves de Paula estaria nesse momento em seu segundo pleito como prefeito do município de Itapagipe/ MG, durante o período de 1989 até 1992.

perpetuação do programa no município, com assinaturas de aditivos, repasses para a regional para seu gerenciamento, além da constante presença de notas de empenho com reembolsos por viagens e, ainda, a manutenção dos repasses à caixa escolar, que mantinha a alimentação como um de seus desígnios. Todos estes documentos compõem o suporte de informações utilizados para apreciação do legado administrativo da oferta de merenda escolar no município de Itapagipe.

III: REMEMORAR A COZINHA DA ESCOLA: OUVIR E CONTAR

Para localizar uma lembrança não basta um fio de Ariadne; é preciso desenrolar fios de meadas diversas, pois ela é um ponto de encontro de vários caminhos, é um ponto complexo de convergência dos muitos planos do nosso passado.
(BOSI, 1994, p. 413)

Na busca por trazer vida a este trabalho com o empirismo de sujeitos até então considerados anônimos e não ouvidos e resgatar uma história até então não conhecida, o uso de fontes orais e memórias mostram-se como enriquecedores e importantíssimos para junto às fontes documentais auxiliarem no processo de construção da narrativa proposta, sendo que, o trabalho com fontes orais e documentais não poderiam ser “sucedâneos um ao outro” (GINZBURG, 2007).

A junção de ambos os métodos é importante e agregadora de abordagens mais complexas e profundas. O uso da oralidade surge juntamente com um olhar para novas fontes de pesquisas que, segundo Paul Thompson (2009), em um texto originário de uma palestra proferida na Universidade Federal de Minas Gerais, trata sobre o caráter interdisciplinar presente nesse método, possibilitando a ligação com outros campos do saber, o que resultaria em uma infinidade de possibilidades, narrativas e histórias, talvez essas nunca contadas ou escritas.

A utilização da narrativa aqui é fruto de reminiscências produzidas pelo ato de lembrar, resultante da nossa memória que, retomando Ecléa Bosi (1994, p. 88), “tem a função de conhecimento do passado”. Nesse momento acessaremos essas memórias por meio de conversas a partir de um roteiro semiestruturado, que não compreende questões altamente complexas, já que a intenção é proporcionar às nossas colaboradoras⁷⁸ que construam narrativas contínuas e leves, em que as lembranças tomem conta do momento e os relatos produzidos não sejam permeados por interferências. Segundo Meihy e Holanda (2020), a utilização de entrevistas pode constituir um espaço de “inclusão social” e é essa inclusão que pretendo proporcionar aos sujeitos, para que se sintam à vontade e, ao mesmo tempo, se sintam acolhidas e lembradas pela sociedade onde são e serão produtoras dos mais diversos meios de cultura,

⁷⁸ Alessandro Portelli (2016), em sua obra *História Oral como arte da escuta*, faz uso dos termos colaboradores ou contadores de história, produzindo assim uma proximidade maior com as pessoas, conferindo uma maior dimensão e importância da escuta de suas narrativas. Meihy e Holanda (2020, p. 120), em *História Oral: como fazer como pensar*, trazem o seguinte significado para essa expressão: “Colaboradores, portanto, são elementos ativos na relação entre duas partes de projetos de História Oral. Tanto é colaborador quem narra como quem registra”.

tanto por suas colaborações ao longo dos anos como cidadãs e agora por meio de voz e escuta, realizando a perpetuação de suas experiências e memórias.

Os trabalhos que se utilizam de fontes orais mostram-se em crescente ascensão nos últimos tempos, trazendo os sujeitos que estiveram presentes e vivenciaram determinados acontecimentos como fontes de pesquisas, conduzindo a realização de um processo de afirmação e indagação de fatos que foram documentados ou revelação de outros desconhecidos. Segundo Losandro Tedeschi (2014, p. 15), a sociedade seria protagonista do processo de escrita da história e não poderia ser excluída dela, do contrário teríamos uma “história incompleta parcializada”.

Novamente, seguindo os vieses de Tedeschi (2014, p. 8), essa multiplicidade de narrativas produzidas por meio de distintos sujeitos estaria adentrando a sociedade e resultando em um processo de descortinar histórias enraizadas, formuladas e difundidas ao longo dos anos a partir de narrativas e escritos de uma sociedade vindoura de padrões patriarcais, promovendo assim uma “ruptura de velhas certezas e práticas sobre o conhecimento humano”.

A utilização da História Oral e memória evidenciam-se como método e campo de pesquisa, respectivamente, que, partindo de suas inter e multidiscipliniedades, se cruzam com diversas áreas de estudos da nossa vida. Ao analisarmos minuciosamente as subjetividades das fontes orais, podemos compreender sua importância e legitimidade e, assim, a confiabilidade das fontes orais pode ser comparada a das fontes escritas e documentos impressos, pois todos foram tratados em algum momento pelo ser humano. Relembremos as palavras de Michael Pollak (1992, p. 207):

Se a memória é socialmente construída, é obvio que toda documentação também o é. Para mim não há diferença fundamental entre a fonte escrita e a fonte oral. A crítica da fonte, tal como todo historiador aprende a fazer, deve a meu ver se aplicada a fontes de tudo quanto é tipo. Desse ponto de vista, a fonte oral é exatamente comparável a escrita. Nem a fonte escrita pode ser tomada tal e qual ela se apresenta.

Thomson (1997, p. 51), professor da Universidade de Sussex, ainda nos faz refletir mais sobre essa questão ao afirmar que “os historiadores orais têm relutado em aceitar o testemunho oral como pura e autêntica ‘voz do passado’, preferindo explorar os processos de afloramento de lembranças e recompor as reminiscências por eles registradas”. Essa recomposição memorialística é capaz de produzir a reconstrução de acontecimentos a partir de experiências dos narradores que os vivenciaram, assim como Bosi (1994, p. 54) afirma que “na maioria das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje”.

As particularidades produzidas pelos narradores são apresentadas por Thomson (1997), como fatores extremamente subjetivos, partidos de uma concepção que, memórias são produzidas por meio de nossas identidades⁷⁹. Ao refletir sobre o caráter mutável das nossas identidades, estaríamos sempre produzindo memórias emaranhadas ao nosso local de fala no momento do acontecimento vivido, portanto, isso seria a condicional para a produção de tão distintas recordações, sobre talvez um mesmo acontecimento ou período.

Acessar essas reminiscências estaria intrinsecamente condicionado a quem fomos, nossas dores, angústias, renúncias, entre tantos outros sentimentos produzidos no decorrer e materialização de um episódio. Sobre isso Thomson (1997, p. 57) nos fala que

O processo de recordar é uma das principais formas de nos identificarmos quando narramos uma história. Ao narrar uma história, identificamos o que pensamos que éramos no passado, quem pensamos que somos no presente o que gostaríamos de ser.

Durante o percurso que realizamos até aqui, desde quando o alimento perpassa por processos via monetária em nossa sociedade, até quando veio a se tornar questão de discussão devido a leituras complexas como a fome, sua transformação em saber científico tendo como consequência movimentos sociais para a criação das políticas públicas de alimentação, até a instauração do programa de merenda escolar em nível nacional, apresentamos diversos atores que participaram desse trajeto, pessoas que se mostraram essenciais para a materialização da primeira merenda, o copo de leite para as crianças nas escolas.

Em Itapagipe, ao adentrarmos com nossa lupa para apresentar o cenário local e tentar acessar especificidades e até mesmo a ascensão dada ao projeto nacional em escala local, também apresentamos nomes, órgãos públicos municipais que se mostraram partícipes dessa construção. Agora, ultrapassaremos os muros do Grupo Escolar Santo Antônio e daremos voz àquelas pessoas que estiveram no dia a dia, limpando o arroz, catando o feijão, fazendo a sopa, servindo, trabalhando nas festas, acalentando momentos de fome dos alunos, enfim, que estavam ali para colocar a merenda no prato dos estudantes.

3.1 Por que as Merendeiras? O trajeto

Os trabalhos com fontes orais permitem o nascimento de novos sujeitos, muitas vezes invisibilizados perante a sociedade e a história. A merenda escolar no Brasil possui sua

⁷⁹ Segundo Alistair Thomson (1997), nós seríamos portadores de várias identidades, por isso o uso no plural.

trajetória marcada, narrada por diversos meios, seguindo um padrão temporal de acontecimentos mais focados em ações de estudiosos, médicos, nutrólogos, classes dirigentes estatais e municipais. Alguns desses estavam geograficamente colocados em grandes cidades, construindo e moldando um projeto ao longo dos anos, conforme possíveis interesses e necessidades de uma sociedade que se erguia.

Mesmo que pequena e distante dos grandes centros urbanos, Itapagipe também possui sua “história oficial”, contemplada na obra *Nossa História* [1992], moldada privilegiando aspectos tomados como relevantes e passíveis de enaltecimento por quem a escreveu. No entanto, tomou-se como caráter especial buscar aqueles que não estão narrados nas linhas oficiais, que não se encontram como foco em pesquisas sobre educação ou ambiente de ensino, mas que figuram como agentes importantíssimos e essenciais ao se pensar ou discutir alimentação escolar. Para tanto, foram tomadas como protagonistas as merendeiras que trabalharam no grupo escolar Santo Antônio, mulheres que hoje encontram-se aposentadas em seus lares e que puderam nos subsidiar lembranças sobre o cotidiano da cozinha da escola que se encontram guardadas apenas com elas.

Algumas críticas já foram tecidas sobre os trabalhos com História Oral e a utilização de colaboradores em idade avançada. Na década de 70, na Inglaterra, alguns historiadores tradicionalistas alegavam que “a memória não é confiável como fonte histórica porque fica distorcida pela deterioração física e pela nostalgia própria da idade avançada” (THOMSON, 1997, p. 51). Em contrapartida, Guacira Lopes Louro (1990), em seu artigo *A História (Oral) Da Educação: Algumas Reflexões*, fala sobre a valorização que os mais velhos depositam naqueles que se dispõem a escutá-los e como seria benéfico e importante para ambas as partes a participação desses sujeitos em trabalhos que se utilizam de fontes orais como estratégia metodológica:

As pessoas mais velhas – que seriam em princípio as depoentes buscadas pelos historiadores – frequentemente não têm quem as escute, ou pelo menos quem atribua **importância** à sua fala. Deste modo, a atenção e o interesse do (a) pesquisador (a) são por elas valorizados e, em contrapartida, a investigação se enriquece (LOURO, 1990, p. 25; grifos da autora).

Bosi (1994, p. 18), afirma ser necessário que lutemos pelos velhos, pois eles seriam “fonte de onde jorra a essência da cultura”, e é importantíssimo nos atentarmos e resgatarmos essa cultura produzida por eles, suas memórias nos auxiliam para além de compreensões do passado, visto que uma análise a partir de nosso olhar atual torna esse entendimento subjetivo e anacrônico ao que se procura e se propõe compreender. Contudo, vale ressaltar que sempre

restarão lacunas e indagações, pois o trabalho sempre estará incompleto; no entanto, essa cultura imaterial produzida por suas falas nos subsidiará, como chama a atenção Verena Alberti (2004, p. 69), “pedaços da história”.

As merendeiras foram protagonistas não só da produção de merenda, são protagonistas da história local da educação de Itapagipe e, sobretudo, das lembranças produzidas na memória de toda a sociedade escolar, principalmente dos alunos. Ainda, assim, encontram-se pouco lembradas ao se mencionar a escola e todos os acontecimentos da alimentação por ela envolvidos. Essas mulheres fazem parte de um grupo feminino responsável, na maioria das vezes apenas por trabalhos reprodutivos⁸⁰ dentro da sociedade, apresentando-se historicamente silenciadas e que tiveram de certo modo sua participação em espaços públicos negada, principalmente para as que se encontravam em condições de maior vulnerabilidade econômica.

Essa negativa ao espaço público no caso, aqui está sendo apresentada tendo como sujeitos mulheres de classes populares, visto que, Dona Jurani outra mulher já apresentada nesse trabalho, conforme narrativas, documentos impressos e imagens encontrara-se em um rol diferente. Sua posição financeira e intelectual permitiram-na acessar locais e espaços que, naquele período, eram acessíveis apenas para homens; sua trajetória parece ultrapassar essas questões. No entanto, há outras mulheres que participaram tão ativamente da história, ou mais, e agora poderão apresentar as suas histórias não contadas e que merecem ser ouvidas e conhecidas e reconhecidas.

Conforme a professora Jane Soares Almeida (2014) argumenta, a inserção da mulher no espaço público para o trabalho privado configurou-se como um novo olhar para com os afazeres domésticos e as relações de submissão às quais eram impostas a elas, no entanto, a busca e inserção de trabalho parece que ainda se direcionava para o labor que transitasse em meio a domesticidade e a maternidade, principalmente para mulheres mais pobres; o papel desse grupo na cozinha é um exemplo legítimo sobre essa vertente.

Elas, atrás do fogão, no preparo da merenda, lidando em alguns momentos com a ausência de quantitativo suficiente de gêneros alimentícios, realizando malabarismos com o que tinham, cozinhando além do dia a dia na escola, estavam em Itapagipe trabalhando na produção de diversos pratos para as festas escolares e, ao mesmo tempo, construindo memórias que guardariam com elas, e que, se não buscadas, estariam silenciadas.

Michelle Perrot (2019), em sua obra *Minha História das Mulheres*, contextualiza muito bem o que procuro expressar ao buscar a participação das merendeiras nesse estudo. Essas

⁸⁰ Trabalhos reprodutivos seriam aqueles realizados em caráter gratuito, doméstico, de forma invisibilizada, naturalizada, podendo também envolver educação, saúde e política.

mulheres têm a guarda de memórias, elas fazem parte de um grupo de trabalhadoras inseridas à margem da sociedade, com elas não foram encontrados um refúgio de escritas, um arquivo cheio de fotos, documentos, assim como encontrei com Dona Jurani, mas elas tinham suas lembranças e a mim confiaram. Desse modo, podemos inicialmente partindo dessa produção diferenciada no que tange ao tipo de arquivo que os dois grupos femininos me subsidiaram, pensar e refletir sobre como questões do lugar e da condição social constituem fatores de distinção social e, ainda, como estão e são localizados dentro da produção historiográfica nas mais distintas abordagens.

Ao buscá-las em conversas, apresentando sobre o que consistiria esse estudo, me deparei com uma resposta negativa da primeira senhora com a qual estabeleci contato, pois me disse que não tinha nada para contar, que era apenas o cotidiano delas na escola. Em outras palavras, minimizou sua importância perante os fatos, visto que acreditava que o que fez não era passível de relevância. Evidenciar a elas o destaque do papel que desempenharam seria mais um desafio para a constituição dessa narrativa. Sua justificativa de não poder participar me tocou bastante, a negação sobre sua importância, o desmerecimento que tinha sobre seu papel e função desempenhada emaranhavam-se também ao medo, medo de em suas palavras “dizer o que não devo sobre alguém”. Saí da casa dela com milhões de interrogativas e inquietudes. Após leituras sobre História Oral, entrevistas e memórias, talvez me sinta um pouco mais compreensível com suas questões e seus sentimentos. As palavras de Meihy e Holanda (2020, p. 57) cristalizam bem o que aconteceu e a percepção que ela possuía sobre sua própria trajetória:

Quase sempre, é comum encontrar pessoas que não se acham importantes ou que delegam a outros a capacidade de narrar. Isso se deve a uma característica da nossa sociedade sempre aberta a celebrar pessoas e diminuir o papel das pessoas comuns.

Thomson (1997, p. 28), partindo das questões envoltas em identidade e memória, transparece que, talvez, os colaboradores não se julguem ou julguem seus atos importantes:

Nossas reminiscências podem ser temerárias e dolorosas se não corresponderem às histórias ou mitos normalmente aceitos, e talvez por isso tentemos compô-las de modo a se ajustarem ao que é normalmente aceito. Assim como buscamos a afirmação de nossa identidade pessoal dentro da comunidade específica em que vivemos, buscamos também a afirmação de nossas reminiscências.

No caso dessa senhora que negou participação, é observado que ela não chegou a tentar fazer afirmação de sua identidade, como não tentou enquadrar-se em discursos e histórias

oficiais. O medo em atingir alguém por meio de suas palavras se sobrepôs, ela, então, encontrar-se-ia envolta a essa minimização da participação das mulheres na história, sendo que a sociedade ao longo dos anos, de certo modo, as excluía e as calava.⁸¹

Verena Alberti (2004), em sua obra *Ouvir e Contar: Textos em História Oral*, transparece um posicionamento contrário ao que julgo necessário e busco apresentar aqui, a participação de todos aqueles que se mostraram importantes dentro dos grupos sociais que constituem um cenário. A autora realiza uma problematização e interroga abordagens às quais sejam dadas oportunidades de fala aos que vem de baixo. Mesmo que na historiografia oficial ainda seja mais comum nos deparamos por histórias constituídas por indivíduos pertencentes a camadas sociais mais abastadas e em maior quantitativo de vezes do sexo masculino, por meio da apresentação, da participação e da legitimação dos demais grupos, estaríamos oferecendo a oportunidade de produção de histórias mais democráticas, que se encontrem mais próximas dos leitores e de suas realidades, possibilitando a compreensão das distintas visões de mundo dentro dos mesmos espaços analisados.

Alberti (2004), em seus escritos, faz uma minimização extrema das concepções envoltas a subjetividades de classes marginalizadas, subalternizadas⁸² quando as coloca à margem, por exemplo, da leitura:

Finalmente, não podemos esquecer que, por mais que nos esforcemos em democratizar o acesso à produção historiográfica, dificilmente os livros os artigos e os relatórios de pesquisa que resultam de entrevistas de história oral com os “de baixo” serão lidos pelos próprios entrevistados [...] (ALBERTI, 2004, p. 48).

Desse modo, o acesso ao resultados da pesquisa é outro ponto chave para o trabalho com História Oral, a devolutiva para nossas colaboradoras exercerá um papel de reposta, resposta aos medos aos temores que elas tinham em não ter nada importante ou que fosse necessário de discussão, afirmando assim que, sim, elas são e foram importantes; que tudo foi merecedor de orgulho e, assim, poderemos também, quem sabe, incentivar outras pessoas a se

⁸¹ Perrot (1989, p. 12) aborda que as mulheres “frequentemente, apagam delas mesmas as marcas que adquiriram dos passos que deram no mundo, como que se deixá-las transparecer fosse uma ofensa à ordem”. Nesse caso, a merendeira que se negou a participar deixa evidente que seus receios de mencionar algo ou alguém poderia, de certo modo, prejudicar quem quer que sejam esses indivíduos.

⁸² Michael Pollak (1989) trata dessa utilização de sujeitos vindouros das minorias, classes socialmente marginalizadas, subalternizadas como mulheres, negros ou classes trabalhadoras, como sendo esses produtores o que ele chamou de “memórias subterrâneas”.

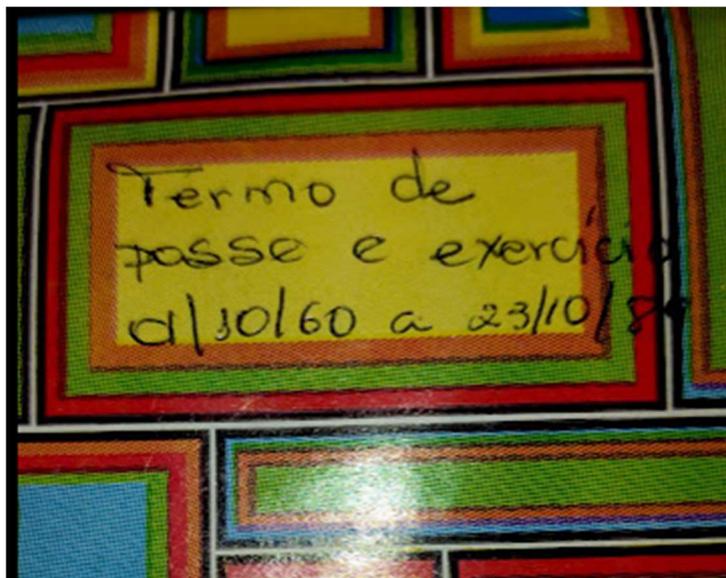
darem voz, expressarem-se sem medo de represálias sobre aquilo que é guardado de modo tão especial no território da memória.

Assim, o trabalho com História Oral consegue ao mesmo tempo tocar os colaboradores, tornar-se produtor de uma variada teia de memórias em disputa, produzidas e reproduzidas de acordo com a vivência ou perpetuação de uma narrativa. Portanto, é preciso apresentar os dois pontos da história, seus atores, para desse modo produzirmos histórias mais igualitárias e, aqui, as merendeiras, por meio de suas reminiscências, serão nossas guias para contarmos as particularidades da merenda escolar na cozinha do Grupo Escolar Santo Antônio, de Itapagipe.

3.2 A chegada até a escola: o início, como era?

O ano era 1964, ou seja, doze anos após a inauguração do Grupo Escolar Santo Antônio, e nele chegavam para trabalhar como merendeiras na escola três mulheres, Dona Jaci, Dona Maria Rosa e Dona Odonira. Como eu cheguei até elas? Por meio dos arquivos da escola, durante os dias que passei vasculhando, procurando qualquer que fosse o vestígio de acontecimentos sobre a merenda escolar, localizei um caderninho simples, capa brochura, escrito a mão no qual eram registradas as posses dos funcionários que passaram pela escola entre os anos de 1960 e 1989. Durante essas buscas, pude vivenciar as palavras de Giovanni Levi (2000, p. 89) “as fontes documentais nos mostram uma grande quantidade de personagens de todos os tipos”.

Figura 33 – Capa do caderno de posses funcionários do Grupo Escolar Santo Antônio - 1960-1989



Fonte: Arquivos da Escola Estadual Santo Antônio de Itapagipe. Figura adaptada pela autora, 2022.

Ao abrir e folhear o documento, localizei os termos de posse referente a três mulheres contratadas para trabalharem no grupo, todas a partir do ano de 1964, mais precisamente em outubro de 1964:

Figura 34 – Termo de posse de Dona Jaci Ferreira do Amorim - 1964

TERMO DE POSSE

AOS VINTE DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DE MIL NOVECENTOS E SESSENTA E QUATRO (20/10/1964) DEI POSSE A SERVENTE JACI FERREIRA DO AMORIM, CONFORME A PUBLICAÇÃO DO DIA DEZESSEIS DE OUTUBRO DE UM MIL NOVECENTOS E SESSENTA E QUATRO (16/10/1964) PÁGINA 11, COLUNA 1 (UM) DO JORNAL OFICIAL "O MINAS GERAIS" QUE AUTORIZA O SEU CONTRATO POR TEMPO INDETERMINADO.

E, PARA CONSTAR EU LAVREI O PRESENTE TERMO QUE SERÁ POR MIM E POR ELA ASSINADO

Jurani Gonçalves Lima
Diretora

Jaci Ferreira do Amorim

Itapagipe, 20 de outubro de 1964.

Leia-se: Termo de Posse

Aos vinte dias do mês de outubro de mil novecentos e sessenta e quatro (1964), dei posse a servente Jaci Ferreira do Amorim, conforme a publicação do dia dezesseis de outubro de um mil novecentos e sessenta e quatro (1964) página 11, coluna 1 (um) do jornal oficial "O Minas Gerais" que autoriza o seu contrato por tempo indeterminado. E para constar eu lavrei o presente termo que será por mim e por ela assinado.

Jurani Gonçalves Lima
Diretora

Jaci Ferreira do Amorim

Itapagipe, 20 de outubro de 1964.

Fonte: Arquivos da Escola Estadual Santo Antônio de Itapagipe. Figura adaptada pela autora, 2022.

Figura 35 – Termo de posse de Dona Maria Rosa da Silva - 1964

TERMO DE POSSE

AOS VINTE DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DE UM MIL NOVECENTOS E SESSENTA E QUATRO (20/10/1964) DEI POSSE A SERVENTE MARIA ROSA DA SILVA, CONFORME A PUBLICAÇÃO DO DIA DEZESSEIS DE OUTUBRO DE UM MIL NOVECENTOS E SESSENTA E QUATRO (16/10/64) PÁGINA 9 (NOVE) COLUNA 4 (QUATRO) DO JORNAL OFICIAL "O MINAS GERAIS" QUE AUTORIZA O SEU CONTRATO POR TEMPO INDETERMINADO.

E PARA CONSTAR EU LAVREI E PRESENTE TE TÊRMO QUE SERÁ POR MIM E POR ELA ASSINADO.

Jurani Gonçalves Lima

Maria Rosa da Silva

ITAPAGIPE, 20 DE OUTUBRO DE 1964.

Leia-se: Termo de Posse

Aos vinte dias do mês de outubro de mil novecentos e sessenta e quatro (1964), dei posse a servente Maria Rosa da Silva, conforme a publicação do dia dezesseis de outubro de um mil novecentos e sessenta e quatro (1964) página 9 (nove), coluna 4 (quatro) do jornal oficial "O Minas Gerais" que autoriza o seu contrato por tempo indeterminado. E para constar eu lavrei o presente termo que será por mim e por ela assinado.

Jurani Gonçalves Lima

Maria Rosa da Silva

Itapagipe, 20 de outubro de 1964.

Fonte: Arquivos da Escola Estadual Santo Antônio de Itapagipe/MG. Figura adaptada pela autora, 2022.

Figura 36 – Termo de posse de Dona Odonira Juca do Amorim – 1964

Termo de posse

Aos vinte dias do mês de outubro de um mil novecentos e sessenta e quatro (20/10/1964) dei posse a zeladora do G. E. "S^o Antônio Odonira Juca do Amorim, CONFORME A PUBLICAÇÃO DO JORNAL OFICIAL "O MINAS GERAIS" QUE AUTORIZA O SEU CONTRATO POR TEMPO INDETERMINADO, DO DIA 16/10/64 PÁG. 10 C. 1.3.

E, PARA CONSTAR LAVREI O PRESENTE TÊRMO QUE SERÁ POR MIM E POR ELA ASSINADO

Jurani Gonçalves Lima
Diretora

Odonira Juca do Amorim
ITAPAGIPE, 20 DE OUTUBRO DE 1964

Leia-se: Termo de Posse

Aos vinte dias do mês de outubro de mil novecentos e sessenta e quatro (1964), dei posse para a Zeladora do G.

E. Santo Antônio Odonira Juca do Amorim, conforme a publicação do jornal oficial "O Minas Gerais" que autoriza o seu contrato por tempo indeterminado, do dia 16/10/64 Pág. 10 C. 1.3.

E para constar lavrei o presente termo que será por mim e por ela assinado.

Jurani Gonçalves Lima

Diretora

Maria Rosa da Silva

Itapagipe, 20 de outubro de 1964.

Fonte: Arquivos da Escola Estadual Santo Antônio de Itapagipe. Figura adaptada pela autora, 2022.

Mesmo que tenham sido empossadas na mesma data, durante as conversas que tive com elas, pude notar em alguns aspectos narrados que, talvez, dona Odonira tenha chegado um tempinho antes. Essa questão me surgiu ao comparar as datas de inauguração do novo grupo escolar com alguns acontecimentos lembrados por ela, que se situam um pouco anteriores à

inauguração da escola (em tempo, esse pequeno detalhe não se apresenta como desmerecedor da história que me foi confiada por ela, porque essa, sim, é uma história importante).

Quanto aos termos de posse, eles se diferem quanto à denominação para qual cada uma estaria designada, em nenhum dos três elas são mencionadas como ocupantes do cargo de merendeiras: dona Maria Rosa e Dona Jaci são referidas como serventes e dona Odonira como zeladora. Essa questão da não denominação delas como merendeiras, expressa um sentimento de, talvez, invisibilidade que o cargo teria dentro da instituição. Melgaço e Matos-de-Souza (2022), no artigo *Produzindo a subalternidade: as merendeiras nos documentos e iniciativas da gestão federal do PNAE*, tratam de discutir como a figura dessas mulheres pode e é subalternizada, desde documentos escritos, oficiais ou não, ausência em trabalhos científicos e, até mesmo, em algumas situações dentro da própria instituição de ensino.

O aprender a cozinhar narrado por elas, é bastante interessante, pois nele encontramos vestígios da participação da mãe como transmissora desse ensinamento. Conforme recorda dona Jaci “Eu vivi com minha mãe mesmo, com minha família, em casa mesmo aprendi, eu trabalhava pra fora numa casa em outra, fui aprendendo, adquirindo conhecimento e aprendi (AMORIM, J., 2021).

O dom também é referenciado quando indagadas sobre saber cozinhar e, ainda, a figura materna se mantém presente novamente: “Porque isso acho que vem de dom, né. Da gente aprender a cozinhar e tudo, e sempre a mamãe ensinou a gente a cozinhar e tudo, então não teve dificuldade para cozinhar para as crianças” (AMORIM, O., 2021). O modo como Jaci e Odonira expressaram que aprenderam a cozinhar também se insere em aprendizados transmitidos por meio de prática e imitação, que, segundo Montanari (2013), encontram-se delineadas na ideia de cozinha de sociedades tracionais.

O procedimento de contratação delas pelo Grupo Escolar foi realizado por processo de indicação, ou da diretora em exercício ou por ação política: “A gente adquiriu o emprego assim: eu pedi o serviço para a diretora e comecei a trabalhar, através de politicagem, meu sogro era muito político, conseguiu me nomear no estado como serviçal (AMORIM, J. 2021).

Eu trabalhava de empregada doméstica mesmo, e as pessoas gostou muito de mim e ajeitou para mim e para Jaci na escola Santo Antônio. Aí foi para Uberaba nossa documentação, nós já saímos efetivadas, foi uma sorte! As outras não eram. Era só contratada a Odonira mais a Maria⁸³, né (SILVA, 2021).

⁸³ Essa senhora também chamada Maria, indicada por dona Maria Rosa e dona Odonira, também trabalhou como merendeira na época, no entanto já faleceu, em alguns momentos será mencionada pelas colaboradoras como “Maria do Zico”.

“Eu cheguei por quê a dona Izoldina, mãe da Jurani pediu que me colocasse lá para trabalhar, porque só a Maria não estava dando conta. Então foi onde a Jurani me chamou, e eu entrei” (AMORIM, O., 2021). Constatase por meio dessas recordações que a diretora e a política tinham forte poder de determinação sobre quem iria trabalhar na escola nesse período.

O começo do trabalho rememorado ilustra o período em que as salas do Grupo Escolar se encontravam espalhadas por diversos pontos da cidade, em prédios que a prefeitura alugava. Nossas colaboradoras nos contam que o espaço destinado para a cozinha era bem pequeno: “era tipo de um banheiro, um quadradinho o cômodo onde nois fervia leite num fugareiro, esses fugarerim pequeno, assim a gente fervia o leite” (AMORIM, O., 2021).

Nesse local, com falta de panelas, às quais elas pegavam em suas casas, era preparado o leite em pó que a escola recebia e era distribuído aos alunos pelas salas espalhadas: “cada um trazia seu copinho para tomar seu leite” (AMORIM, O., 2021). A falta de utensílios domésticos era uma das dificuldades apresentadas, os poucos pratos que tinham eram de material esmaltado, os talheres enferrujavam e para se limpar elas tinham que arear com “tijolo ou caco de telhas” (AMORIM, J., 2021). O fogão, teve de “lenha” (AMORIM, J., 2021), o “fogarerim” (AMORIM, O., 2021) e um elétrico que estava meio xoxo (SILVA, 2021). Quanto ao uso de geladeira, segundo elas, nunca teve. Dona Odonira que foi quem trabalhou maior período no Grupo como merendeira e afirmou que, durante os trinta anos que esteve lá, nunca teve o eletrodoméstico.

3.3 As coisas foram mudando: a nova escola

Era de lata mesmo, um prédio de lata!
(Maria Rosa, 2021)

A construção do prédio próprio do Grupo Escolar Santo Antônio, no ano de 1963, significou para o município uma ascensão da educação. Concomitantemente, a campanha de merenda escolar tornava-se Campanha Nacional de Alimentação Escolar e todas as mudanças acarretadas por esse crescimento eram sentidas e vividas dentro da cozinha por nossas colaboradoras, agora que, segundo elas, passaram a trabalhar na escola de lata:

Aí quando fez o grupo, aí veio panela, caldeirão, veio móveis novos, né! Que era umas carteironas que tinha de ferro, antigamente, né! Depois que passou eles abandonou, recolheram aquilo tudo e foi nas cadeiras novas. Aí a gente

já tinha mais condições. Aí o que que fazia, a gente fazia, o estado ainda não estava mandando os alimentos, mandava o leite (AMORIM, O., 2021).

Neste cenário, o único fornecedor externo de leite em pó que o Brasil possuía já era o programa Alimentos para a Paz, que não durou muito e acabou dando espaço para a indústria brasileira. Assim, a inserção de novos alimentos também foi sentida dentro da escola: “então a gente recebia era feijão, arroz, e carne seca, leite em pó” (AMORIM, J., 2021).

Esse recebimento de novos alimentos também trouxe consigo a variação do cardápio ofertado às crianças no dia a dia. A entrada da carne foi lembrada de modo especial por dona Odonira:

Carne era de soja que tinha do estado. Então aquela carne de soja eu lavava ela, punha ela de molho e fritava ela e fazia com arroz. Ela ficava uma delícia, era gostoso demais! Tenho até saudade de comer ela. Essa carne de soja era um grãozinho assim sabe, tinha uns meninos que não gostava, tinha outros que amava, hoje não, hoje ele faz arroz com galinha. Carne nunca que tinha, tinha só essa soja que vinha do estado (AMORIM, O., 2021)

O contraste na narrativa de dona Odonira, entre o passado e o presente, trouxe consigo o afloramento de lembranças para ela, lembranças essas que, conforme Bosi (1994), estariam em um processo de refazer, reconstituir, repensando as imagens daquele momento vivido, valendo-se de ideias de hoje, mas em comparação a experiências do passado.

Com a chegada dos novos alimentos o cardápio era um pouco mais diversificado, mas o leite e a sopa eram continuamente presentes. Logo pela manhã, os alunos recebiam o “leite batido com *toddy*” e as nove e meia era o horário que serviam a sopa, em alguns dias eram variadas as preparações com pratos que, segundo as merendeiras, as crianças adoravam: “nóis fazia sopa, fazia mandioca com melado, arroz doce! Mandioca com melado, menina do céu! Cê precisava ver o tanto que eles gostavam!” (AMORIM, J., 2021).

No cenário de recebimento dos alimentos vindos do governo é importante destacar que, como nesse período da campanha ainda não havia critérios sobre a regionalização e cultura dos distintos espaços educacionais, muitos gêneros alimentícios em alguns casos ficavam à mercê da inutilização nas escolas, como é o caso do trigo, que era enviado para Itapagipe: “mandava as coisas, o trigo, o que nós íamos fazer com trigo? A escola não tinha recurso, um exemplo

para comprar carne para fazer quibe, a farinha de trigo até que a gente aproveitava bem, fazia um bolinho”⁸⁴ (SILVA, 2021).

3.4 O dia a dia: preparo e distribuição da merenda

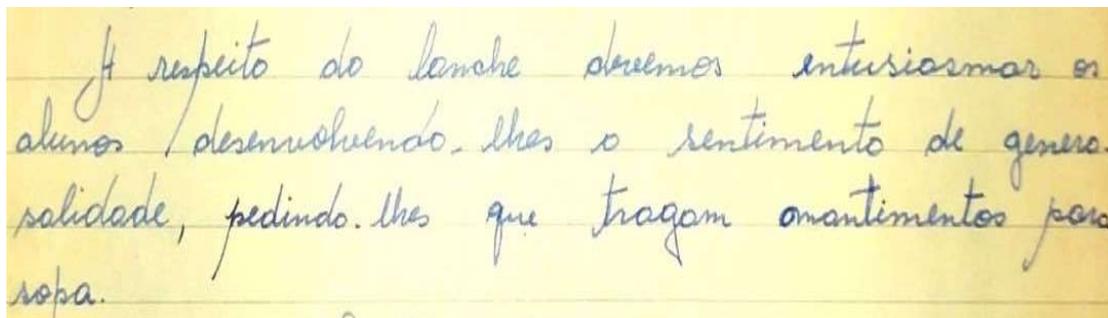
Essas crianças naquela época não tinha
condição de levar lanche, né!
(Maria Rosa, 2021)

Mesmo com a ajuda dos organismos internacionais e do município, o quantitativo de alimentos recebidos pelo Grupo Escolar por meio da Campanha Nacional de Alimentação Escolar se mostrava escasso em alguns momentos. Esse fato é um ponto lembrado pelas merendeiras, tudo que se passou para realmente colocar comida no prato das crianças, mesmo que em alguns episódios fosse necessário reduzir a quantidade servida, para que todos pudessem comer. Era comum que a escola pedisse aos alunos que levassem alimentos de casa para ajudar no preparo da merenda, segundo elas, isso era corriqueiro, e mais direcionado aos alunos que tivessem “condições”, conforme dona Jaci recorda: “A gente pedia para as crianças aqueles que pudessem, trouxessem alguma coisa de casa, abóbora, quiabo, jiló, couve pra gente colocar na sopa” (AMORIM, J., 2021).

Durante as pesquisas nos arquivos na secretaria de educação municipal, consegui localizar um documento interessante que trata justamente desses contínuos pedidos feitos aos alunos para levarem ajuda em mantimentos para a escola:

⁸⁴ Atualmente o Programa Nacional de Alimentação Escolar, além de ser gerido por um poder descentralizado, no qual os municípios são os responsáveis pelas compras dos gêneros alimentícios, com respeito à cultura, aos hábitos e às tradições alimentares, ainda desde 2009 conforme a Lei n.º 11.947, estabeleceu que no mínimo 30% do valor repassado seja utilizado na compra de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas, o que contribui para que, assim, sejam oferecidos além de alimentos frescos e de qualidade, produtos que sejam amplamente utilizados no preparo da merenda dos alunos, favorecendo a alimentação local e fortalecendo comércio e os pequenos produtores.

Figura 37 – Fragmento da ata de reunião realizada na sétima reunião pedagógica do Grupo Escolar Santo Antônio em 1968.



Leia -se:

A respeito do lanche devemos entusiasmar os alunos desenvolvendo-lhes o sentimento de generosidade, pedindo que tragam mantimentos para a sopa.

Fonte: Arquivos do Grupo Escolar Santo Antônio de Itapagipe. Figura adaptada pela autora, 2021.

A Figura 37 apresenta trecho de uma reunião pedagógica; esse fragmento em especial expõe as falas da diretora direcionadas às professoras da instituição, em que ela solicita que os alunos sejam entusiasmados a levarem mantimentos para a sopa, como uma forma de sentimento generoso. Essa fala naquele momento nos arquivos me induziu a refletir sobre sentimentos que podem ter sido criados no imaginário das crianças, como certa obrigação que eles podem ter sentido para com a instituição de ensino, observado que a maioria dos alunos ali presentes eram pertencentes a segmentos sociais mais vulnerabilizados.

A criação de sentimento generoso por meio da oferta de alimento poderia remeter a um sofrimento ou até mesmo sentimento excludente perante as crianças que tinham condições de doar para aqueles que não possuíam a possibilidade de fazê-lo. Essa constatação estaria dando lugar para uma implantação de modos civilizados, à luz dos olhos de quem comandava, ou seja, partia-se de difundir aquilo que para alguns representasse gestos de bondade, indiferente às condições individuais de cada estudante.

Após a realização das entrevistas, com a constante menção das merendeiras sobre pedir ajuda aos alunos, e como elas narram que faziam de modo corriqueiro tornando-se uma prática natural e comum, me deixaram pensativa sobre quais as consequências para os alunos e quais seriam os símbolos produzidos perante quem podia levar e quem não podia contribuir com a doação de alimentos. Desse modo, podemos refletir sobre a disparidade de contextos sociais no meio escolar e como essa diversidade leva a que os significados de determinados eventos ou ações sejam recebidos e absorvidos de modo diverso por cada sujeito (HALL; WOODWARD, 2014).

O cardápio da instituição de ensino era, segundo as merendeiras, predeterminado pela diretora ou em alguns casos por elas mesmas, definido de acordo com o que havia de disponível na despensa da escola. Com o passar dos anos, conforme dona Odonira, havia uma pessoa que se tornou responsável por tomar conta da merenda, para anotar o que tinha, e era preciso, além disso confeccionar um cardápio que deveria ser seguido pelas manipuladoras de alimentos da escola.⁸⁵

Quanto à distribuição aos alunos, conforme elas me contaram, eram divididos em dois grupos, os pertencentes e os não pertencentes à caixa escolar. Como já apresentamos na sessão anterior, a caixa escolar tratava-se de uma agremiação que funcionava dentro da escola, a qual destinava aos alunos mais pobres determinados tipos de assistência, dentre elas a alimentação.

Esses alunos eram posicionados de modo distinto dos demais na fila para o recebimento da comida, assim era sabido por quem estava ali que aquele grupo era formado por alunos pertencentes a populações mais carentes. Ainda que grande ênfase seja dada ao discurso que sempre todos os alunos recebiam merenda, em determinado momento da entrevista foi mencionado um período em que a quantidade de comida era muito pequena, sendo assim necessário oferecer apenas às crianças da caixa escolar, consideradas sem recursos: “eles pediam, a gente achava difícil eles queriam o lanche da escola o leite e tal, né. Muitas vezes não dava” (SILVA, 2021).

3.5 Festas, e mais trabalho

Além de produzir a merenda, limpeza e demais afazeres que eram a elas conferidos, as festas realizadas pela escola para levantar fundos para a caixa escolar municipal, foram muito mencionadas durante as entrevistas, o que me chamou a atenção foi o modo como as merendeiras descreveram que trabalhavam arduamente nesses eventos, trabalhavam por dias consecutivos, além do horário de expediente da escola, elas eram encarregadas de sair angariando doações, tanto na zona rural como na cidade, cozinhar e depois nas barracas vender as prendas e pratos preparados por elas:

Fazia uma barraca sabe? Era festa de barraca, aí ali era leiloado os frangos, a gente saía nas fazendas pedindo as coisas, eu mesma saí com o Toninho para nós pedir. A gente ganhava frango, sabe, galinha, assim muita coisa. E aí a gente fazia a barraca de lona ali onde é o Bradesco, que era a barraca, tinha os

⁸⁵ Conforme a Figura 29, em março de 1972 foi criado no município de Itapagipe o cargo de supervisão da Campanha Nacional de Alimentação Escolar, momento esse de início do fortalecimento dos laços locais do projeto nacional.

leilão, leiloava. Nós mesmos que preparava as prendas, sabe! Era batatinha frita, era frango cheio, que nós fazia e arrematava, aí tinha a bebida, né que a Jurani comprava para depois pagar com o que arrecadava né, e o que sobrava era da merenda (AMORIM, O., 2021).

Nós mesmos confeccionava as barracas lá na praça, e cada um ia cuidar daquele. Por exemplo eu mais a minha amiga que era serviçal e as outras, nós reunia para preparar as prendas. Ia ter o leilão, frango que nós ganhávamos dos próprios pais, os pais dos alunos doava leitão, frango, cacho de banana, laranja essas coisas tudo nós punha no leilão, e adquiria o dinheiro, né. Tinha as coordenadoras da escola, a diretora a vice, é que ficava a frente da comissão né onde colhia os dinheiro e fazia o caixa, nós trabalhava 3, 4 dias tinha vez, festa junina, todas festas juninas, sete de setembro, tinha desfile tudo preparado pela escola (AMORIM, J., 2021)

Trabalhava demais! A gente fazia os frangos salgados assim assado! Primeiro fazia a campanha pedindo os frangos as galinhas para a gente fazer. Começava a festa a gente já ia os dias tudo lá para a escola, o dia todo três dias (SILVA, 2021)

Esses episódios de extenso labor rememorado estão ligados ao que se chama de memória coletiva. Segundo Maurice Halbwachs (2006), essas memórias seriam sempre produzidas por um grupo de pessoas que participaram/ compartilharam de relações sociais. Ainda assim, para que se formassem de modo coletivo, foram estruturadas a partir de falas individuais, ou seja, temos aqui o trabalho com memórias individual e coletiva, já que a partir da primeira constituiu-se a segunda (POLLAK, 1992).

Essa formação das memórias coletivas durante o processo de escuta das merendeiras foi bastante habitual, foi comum observar nas narrativas a utilização da primeira pessoa do plural “nós”, na maior parte dos eventos, tanto do cotidiano na cozinha como fora dela que envolviam a merenda. Elas buscavam umas às outras nas lembranças para traçar o cenário vivenciado, o que confirmam concordâncias presentes entre as lembranças e, de certo modo, uma complementação é pretendida pelo grupo.

Ao que parece, os eventos realizados pela caixa escolar tornaram-se marcantes para nossas colaboradoras ou, ainda, pelas memórias que esses acontecimentos foram produtoras. O trabalho prestado por elas ao grupo escolar, além de inseri-las em um sistema de relações sociais, era o método para ganharem seu sustento, ou seja, pairavam também relações econômicas. Analisando as narrativas sobre esses dispendiosos episódios das festas, damos conta do que Bosi (1994, p. 471; *italico no original*) chamou como “lugar na hierarquia de uma sociedade feita de classes e de grupos de *status*”.

Apesar de não ter conseguido gravar nenhuma entrevista com a então diretora do grupo escolar, dona Jurani, pelos poucos encontros que pude ter com ela e pelas anotações em meu

caderno de campo, me fora narrado, sim, sobre a realização das festas e a questão de trabalho, mas ao que tudo indica ao contrapor esses episódios vivenciados pelos dois grupos, os fatos ora lembrados possuíram ressonâncias diferenciadas para esses sujeitos.

Nos arquivos do Grupo Escolar Santo Antônio, um dos vestígios dessas festas que pude encontrar foi uma ficha, tipo ficha de bar, que era utilizada como método de pagamento nas barracas das quermesses:

Figura 38 – Ficha utilizada para compras nas festas da caixa escolar do Grupo Santo Antônio - 1964



Fonte: Arquivos da Escola Estadual Santo Antônio de Itapagipe. Figura adaptada pela autora, 2022

E ainda uma fotografia no arquivo pessoal de dona Jurani Gonçalves Lima sobre concursos que eram promovidos em prol da caixa escolar e que também contavam com essas barracas, vendas e leilões de alimentos, tudo para levantar fundos para a compra de gêneros alimentícios, tendo as merendeiras como principais trabalhadoras braçais.

Figura 39 – Concurso para eleger a rainha dos estudantes em prol da caixa escolar do Grupo Escolar Santo Antônio



Fonte: Arquivo Pessoal de Jurani Gonçalves Lima. Figura adaptada pela autora, 2022

3.6 Tinha um tal “Pito Aceso”: Território de desigualdades

Tinha, tinha muita fome, essa vila aqui!
Menina do céu!
(Jaci, 2021)

Uma das maiores e mais fortes afirmações lembradas durante as nossas conversas encontram-se no tocante à pobreza vivenciada pela população de Itapagipe: “mas, no início da

minha carreira, foi muito difícil, aqui em Itapagipe era muita pobreza” (AMORIM, J., 2021). Assim dona Jaci nos contou sobre as dificuldades enfrentadas pela população.

Neste contexto narrado por elas, grande parte do alunado que chegava à escola era oriundo de famílias mais humildes: “é muito interessante, teve uma época muito difícil e a gente fazia merenda, e era muito pobre as crianças e tinha muita pobreza mesmo” (AMORIM, J., 2022). Essa pobreza constantemente referida é associada e representada por elas pela falta de acesso a alimentos em quantidade e qualidade suficientes em casa. Desse modo, a oferta de algum tipo de comida na escola era segundo suas lembranças um chamariz para entrada e permanência destas crianças no Grupo Escolar: “a maioria era pobre! Comia, comia, eles tinha necessidade daquele lanche ali que eles comia bastante” (AMORIM, O. 2021).

Muitas discussões e estudos debruçam-se para tratar sobre o direcionamento da oferta de merenda junto às populações mais vulnerabilizadas socialmente. Novamente relembando a pesquisa de Hoffmann (2012), o autor apresenta algumas determinantes para o consumo de alimentação escolar, como sexo, idade, grau de escolaridade dos pais, cor, e renda, em que é evidenciado que, quanto maior a renda *per capita* da família, acontece uma redução no consumo da merenda pelo estudante da escola.

No caso de Itapagipe, os indivíduos que compactuavam de algumas destas interseccionalidades encontravam-se geograficamente posicionadas em uma região da cidade, o já mencionado bairro do “Pito Aceso”.

Retomando as palavras de Michel de Certeau:

O bairro aparece assim como o lugar onde se manifesta um “engajamento” social ou noutros termos: uma arte de conviver com parceiros (vizinhos, comerciantes) que estão ligados a vocês pelo fato concreto, mas essencial da proximidade e da repetição (CERTEAU, 2013, p. 37).

Ainda sobre os significados e pertencimentos constituídos sobre os moradores dos bairros, segundo Freitas e Ferreira (2011, p. 2), esse espaço seria:

[...] o lugar da vida de todos os dias, onde as pessoas realizam suas trocas diárias e onde são construídos os elos e os sentimentos de pertencimento à comunidade e à vizinhança. Definindo-se, então, o território da vida no lugar.

Assim, esse território urbano torna-se um espaço social, onde são tecidas relações, sociais e culturais e, ainda mais, é lugar no qual a população segregada socioespacialmente

impõe e fixa seus modos de vida e identidades produzidas e compartilhadas ali (FREITAS; FERREIRA, 2011; ROLNIK, 1999).

A população abrigada nessa esfera era formada por um grupo de pessoas que, na maioria das vezes, eram vindouras da zona rural e que tiveram que se desprender daquele ambiente devido às condições de sobrevivência, buscando na cidade a esperança de melhores condições de trabalho e uma vida mais digna, pois como afirma Portelli (2010):

Como sempre, migração é uma questão de impulso a pobreza no campo, as possibilidades limitadas da vida provincial – e atração: os trabalhos no governo, na indústria da construção a figura de uma capital crescendo rapidamente (PORTELLI, 2010, p. 119).⁸⁶

Nesse caso, não tínhamos uma grande capital em ascensão, tratava-se de uma pequena cidade e essa população camponesa passou a concentrar-se em uma região periférica e, assim, compartilhavam, conviviam e viviam à mercê das mesmas dificuldades e barreiras sociais impostas, relembrando a divisão espacial⁸⁷ que categorizava as populações da cidade, deixando-os, também, à margem dos demais moradores.

A condição em que os moradores do Pito Aceso se encontravam, é definida sob o olhar das merendeiras como justificativa da necessidade de merenda escolar pelos alunos oriundos daquele espaço:

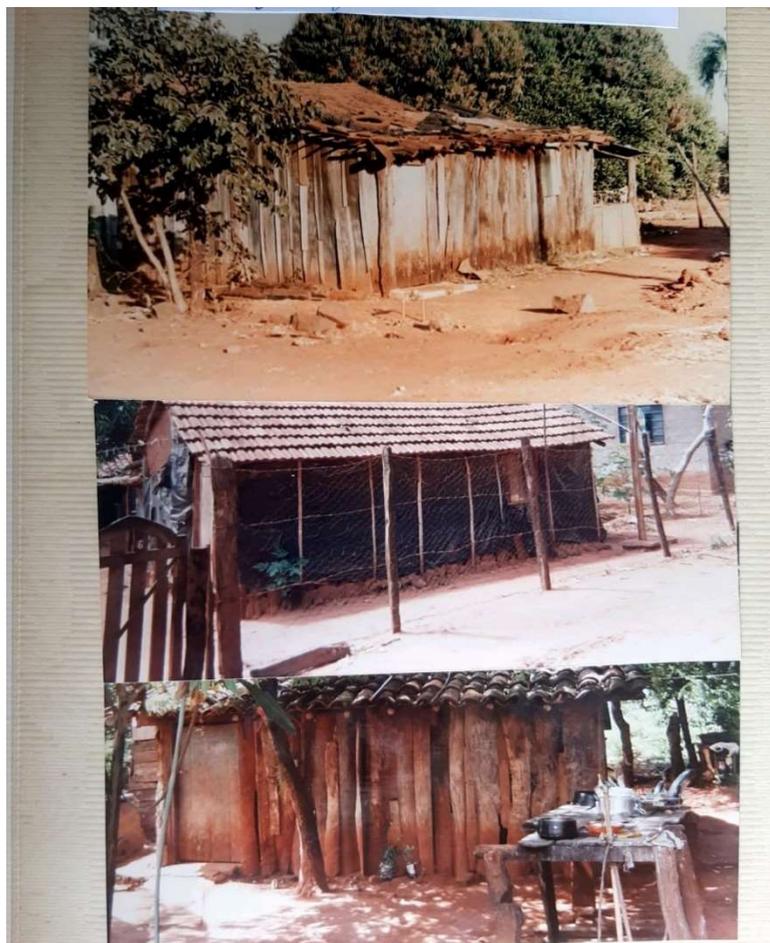
Nossa, demais! Os meninos ficava todos feliz com a merenda, por que eles vinha coitadinho sem nada de casa, não tinha tomado um café, nada a não ser aqueles que tinha posses, mas os meninos, nós aqui tem uma vila que chamava Pito Aceso, hoje em dia acabou, né! Mas era uma pobreza sem limite, tinha irmãozinho 4, 5 irmãozinho (AMORIM, J., 2021).

Aqui tinha muitos, tinha um tal Pito Aceso que as crianças iam para comer. Eles não interessava muito nas aulas, eles queria era o lanche, sabe. Passava para ir no banheiro e falava: o lanche tá pronto? Eu falava: Ah! Esganado tá com fome (AMORIM, O.)!

⁸⁶ Esse apartamento do campo com a cidade também tratado na sessão um, conecta-se às questões alimentares do momento, a alta expansão dos processos de industrialização e mecanização do setor alimentício, contribuindo para a substituição da mão de obra e migração das populações para cidade. Além disso, retoma as questões desenhadas inicialmente sobre o inaccessível a determinados gêneros alimentícios que deixavam de serem plantados em favor de outros, cooperando para dificuldades nos plantios e colheita dos pequenos produtores rurais. Como podemos concluir, todo este cenário cruza-se nesse momento, quando o êxodo rural se inicia e suas consequências começam a ser cristalizadas dentro das cidades com a dificuldade de acesso a um item básico, alimentação.

⁸⁷ Na sessão II foi apresentado o cenário da cidade de Itapagipe com suas características que dividem a cidade por meio do córrego Lageado, que posiciona geograficamente a população, categorizando-a pelo nível socioeconômico.

Figura 40 – Casas de pau-a-pique dos moradores do antigo Bairro do Pito Aceso de Itapagipe.



Fonte: Casa da Cultura Dona Fatinha de Itapagipe. Adaptado pela autora, 2022.

Conforme a Figura 40 retrata, as casas dos moradores da região, nos apresentam características simples que remetem à situação de vulnerabilidade social a qual a população desse bairro se encontrava. As afirmações de constante busca por alimento na escola por parte dos alunos vindouros dessa área nos conduz ao destaque do caráter assistencialista que a oferta de merenda possuía no Grupo Escolar Santo Antônio. Ao que parece, aqui temos a exata representação dessa função social moldada intrinsecamente junto ao seio educacional. Desde quando disponibilizar algum tipo de refeição dentro do ambiente de ensino foi pensada, deixava evidente perante seu discurso o direcionamento para determinados segmentos sociais e, conseqüentemente, a redução do quadro de evasão dos alunos. Enfim, materializamos e legitimamos uma narrativa macro histórica sobre os objetivos primordialmente vislumbrados sobre a merenda escolar no Brasil.

Hall e Woodward (2014, p. 31), debatem que “somos na verdade diferentemente posicionados pelas diferentes expectativas e restrições sociais”. Assim, as crianças do Pito

Aceso parecem receber de modo especial o alimento que tinha na escola ou, até mesmo, buscá-lo diariamente nesse ambiente.

3.7 Lembranças e memórias: sentimentos sobre um tempo que passou

Mas, daria a memória coletiva conta da explicação de todos os fatos de memória, mormente do que chamamos a lembrança individual?
(BOSI, 1994, p. 406)

Ao longo do trajeto que nos fora narrado pelas merendeiras dentro do Grupo Escolar Santo Antônio, fomos nos deparando com outros assuntos que se encontravam conexos às questões da chegada e cotidiano de trabalho delas na escola e que não poderiam ser omitidos. Essa construção da narrativa em alguns momentos pôde nos convidar ao acesso a sentimentos, emoções, saudades e, até mesmo, frustrações vivenciadas naquele período e que transitavam em um espaço de invisibilidade, ou mesmo ocultamento⁸⁸. Sendo assim, acessamos outras memórias que se encontravam guardadas junto aos acontecimentos buscados.

O que de fato o trabalho na escola significou para elas, ecoa de modo distinto entre as narrativas. Mesmo que diante de todo exposto sejam remetidos sentimentos e vínculos que foram se criando entre essas mulheres, os alunos e a instituição de ensino, não podemos deixar de refletir sobre os mecanismos de caráter pessoal que se encontram intrínsecos às narrativas do grupo. Conforme Schmidt e Mahfroud (1993, p. 295), ao tratarem sobre a memória coletiva de Halbwachs, estaríamos tendo acesso a experiências individuais moldadas intrinsecamente dentro de um quadro social:

A observação do caráter plural da narrativa abre a possibilidade de escutar um depoimento pessoal como a orquestração de vozes coletivas, posta em cena pelo narrador. Isto é importante não tanto porque se aprendem as relações sociais através da fala do indivíduo, mas principalmente porque se aprende o modo como a experiência do indivíduo é modulada, matizada, dentro daquele quadro social.

Os pontos de vista do trabalho na escola como merendeiras se tecem de modo plural por nossas colaboradoras. Dona Jaci, durante a narrativa de sua trajetória como merendeira, nos conta, também, sobre a alegria de sua “ascensão” profissional, após alguns anos na cozinha da

⁸⁸ Conforme Perrot (1989), a mulher, principalmente a mulher pobre, sofreu ao longo dos anos uma negação aos espaços públicos e, ainda, encontra-se inserida em uma categoria destinada ao silenciamento.

escola, ela seguiu seus estudos e se tornou professora e orientadora educacional no município de Itapagipe:

Fui em setenta e sete, e a gente dependia de Uberaba que era nossa regional, então tinha o inspetor quando saiu que eu prestei concurso, **eu prestei concurso, passei aí então pedi exoneração do meu cargo de serviçal que era efetiva do estado, e aí efetivei como professora** (AMORIM, J., 2021; grifos da autora).

Com orgulho ela narra sua trajetória e nos conta que quis estudar:

Quis menina, **foi muito interessante a minha trajetória**, eu comecei porque aqui a dona Jurani, nós todas professoras estudou fora, porque aqui tinha o magistério, quem quisesse estudar além tinha que sair para fora. O magistério era da dona Jurani, eu era supervisora do magistério à noite, quando eu passei, **porque eu passei no concurso para orientadora educacional, porque eu formei prestei concurso e passei**. Aí eu era, eu que coordenava os estágios do magistério daqui. Mudava os períodos, eu tinha direito porque eu tinha o cargo de quarenta horas, meu cargo de especialista, quarenta horas, e o outro cargo quatro horas e meia era de professora. Então eu trabalhava de manhã na sala de aula, a tarde trabalhava como especialista e a noite como a Dona Jurani tinha o colégio dela particular, as estagiárias vinha e eu fazia a correção (AMORIM, J., 2021).

Ao analisar as falas de dona Jaci, somos direcionados a compreender o quanto o trabalho na escola impactou sua vida e o quanto para ela isso se evidenciou em sua luta por se colocar em outro espaço. Dessa forma, ela conecta seu crescimento profissional ao ambiente onde esteve e as relações que pode tecer ali, citando como um dos sujeitos importantes nesse cenário dona Jurani, então diretora do Grupo Escolar Santo Antônio.

Dona Odonira também nos afirmou a importância que confere ao período dedicado aos trabalhos no Grupo Escolar, espaço no qual manteve-se por cerca de trinta anos exercendo a função de merendeira. Ainda que, assim como dona Jaci, tenha iniciado os estudos de magistério no período noturno na cidade, não o pôde concluir, devido a não ter com quem deixar seus filhos pequenos. Durante nossas conversas e suas falas, isso parece não a ter colocado em um lugar de tristeza ou talvez a condicionado a um sentimento de ter deixado algo inconcluso. Dona Odonira reverbera de modo tão genuíno e tocante seu trabalho como merendeira que fica evidente o orgulho e a saudade que esses momentos contemplam em suas lembranças. Ela rememora o fato de ser reconhecida até os dias atuais pelos antigos alunos da época:

Vejo eles, **todos me conhecem**, eu as vezes nem reconheço algum. Eles passa e grita: “dona Odonira”! Eu nem sei quem é, eles passa... Ficou tudo moço né! E assim foi. Depois a escola foi melhorando, melhorando, aí deu os trinta anos de serviço e eu me aposentei, né (AMORIM, O. 2021; grifos da autora).

Para dona Maria Rosa, os significados e diferença que o trabalho como merendeira proporcionaram em sua vida, nos denotam informações e rastros de como de certo modo essa vivência tenha impactado de modo diverso de suas companheiras. Ao analisar-se o encontro de fragmentos de sua vida com os eventos desse cenário, no entanto, é preciso que nos atentemos também ao fato de que sua estadia no Grupo Escolar foi por um período mais curto, o que pode ter alguma relação com os laços que foram criados ou não com o local. Ao indagá-la sobre o que todo esse passar pelo trabalho na escola possa ter representado, o desgaste mencionado com muitas horas trabalhadas parece se sobrepor aos outros momentos dessa jornada: “[...] trabalhava muito. Eram seis horas, e corrido porque muitas vezes não dava tempo. Valeu a pena, porque hoje sou aposentada” (SILVA, 2021).

Ecléa Bosi (1994, p. 408) nos diz que “há fatos que imprimiram-se apenas em nossa subjetividade” e podemos nos apoiar nesse trecho para pensar no tocante às lembranças de nossas colaboradoras, visto que, mesmo todo o ocorrido no ambiente da escola e nas tramas sobre a alimentação da cidade de Itapagipe, aparentemente seja igual para elas, no tocante a atividades desempenhadas e vivências diárias naquele ambiente, no momento de cada conto, e ao final, no acesso íntimo a suas emoções sobre esse ciclo, somos tomados por alguns arranjos singulares, mesmo que tímidos eles se soltam pelos fios das conversas, e nos revelam a intensidade de cada evento vivenciado e sentido por elas.

Ainda sobre essas divergências de significados sobre o período de trabalho, podemos também considerar o que Pollak (1992) nos apresenta sobre as flutuações que a memória sofre, seu processo de construção e representações, estes que podemos localizar durante as menções de dona Maria Rosa, que de certo modo camuflou o significado de sua passagem como merendeira.

Sobre quando perguntei como elas enxergavam a oferta de alimentação nas escolas hoje, comparado com o momento em que trabalharam como merendeiras, as respostas foram linearmente no mesmo caminho, a facilidade que elas destacam ter hoje para quem trabalha na cozinha de uma escola: “Eu acho uma maravilha, porque hoje praticamente tem tudo! Naquele tempo que nós começamos era dificultoso porque não tinha nada. Eu acho que hoje é bem melhor! Melhorou tudo!” (AMORIM, O., 2021).

Menina! O que eu mais penso, hoje a vida tá difícil, que nós estamos passando uma crise muito difícil, mas antigamente em comparação a antes, 20, 25 anos, hoje tá uma glória! Pelo que a gente vê fala, a escola tem tudo, nós não tinha um fogão a gás, uma geladeira, não tinha nada (AMORIM, J., 2021).

E, finalmente, o sentimento do encerramento de nossas conversas sobre a merenda do Grupo Escolar Santo Antônio, não poderia ser outro, a saudade, saudade do tempo da escola, saudade dos acontecimentos vividos, dos alunos, uma saudade talvez distinta, uma saudade que talvez se concentre sob diferentes atitudes ou gestos ou, ainda mais, o sentimento de não acessar novamente esses locais:

Eu tenho saudade! Assim, foi difícil minha carreira profissional porque a gente trabalhou, mas a gente recordar as amizades, os colegas a escola, os próprios alunos, a gente tem como filho da gente, cê entendeu? Aí a gente sente muito toda vez que passa, foi uma vida aqui nessa escola (AMORIM, J., 2021).

“Às vezes da saudade. Às vezes da saudade daquele tempo que a gente trabalhava e que, hoje não trabalha mais, as vezes eu passo eu sinto saudade, das colegas, e até das crianças.” (AMORIM, O., 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Confirma-se que a merenda escolar surgiu no Brasil como tentativa de acalantar as necessidades e carências alimentares apresentadas pela população e que o público infantil se tornou alvo para “tratar” dessas questões. Os meios utilizados para que o desenvolvimento dessa política pública de alimentação se materializasse encontram-se ancorados junto a causas sociais que parcela da população brasileira vivenciava no que tange a carências e dificuldades de acesso à alimentação, em quantidade e qualidade suficientes e, ainda mais, destacam-se, também, questões políticas que acompanham todo tipo de ação que foi desenvolvida nesse cenário.

Em nível nacional o projeto de merenda desenhou-se em meio ao desenvolvimento da ciência da nutrição e pela ênfase dada ao discurso dos profissionais nutrólogos da época, com destaque para Josué de Castro, que foi e é conhecido como expoente dos estudos da fome no país, refutando-a como uma herança colonial, sendo uma resultante social e estrutural na sociedade. Desse modo, essa mazela foi a precursora da necessidade da criação das chamadas políticas sociais, dentre as quais as de alimentação, que tomaram destaque a partir dos anos 30.

Ainda que alimentar os trabalhadores tenha sido o passo inicial desse projeto, os escolares tornaram-se, conseqüentemente, o próximo destinatário de tal política. Dante Costa, dentro do Serviço de Alimentação da Previdência Social, foi quem abriu esse caminho, por meio do desjejum escolar, que posteriormente, em 1955, materializa-se com a instauração de um programa de merenda escolar com objetivo de alcance nacional e que hoje é conhecido e considerado mundialmente como um caso de sucesso, ao se pensar ou falar em alimentação escolar.

A proposta inicial desse estudo envolveu apresentar como se deu o contexto de adesão e instauração do programa de merenda em Itapagipe, concomitantemente ao que ocorria no mesmo período em nível nacional, partindo de um recorte temporal de 1952 a 1988. Para que isso fosse possível, foi necessária uma análise de cunho histórico sobre a supracitada política, tratando de apresentar temas poderosos de cunho social, político e cultural para sua criação e desenvolvimento.

Sendo assim, em meio a essa jornada, na seção I propusemo-nos a discutir e moldar um entendimento inicial sobre o papel do alimento na sociedade, a partir da análise do seu acesso por meio de via monetária, para que, na sequência pudéssemos trabalhar com mais destaque sobre as questões precursoras da necessidade de criação das políticas sociais voltadas para alimentação e que foram objeto de aprofundadas reflexões para o estudo nesse primeiro

momento, até alcançarmos a instauração oficial da merenda escolar no país e seus primeiros passos sob um poder centralizado.

Conhecido o cenário de corporificação do programa, nos encaminhamos para tratar do nosso objeto de um modo mais particular e, então, dou início às leituras e pesquisas sobre a cidade de Itapagipe e a merenda desse espaço a partir do ano de 1952. Conhecer mais a fundo a história local do município mineiro de Itapagipe, suas características individuais e que, de algum modo, em determinados momentos conectam-se a essa proposta, foi algo que pôde trazer informações que considero muito significativas para a materialização do nosso propósito. Apesar de não contar com documentos específicos sobre a merenda escolar na cidade, os registros localizados foram se agrupando e, assim, tecemos a caracterização e pudemos trazer à tona um melhor entendimento acerca da alimentação fornecida aos escolares da cidade a partir daquele momento.

Quanto à administração pública, os impressos localizados nos arquivos foram fundamentais para o estabelecimento do diálogo entre as esferas administrativas locais e o governo federal, já que àquela altura o programa de merenda contava com a realização de contatos entre esses entes para tratar sobre o fornecimento de alimentação aos estudantes. Desse modo, os documentos pertinentes ao período puderam ser utilizados para o entendimento de como se deram esses contatos e, ainda mais, como dentro dos aspectos burocráticos eles foram tecidos ao se tráfegar em meio a temas tão sensíveis que atingem diretamente a população.

Pensando no Grupo Escolar Santo Antônio como local privilegiado em nossa pesquisa, tratar sobre sua historiografia foi uma árdua tarefa, que durante alguns momentos nos convidou a direcionar nosso olhar para outras situações desse ambiente a fim de que pudéssemos compreender as relações da escola, alunos e profissionais que ali se encontravam. Por meio das inter-relações elaboradas sobre essa instituição e toda sua trajetória, conseguimos apresentar a partir da análise das fontes impressas, nesse primeiro momento, alguns parâmetros que se desencadeavam para a necessidade do implemento e manutenção da oferta de víveres ao alunado, já que se confirma que parte dele se localizava em meio a um espaço marcado pela pobreza.

Importa destacar, também, que na sessão II a presença da caixa escolar como instituto dentro do Grupo Escolar foi outro ponto forte da narrativa; as conexões que puderam ser estabelecidas sobre a agremiação de Itapagipe, encontram-se em curso com a construção historiográfica desta entidade em nível nacional e nos conduziram a afirmar sua vitalidade dentro da escola. Novamente validarmos o direcionamento do alimento nesse espaço para os mesmos grupos sociais referenciados anteriormente.

O nosso encontro junto à seção III julgo ser o ponto alto, em que pudemos apresentar, refletir e realmente materializar o que foi abordado. Trazer para essa narrativa as memórias de um grupo social que esteve no “chão da escola” e que se encontra no rol de indivíduos não empoderados, na maioria das vezes, mas que são indispensáveis para a consumação de se oferecer merenda aos alunos, pôde, além de nos enunciar a percepção de modo coletivo e individual sobre a oferta de alimentação aos alunos, auxiliar na compreensão de questões das representações intrinsecamente relacionadas a esse ambiente no qual concentra-se, também, uma função social. Ainda, por meio da apresentação do protagonismo das merendeiras nesse contexto, pudemos obter o contato com as reminiscências de suas histórias de vida envolvidas junto ao discurso movido por elas sobre a alimentação escolar no Grupo Escolar Santo Antônio.

Outro adentro valioso da terceira seção foi a referência sobre os alunos moradores do bairro do Pito Aceso e a busca da escola como local onde seria encontrada a oferta de alimento, narrativa essa legitimada pelos documentos e ratificada pelas memórias de nossas colaboradoras, que, ainda, nos permitiu conexão com questões preditas na seção I e que se encontram entrançadas ao analisarmos a migração, e assentamento de populações vindouras da zona rural como resposta ao processo de mecanização daquele momento e que os condicionou a um espaço geográfico à margem do restante dos moradores da cidade de Itapagipe, inclusive sendo apontados como carentes de acesso à alimentação.

Ademais, os fatos rememorados e acessados por meio de nossas fontes nos conduziram ao estabelecimento de respostas às nossas indagações iniciais:

- ✓ Era servido algo aos alunos de Itapagipe, anteriormente ao projeto de merenda em nível nacional?
- ✓ Se era, como era? Quais eram os recursos para isso?
- ✓ Quais principais atores nesse cenário antes e após a materialização da oferta alimentar dentro da instituição de ensino?
- ✓ Como se deu o processo de adesão da política de alimentação escolar em nível local?
- ✓ Qual seria a importância aferida ao alunado presente?
- ✓ Quais relações encontram-se em diálogo entre o trajeto de chegada da merenda na escola e o cenário nacional no que se refere aos aspectos sociais da alimentação e população local?

Ainda, ao nos utilizarmos do “paradigma indiciário” de Carlos Ginzburg e da metodologia de fontes orais, caminhando por uma análise microestrutural, pudemos confirmar os reflexos de situações vistas amplamente, nos permitindo narrar uma história local que

também possuía suas particularidades, para assim contribuímos com a construção historiográfica da cidade de Itapagipe, o que também não figura um ponto final sobre nosso objeto de estudos, já que sempre existirão outras fontes, outras janelas que podem subsidiar novas histórias. Ao pensarmos a utilização de fontes orais, damos conta dessa pluralidade de caminhos que se abrem para novos estudos e que possuem natureza inconclusa deixando assim, o trabalho do pesquisador sempre em andamento (PORTELLI, 1997).

Um fio que não seguimos e que talvez possa compreender a formulação de novas perguntas, reflexões, escritos e reescritos sobre a temática, seria tentar a localização de ex-alunos que estudaram no Grupo Escolar Santo Antônio e que vivenciaram o recebimento da merenda nessa época; quem sabe buscar moradores dos dois pontos opostos da cidade poderia nos oferecer maior compreensão sobre como era a recepção e significados dessa alimentação a partir das memórias e identidades dos sujeitos que a recebiam no prato, para quem sabe chegarmos mais a fundo sobre a realidade local a respeito da merenda.

Ademais, mesmo a alimentação estando presente diariamente dentro das instituições de ensino públicas, o espaço destinado para essa temática ainda se constitui ínfimo perto de sua importância, que comprovadamente se apresenta com um discurso sobre dois lados: os que possuem acesso adequado à alimentação e os que se encontram inseridos nos grupos estatisticamente considerados vivendo em algum tipo de insegurança alimentar e que tem na merenda da escola um complemento ou talvez a maior refeição realizada no dia, o que nos remete aos fatos históricos ora narrados e que serviram de condutores para o alunado se direcionar para as instituições de ensino em um primeiro momento.

Mesmo nossa abordagem encontrando-se em um período de sete décadas atrás parece que questões da importância social e direcionamento da alimentação na escola narradas se encaixam em nossos tempos atuais e não param por aqui ao se pensar em novas análises, sujeitos e espaços sociais, servindo, assim, para ampliar nossas fronteiras de discussão sobre a alimentação dentro das instituições educacionais públicas.

Ao chegarmos ao final desse trabalho, podemos aspirar que a alimentação também seja contemplada dentro do ambiente de ensino para além da comida no prato disposta diariamente por meio da merenda. Toda questão histórica assistencialista e as raízes sociais que conversam com as políticas de alimentação podem ser estendidas ao trabalho educativo, levando ao alunado à compreensão para além da questão biológica e inserindo-a em temas culturais sociais, políticos, ambientais e étnico-raciais ligados aos saberes da educação.

A Lei n.º 13.666, de 16 de maio de 2018, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional), trata de incluir o tema transversal

da educação alimentar e nutricional no currículo escolar, o que se constitui um grande avanço para a abordagem alimentar nesse ambiente. Ao reforçarmos que a inclusão desse tema instituído por lei seja implementado nas escolas do modo como deveria nos projetos políticos pedagógicos e trabalhado com os educandos de modo excepcional, nos colocamos em um caminho para a legitimação de aprendizado, formação social, cultural, e identitária do ser humano com o alimento, para assim, moldarmos olhares mais sensíveis, saudáveis e sustentáveis, sendo essas bases para tratarmos de todas as questões referenciadas nesse estudo e que se configuram como sociais e estruturais quando mencionamos uma alimentação adequada, desde o plantio, colheita, acesso e consumo. Consumo para todos, como é de direito.

REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO, E. M. A coreografia de louças e alimentos nas mesas do Brasil (1860-1930). In: ALGRANTI, L. M.; MACÊDO, S. da C. F. de (orgs.). **História & Alimentação**. Brasil séculos XVI-XXI. Belém: Paka-Tatu, 2020. p. 615-623.
- ABREU, K. D. R. **A implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em municípios de pequeno porte**: implicações práticas e teóricas. 183 f. 2014. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo). Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2014.
- ADAS, M. **A fome**: crise ou escândalo. São Paulo: Moderna, 1988. (Coleção polêmica).
- ALBERTI, V. **Ouvir e contar**: textos em História Oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- ALGRANTI, L. M.; ASFORA, W. Luís da Câmara Cascudo e a ementa portuguesa: a contribuição de Portugal na construção do pensamento sobre a cozinha brasileira. In: SOARES, C.; MACEDO, I. C. de (coords.). **Ensaios sobre o património alimentar luso-brasileiro**. Lisboa/ São Paulo: Imprensa da Universidade de Coimbra/ Annablume, 2014. p. 253-273.
- ALMEIDA, J. S. de. Mulheres na educação: missão, vocação e destino? Feminilização do magistério ao longo do século XX. In: SAVIANI, D. *et al.* **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2014. p. 55-60.
- AMORIM, H. R. de. Em tempos de guerra: Josué de Castro e as políticas públicas de alimentação no Estado Novo. **Clio Revista de Pesquisa Histórica**, n. 35, p. 51-75, jan./ jun., 2017.
- ANDRADE, M. C. de. Josué de Castro: o homem, o cientista e seu tempo. **Estudos Avançados**, Dossiê Nordeste I, v. 11 (29), abr. 1997.
- ARRUDA, E. E.; ALMEIDA, C. M. A mercantilização do Programa Nacional de Merenda Escolar. **Intermeio**: Revista do Mestrado em Educação, Campo Grande, v. 11, n. 22, p. 88-110, 2005.
- AZEVEDO, E. Colonialidade alimentar. In: CAMPELLO, T.; BORTOLETTO, A. P. (orgs.). **Da fome a fome**: diálogos com Josué de Castro. São Paulo: Elefante, 2022. p. 309-315.
- BARBOSA, M. R. de J. **As tramas do racismo à brasileira**: o ensino da História e cultura Afro-brasileira nas instituições escolares de Itapagipe/MG (2003-2016). 198 f. 2017. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Uberlândia, UFU, Uberlândia, 2017.
- BARBOSA, M. R. de J. Os espaços e memórias e as histórias não contadas de uma cidade mineira: reverberando no Ensino de História (1976-2018). Encontro Estadual de História – ANPUH/ RS. XV. **Anais...** Passo Fundo, 2020.

- BEZERRA, J. A. B. Alimentação e escola: significados e implicações curriculares da merenda escolar. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 40, p. 103-115, jan./abr., 2009.
- BIZZO, M. L. G. Ação política e pensamento social em Josué de Castro. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas**, Belém, v. 4, n. 3, p. 401-420, dez. 2009.
- BOSI, E. **Memória e sociedade: lembrança de velhos**. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BURKE, P. **O que é história cultural?** Trad. de Sergio Goes de Paula: Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- CALDAS, E. de L.; ÁVILA, M. L. Continuidade de políticas públicas e o caso do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). **Revista Espaço Acadêmico**, n. 148, p. 77-84, set. 2013.
- CAMPELLO, T.; BORTOLETTO, A. P. (orgs.) **Da fome a fome: diálogos com Josué de Castro**. São Paulo: Elefante, 2022. (Cátedra Josué de Castro).
- CARNEIRO, H. **Comida e sociedade: uma história da alimentação**. Rio de Janeiro: Campos, 2003
- CARNEIRO, H. Estudos sobre alimentação: entre saberes da vida cotidiana e impasses agroindustriais. **Agrária**, São Paulo, n. 17, p. 93-103, 2012.
- CARVALHO, R. A.; BERNARDO, F. de O. Caixa escolar: instituto inestimável para execução do projeto da educação primária. **Revista Educação em Foco**, Juiz de Fora, v. 16, n. 3, p. 141-158, set. 2011/ fev. 2012.
- CASCUDO, L. da C. **História da alimentação no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Global, 2011 [1967].
- CASTRO, J. de. **Geografia da Fome: o dilema brasileiro – pão ou aço**. 10. ed. Rio de Janeiro: Antares, 1984.
- CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**. Trad. de Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.
- CESAR, J. T.; VALENTIM, E. de A.; ALMEIDA, C. C. B.; SCHIEFERDECKER, M. E. M.; SCHIMDT, S. T. Alimentação Escolar no Brasil e Estados Unidos: uma revisão integrativa. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 23, n. 3, p. 991-1007, mar. 2018.
- CHAMBOULEYRON, R. Alimentos, pagamentos e trocas na Amazônia Colonial (séculos XVII e XVIII). In: ALGRANTI, L. M.; MACÊDO, S. da C. F. de (orgs.). **História & Alimentação**. Brasil séculos XVI-XXI. Belém: Paka-Tatu, 2020. p. 111-131.
- COIMBRA, M. Dois modelos de intervenção nutricional no Brasil: PNS E PROAB. In: CASTRO, C. de M.; COIMBRA, M. (orgs.). **O problema alimentar no Brasil**. São Paulo: Almed/ Unicamp, São Paulo, 1985. p. 71-149.

COIMBRA, M.; MEIRA, J. F. P. de; STARLING, M. B. de. **Comer e aprender: uma história da alimentação escolar no Brasil**. Belo Horizonte: Ministério da Saúde, 1982.

CORÇÃO, M. A influência do gosto da cozinha portuguesa na história da alimentação no Brasil de Câmara Cascudo. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 50, p. 408-425, jul./dez. 2012.

CORÇÃO, M. **Câmara Cascudo, o “Provinciano incurável”**: desvendando os caminhos de história da alimentação no Brasil. 281 f. 2014. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Paraná, UFPR, Curitiba, 2014.

DÓRIA, C. A. **Formação da culinária brasileira: escritos sobre a cozinha izeira**. São Paulo: Fósforo, 2021.

ESQUISANI, R. S. S. Entre percursos, fontes e sujeitos: pesquisa em educação e uso da história oral. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 217-228, 2012.

EVANGELISTA, A. M. da C. A gente quer arroz, feijão, livros e discos: o Serviço Nacional de Alimentação da Previdência Social – SAPS (1940-1967). Colóquio do Laboratório de História Econômica e Social, II, **Anais...**, Juiz de Fora: Clio Edições, 2008.

EVANGELISTA, A. M. da C. Sede de Leitura: memórias da Biblioteca Popular do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) no cotidiano de Juiz de Fora. 186 f. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF, Juiz de Fora, 2007.

FAUSTO, B. **História concisa do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2009.

FAVARETO, A. Os efeitos territoriais da produção de commodities agropecuárias no Brasil. In: CAMPELLO, T.; BORTOLETTO, A. P. (orgs.). **Da fome a fome**: diálogos com Josué de Castro. São Paulo: Elefante, 2022. p. 229-245.

FERNANDES, B. M.; GONÇALVES, C. W. P. Apresentação – Josué de Castro, fome de justiça. In: FERNANDES, B. M.; GONÇALVES, C. W. P. (orgs.). **Josué de Castro: vida e obra**. 2 ed. Expressão Popular: São Paulo, 2007. p. 9-20.

FILHO, L. M. de. O espaço escolar como objeto da História da Educação: algumas reflexões. **Revista Faculdade de Educação**. São Paulo, v. 24, n. 1, p. 141-159, jan/jun. 1998.

FOGAGNOLI, M. **Alimentar é também educar: a merenda escolar no Brasil (1940-1960)**. 207 f. 2017. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde), Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2017.

FRANCISCO, M. V.; MILITÃO, S. C. N.; MILITÃO, Andréia Nunes. Educação e diversidade na agenda educacional: da Conferência Nacional de Educação de 2010 a 2014, o que mudou? **Revista de Educação-PUC**, Campinas, v. 19, n. 2, p.145-154, 2014.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários a prática educativa**. 69. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021a.

- FREIRE, P. **Política e Educação**. 7. ed. Org. de Ana Maria de Araújo Freire. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2021b.
- FREITAS, T. M. de; FERREIRA, C. L. A produção do espaço urbano: formação de território e governança urbana, o caso da quadra 50 da cidade Gama – DF. Conferência do Desenvolvimento do 1º Circuito de Debates Acadêmicos, II, **Anais....** Brasília: IPEA, 2011.
- FROTA, J. W. da S. **Educação e alimentação: idéias sociais, políticas e pedagógicas na obra de Dante Costa**. 122. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Ceará, UFC, Fortaleza, 2011.
- GATTI, G. C. de V.; INÁCIO FILHO, G.; GATTI JÚNIOR, D. A escola e a vida na cidade em dois tempos: o Ginásio de Uberlândia entre as décadas de 1930 e de 2000. In: CATANI, D. B.; GATTI JÚNIOR, D. (orgs.). **O que a escola faz?** Elementos para a compreensão da vida escolar. Uberlândia: Edufu, 2015. p. 145-169.
- GINZBURG, C. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. Trad. Rosa Freire d' Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GINZBURG, C. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, C.; CASTELNUOVO, E.; PONI, C. **A micro-história e outros ensaios**. Trad. Antônio Narino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989a. p. 169-179.
- GINZBURG, C. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, C. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. Trad. Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989b. p. 143-177.
- GUIMARÃES, P. R. V. **Políticas de alimentação escolar das décadas 1960-1970: memórias das merendeiras de Criciúma no processo modernizador**. Curitiba: Brazil Publishing, 2019.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.
- HALL, S.; WOODWARD, K. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 15 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- HOFFMANN, R. Determinantes do consumo da merenda escolar no Brasil: análise dos dados da PNAD de 2004 e 2006. **Revista Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, SP, v. 19, n. 1, p. 33-45, 2012.
- HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia da Letras, 1995.
- L'ABBATE, S. As políticas de alimentação e nutrição no Brasil: período de 1940-1964. **Revista de Nutrição**, PUC-Campinas, 1 (2), p. 87-135, jul./ dez. 1988.
- L'ABBATE, S. As políticas de alimentação e nutrição no Brasil II. A partir dos anos setenta. **Revista de Nutrição**. PUC-Campinas, 2 (1), p. 7-54, jan./ jun. 1989.

LEME, A. S. Câmara Cascudo e Josué de Castro – um diálogo sobre a epistemologia da alimentação. **Revista Latino-Americana de História**, v. 08, n. 22, p. 161-181, ago./ dez. 2019.

LEME, A. S. Josué de Castro e as metamorfoses da fome no Brasil, 1932 -1946. **Revista História, Ciências e Saúde – Manguinhos**, v. 28, n. 4, p. 1115-1135, out./ dez. 2021.

LEME, A. S.; BASSO, R. A formação da brasilidade – a construção do discurso modernista sobre culinária. **Revista de Contextos da Alimentação**, v. 3, n. 1, p. 18-34, 2014.

LEVI, G. Três histórias de família: os núcleos parentais. In: LEVI, G. **Herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Trad. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 86-131.

LIMA, A. L. G. Administração das diferenças individuais na escola: um estudo histórico do discurso da Psicologia sobre crianças que não aprendem. In: CATANI, D. B.; GATTI JÚNIOR, D. (orgs.). **O que a escola faz?** Elementos para compreensão da vida escolar. Uberlândia: Edufu, 2015. p. 17-49.

LIMA, J. G. **Nossa História**. Belo Horizonte: Capital, [1992?].

LINHARES, M. Y. L. Biografia. In: FERNANDES, B. M.; GONÇALVES, C. W. P. (orgs.). **Josué de Castro: vida e obra**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 21-25.

LOURO, G. L. A história (oral) da educação: algumas reflexões. **Em aberto**, Contribuições das Ciências Humanas para a Educação: A História, v. 9, n. 47, p. 21-28, 1990.

MARTINS, A. P. M. **Bacia do Ribeirão Cachoeira de Cima, Itapagipe (MG): Avaliação ambiental integrada e alternativas de uso**. 227 f. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia, UFU, Uberlândia, 2009. Disponível em: <...>. Acesso em 15 de janeiro de 2020.

MARTINS, M. F. Gramsci, os intelectuais e suas funções científico-filosófica, educativo-cultural e política. **Pro-posições**, Campinas, v. 22, p. 131- 148, 2011.

MEDEIROS, F. F. de. Carlos Lacerda e a radicalização da oposição ao getulismo (1945-1954). Encontro de História da Anpuh-Rio, XIX, **Anais...** Rio de Janeiro, 2020.

MEIHY, J. C. S. B.; HOLANDA, F. **História Oral: como fazer, como pensar**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2020.

MEIHY, J. C. S. B.; SEAWRIGHT, L. **Memórias e Narrativas: história oral aplicada**. São Paulo: Contexto, 2020.

MELGAÇO, M. B.; MATOS-DE-SOUZA, R. Produzindo a subalternidade: as merendeiras nos documentos e iniciativas da gestão federal do PNAE. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 38, p. 1-24, 2022.

MENESES, U. T. de; CARNEIRO, H. A história da alimentação: balizas historiográficas. **Anais do Museu Paulista**, v. 5, p. 9-91, jan. /dez. 1997.

MONKS, J. C. Era uma vez... Objetos, memórias e o registro da nossa história.. Encontro sobre o Poder Escolar, 14, **Anais...** Pelotas, 2019.

MONTANARI, M. **Comida como cultura**. Trad. de Letícia Martins de Andrade. 2. ed. 2013

OLIVEIRA, J. E. D. de; MARCHINI, J. S. Nutrologia: especialidade médica. **Rev. Assoc. Med. Bras.**, 54 (6), p. 471-86, 2008.

OLIVEIRA, S. M. de. **Grupo Escolar em Minas Gerais: análise da legislação na Primeira República (1906-1924)**. 157 f. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Uberlândia, UFU, Uberlândia, 2012.

PAES, A. B. **A escola primária rural em Mato Grosso no período republicano (1889-1942)**. 269 f. 2011. Tese (Doutorado em Educação Escolar). Faculdade de Ciências e Letras (FCL), Unesp, Araraquara. 2011.

PANDOLFI, D. (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

PELIANO, A. M. M.; CASTRO, C. de M.; MARTINE, G.; GARCIA, R. C. O problema alimentar brasileiro: situação atual, perspectivas e proposta de políticas. In: CASTRO, C. de M. e; COIMBRA, M. **O problema alimentar no Brasil**. São Paulo/ Campinas: Almed/ Unicamp, 1985. p. 15-43.

PEREGRINO, U. **À margem do problema alimentar brasileiro**. Tarefas e Realizações do SAPS. Rio de Janeiro: Serviço de Alimentação da Previdência Social, 1950.

PERROT, M. **Minha história das mulheres**. Trad. de Angela M. S. Corrêa. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2019.

PERROT, M. Práticas da memória feminina. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 9, n. 18, p. 9-18, ago. 1989.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POLLAK, M. Memória e Identidade Social. Transc. e Trad. de Monique Augras, ed. de Dora Rocha. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PORTELLI, A. **Ensaio de História Oral**. Trad. Fernando Luiz Cássio e Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

PORTELLI, A. **História oral como arte da escuta**. Trad. Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

PORTELLI, A. O que faz a história oral diferente. Tradução de Maria Therezinha Janine Ribeiro. Revisão Técnica de Dea Ribeiro Fenelon. **Projeto História**. São Paulo, p. 25-39, fev. 1997.

POULAIN, J.-P. **Sociologias da alimentação**: os comedores e o espaço social alimentar. Trad. Rossana Pacheco da Costa Proença, Carmen Silvia Rial e Jaimir Conte. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 2013.

PRESTES, A. L. O historiador perante a história oficial, **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Londrina, v. 1, n. 2, p. 91-96, jan. 2010.

REVEL, J. Micro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15; n. 45, p. 434-444, set./dez. 2010.

RIBEIRO NETO, A. A micro história como aporte teórico para os estudos em história da educação. **Revista Contrapontos**, v. 18, n. 1, p. 15-28, 2018

ROMA, C. M. **Segregação socioespacial em cidades pequenas**. 156 f. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Unesp/ Campus de Presidente Prudente, Presidente Prudente, 2008.

ROSANELI, C. F.; RIBEIRO, A. L. C.; ASSIS, L. de; SILVA, T. M. da; SIQUEIRA, J. E. de. A fragilidade humana diante da pobreza e da fome. **Revista Bioética**, v. 23, p. 89-97, 2015.

SANTOS, B. de S. **O futuro começa agora**: da pandemia à utopia. São Paulo: Boitempo, 2021.

SANTOS, K. H. dos. Josué de Castro: fome e repercussões sociais. **Revista Serviço Social & Saúde**, Unicamp, Campinas, v. X, n. 1, p. 59-90, jul. 2011.

SAVIANI, D.; ALMEIDA, J. S. de; SOUZA, R. F. de; VALDEMARIN, V. T. (orgs.). **O legado educacional do século XIX**. (orgs.). 3 ed. Campinas: Autores Associados, 2014a.

SAVIANI, D.; ALMEIDA, J. S. de; SOUZA, R. F. de; VALDEMARIN, V. T. (orgs.). **O legado educacional do século XX no Brasil**. 3 ed. Campinas: Autores Associados, 2014b.

ROLNIK, R. Lei e Política: a construção dos territórios urbanos. **Projeto História**, São Paulo, v. 18, p. 135-154, mai. 1999.

SOUZA, J. C. de. **Sociedade e Escravidão no século XIX**: crianças escravas em Uberaba – 1871-1888. 97 f. 2013. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Uberlândia, UFU, Uberlândia, 2013.

SOUZA, R. de F. Espaço da Educação e da Civilização: origem dos grupos escolares no Brasil. In: SAVIANI, D.; ALMEIDA, J. S. de; SOUZA, R. F. de; VALDEMARIN, V. T. (orgs.). **O legado educacional do século XIX**. 3 ed. Campinas: Autores Associados, 2014. p. 33-66.

STEFANINI, M. L. R. **Merenda Escolar**: história, evolução e contribuição no atendimento das necessidades nutricionais da criança. 165 f. 1998. Tese (Doutorado em Nutrição). Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, FSP-USP, São Paulo, 1998.

SPINELLI, M. A. dos S. **Alimentação Escolar**: da centralização à descentralização. 209 f. 1997. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva), Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, Campinas, 1997.

STURION, G. L. **Programa de Alimentação Escolar**: avaliação do desempenho em dez municípios brasileiros. 287 f. 2002. Tese Doutorado em Alimentos e Nutrição), Faculdade de Engenharia de Alimentos da Universidade Estadual de Campinas, Unicamp. Campinas, 2002.

TEDESCHI, L. A. **Alguns apontamentos sobre história oral, gênero e história das mulheres**. Dourados: UFGD, 2014.

THOMPSON, P. História oral e contemporaneidade. Trad. de Andréa Zhouri e Lígia Maria Leite Pereira. **Revista de História Oral**, v. 5, p. 9-28, 2009.

THOMSON, A. Reconstituo a memória: questões sobre relação entre história oral e memórias. **Projeto História**, São Paulo, p. X-Y, abr. 1997.

VASCONCELOS, F. de A. G. de. Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 18, n. 4, jul./ ago. 2005.

VASCONCELOS, F. de A. G. de. Os arquivos brasileiros de nutrição: uma revisão sobre a produção científica em nutrição no Brasil (1944 a 1968). **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 15 (2), p. 303-316, abr./ jun. 1999.

WOLFE, J. “Pai dos pobres” ou “Mãe dos ricos”? Getúlio Vargas, industriários e construções de classe, sexo e populismo em São Paulo, 1930-1954. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 1, n. 27, p. 27-59, 1994.

ZONIN, S. A.; SILVA, V. L. G. da; PETRY, M. G. Assistência à infância escolarizada: a caixa escolar em cena. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 18, n. 48, p. 1-27, 2018.

Instituição Pesquisada

ESTADO DE MINAS GERAIS. Escola Estadual Santo Antônio. **Arquivo Físico Escola Estadual Santo Antônio**. Itapagipe/ MG.

Acervo da Prefeitura de Itapagipe/ MG

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPAGIPE. **Arquivo Físico da Secretaria De Educação**. Itapagipe/ MG, 1952-1989.

Acervo da Câmara Municipal de Itapagipe/ MG

MUNICÍPIO DE ITAPAGIPE. **Arquivo Físico da Câmara Municipal**. Itapagipe/, MG, 1952-1989.

Manuais e Jornais

BRASIL. **A conjuntura Alimentar e o Problema da Nutrição no Brasil**. Plano Geral de Trabalho – 1953/4. Ministério da Educação e Saúde. Rio de Janeiro, 1953

Jornal A Comarca. Itapagipe, São Francisco de Sales. 1997.

Jornal Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 02 de outubro de 1942, p.4.

PEREGRINO, U. **À margem do problema alimentar brasileiro: Tarefas e realizações do SAPS**. Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), Rio de Janeiro, 1950.

SILVA, S. P. **Texto para Discussão: a trajetória histórica da segurança alimentar e nutricional na agenda política nacional: projetos, descontinuidades e consolidação**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Brasília: Rio de Janeiro, 2014.

Websites consultados

BRASIL. Escola Estadual Santo Antônio Disponível em: <<http://escolasantoantonio.com.br/>>. Acesso em: 20 nov. 2021.

BRASIL. Faculdade de Saúde Pública – USP. Disponível em: <Pão ou commodity: Geografia da Produção de Alimentos - Da Fome à Fome (usp.br)>. Acesso em: 05 ago. 2021.

BRASIL. Memorial da Democracia. Disponível em: <Memorial da Democracia - Vargas cria serviço de alimentação>. Acesso em: 13 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da educação (FNDE). (PNAE) Programa Nacional de Alimentação Escolar. Histórico. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/programas/programas-suplementares/pnae-sobre-o-programa/pnae-historico>>. Acesso em: 16 dez. 2020.

BRASIL. Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro. Disponível em: <Centro Josué de Castro | Quem Somos (josuedecastro.org.br)>. Acesso em: 17 dez. 2020.

CASTRO, Josué de. Josué de Castro – cidadão do mundo. Documentário publicado pelo Youtube. 1994. 50:18. Disponível em: <Josué de Castro - Cidadão do Mundo – YouTube>. Acesso em: 10 de nov. 2021.

CARNEIRO, H. Série A História da Alimentação no Brasil. Publicada pela Amazon Prime. Episódio 12, Doces Histórias. 2020. 27:19. Disponível em: <Prime Video: A História da Alimentação no Brasil>. Acesso em: 22 maio 2021.

CHAUÍ, M. Breve história da democracia. Publicado pelo canal TV Boitempo. 2021. 1:43:06. Acesso em: 03 set. 2021.

Leis e Decretos Federais

BRASIL. Decreto-Lei n.º 399, de 30 de abril de 1938. Disponível em: <Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br)>. Acesso em: 10 fev. 2021.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 2.478, de 05 de agosto de 1940. Disponível em: <Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br)>. Acesso em: 16 fev. 2021.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 3.709, de 14 de outubro de 1941. Disponível em: <DEL3709-41 (planalto.gov.br)>. Acesso em: 06 fev. 2021.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 4.859, de 21 de outubro de 1942. Disponível em: <Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br)>. Acesso em: 16 fev. 2021.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 5.443, de 30 de abril de 1943. Disponível em: <Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br)>. Acesso em: 16 fev. 2021.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 7.328, de 17 de fevereiro de 1945. Disponível em: <DEL7328 (planalto.gov.br)>. Acesso em: 10 fev. 2021.

BRASIL. Decreto n.º 37.106 de 31 de março de 1955. Disponível em: <Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br)>. Acesso em: 16 de dez. 2020.

BRASIL. Decreto n.º 39.007 de 11 de abril de 1956. Disponível em: <Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br)>. Acesso em: 08 fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da educação (FNDE). (PNAE) Programa Nacional de Alimentação Escolar. Histórico. Disponível em: <Histórico - Portal do FNDE >. Acesso em: 05 mar. 2021.

BRASIL. Lei n.º 13.666, de 16 de maio de 2018 - Publicação Original. Disponível em: <Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br)>. Acesso em: 14 ago. 2021.

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <L9394 (planalto.gov.br)>. Acesso em:

BRASIL. Decreto n.º 40.052, de 1º de outubro de 1956 – Publicação original. Disponível em: <Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br)>. Acesso em: 03 out. 2021.

BRASIL. Lei n.º 5.829, de 30 de novembro de 1972 - Cria o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) e dá outras providências. Disponível em: <Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br)>. Acesso em: 04 maio 2021.

BRASIL. Lei n.º 7.091, de 18 de abril de 1983 - Altera a denominação da Fundação Nacional de Material Escolar, a que se refere a Lei n.º 5.327, de 2 de outubro de 1967, amplia suas finalidades e dá outras providências. Disponível em: <Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br)>. Acesso em: 08 nov. 2020.

Decretos Estaduais – Minas Gerais

MINAS GERAIS. **Lei n.º 41, de 3 de agosto de 1892**. Dá nova organização à instrução pública do Estado de Minas. Belo Horizonte, MG: Secretaria do Interior, 3 ago. 1892. Disponível em: <<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa-nova-min.html?tipo=LEI&num=41&comp=&ano=1892&texto=original>>. Acesso em: 10 jan. 2022.

MINAS GERAIS. **Decreto n.º 4.819, de 3 de dezembro de 1955**. Transforma em grupo escolar as Escolas Reunidas “Santo Antônio”, da cidade de Itapagipe, com a mesma denominação. Disponível em: <<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br;minas.gerais:estadual:decreto:1955-12-03;4819>>. Acesso em: 15 mai. 2021.

MINAS GERAIS. **Decreto n.º 3.191, 9 de junho de 1911**. Aprova o regulamento geral da Instrução do Estado. Belo Horizonte: Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, 11 jun. 1911. Disponível em: <<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br;minas.gerais:estadual:decreto:1911-06-09;3191>>. Acesso em: 10 jan. 2022.

Fontes Orais

AMORIM, J. F. do. Trabalhou no Grupo Escolar Santo Antônio de Itapagipe, MG, como merendeira de outubro de 1964 a 1977. Entrevista concedida à pesquisadora na residência da entrevistada. Itapagipe, MG, 11 set. 2021.

LEITE, O. J. do A. Trabalhou no Grupo Escolar Santo Antônio de Itapagipe, MG, como merendeira de outubro de 1964 a 1994. Entrevista concedida à pesquisadora na residência da entrevistada. Itapagipe, MG, 12 set. 2021.

LIMA, J. G. Trabalhou no Grupo Escolar Santo Antônio de Itapagipe, MG como professora e posteriormente como diretora de 1958 a 1989.

SILVA, M. R. da. Trabalhou no Grupo Escolar Santo Antônio de Itapagipe, MG, como merendeira de outubro de 1964 a 1967. Entrevista concedida à pesquisadora na residência da entrevistada. Itapagipe, MG, 12 set. 2021.

APÊNDICE

APÊNDICE A – Carta de Apresentação para pesquisa nos arquivos da Escola Estadual Santo Antônio

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE PARANAÍBA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



CARTA DE APRESENTAÇÃO

Venho por meio da presente, apresentar DÉBORA FERREIRA BORGES BARBOSA, RGM n. 201800600, acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Educação (Curso de Mestrado) – PGEDU, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Unidade Universitária de Paranaíba, e, cuja pesquisa está localizada no tema “merenda escolar no Brasil”.

Nesse sentido, solicita-se apoio e franqueamento de acesso aos acervos e arquivos escolares com vistas à coleta de dados documentais.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente.

Paranaíba (MS), 29 de julho de 2021.

Prof. Dr. Ademilson Batista Paes
Orientador

APÊNDICE B – Roteiro norteador para as entrevistas



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL



Comitê de Ética com Seres Humanos

Roteiro para Realização de Entrevistas

Título da Pesquisa: História e Memória: O Enredo da Merenda Escolar (1952-1989) e Aspectos de uma Micro Realidade Mineira.

Pesquisador Responsável: Débora Ferreira Borges Barbosa

Contato do Pesquisador: (34)99924-6184

E-mail: deboraborges@outlook.com

Instituição Proponente: Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Colaborador Senhor (a): _____

Endereço para Contato: _____

Cidade/Estado: _____

Telefone: _____

Algumas das perguntas disparadoras que orientarão o diálogo ou das condições a serem observadas na pesquisa:

- 1- Por favor fale de sua infância, onde vivia, com quem, e sobre sua escolarização.
- 2- Sua Inserção no ambiente de ensino Urbano na cidade de Itapagipe/MG.
- 3- Sua Prática Profissional na educação, se houver.
- 4- Como era oferecida a Merenda Escolar, no período que você se manteve na escola?
- 5- Como você visualiza a efetivação do ato de alimentar-se no ambiente de ensino naquele momento.
- 6- Como Profissional da Educação, os alunos gostavam da oferta de alimentação na escola? Fale um pouco de questões afetivas que recorde deste período.
- 7- Havia trabalhos em conjunto da comunidade escolar, em algum aspecto que envolva a Alimentação?
- 8- Havia dificuldades para a efetivação da Alimentação no Ambiente de Ensino?
- 9- Você como aluno, Fale um pouco de questões afetivas que recorde do período de Alimentação na escola.
- 10- Um fato ou recordação marcante sobre este período.

APÊNDICE C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL



Comitê de Ética com Seres Humanos

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Convidamos o (a) Senhor (a) _____ para participar da Pesquisa: Merenda Escolar em Itapagipe: Sujeitos, Memórias e Instituições (1952-1988) voluntariamente, devido o senhor (a) ser ex-funcionário da instituição pública municipal de Itapagipe/Mg, não tendo atualmente nenhum vínculo empregatício com a instituição de ensino.

A pesquisa encontra-se hoje, sob a responsabilidade da pesquisadora Débora Ferreira Borges Barbosa, a qual pretende apresentar a importância social por meio da contextualização da Merenda Escolar, valendo-se de aspectos Históricos, Sociais, Políticos e Locais, da importância de sua instauração e efetivação, buscando apresentar sua real aplicabilidade em Itapagipe/MG, no período proposto.

O colaborador do estudo estará de modo totalmente voluntário participando da pesquisa, sua participação se dará por meio de entrevistas semiestruturadas, e coleta de materiais, como documentos ou fotografias, com encontros online ou presenciais.

Atualmente devido ao momento de crise sanitária que nosso país vive em decorrência da pandemia da COVID-19, será dada preferência por entrevistas online, para maior segurança do participante e pesquisador, no caso, se houver necessidade de contato presencial serão previamente discutidas medidas para possíveis adequações dos dias, horários e disponibilidade do colaborador para a realização, atentando-se para todos os protocolos de cuidados necessários impostos pelo Ministério da Saúde, como higienização das mãos, uso de álcool gel e também utilização obrigatória de máscara de proteção com distanciamento mínimo de 1,5 a 2,0 metros, estando o colaborador da pesquisa livre para aceitar, negar, ou deixar de participar do estudo a qualquer momento sem nenhum tipo de prejuízo a sua pessoa, tendo sempre em vista que o participante sempre estará apto a aceitar ou não quaisquer etapas ou procedimentos necessários da pesquisa, como também encontros presenciais, e evidenciando também que, qualquer tipo de situação que gere algum tipo de risco, tanto físico como de saúde em quaisquer aspectos, será tratada de modo a conduzir-se para sua maior minimização ou inexistência possível, sempre zelando para que o colaborador seja preservado em



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL



Comitê de Ética com Seres Humanos

qualquer situação.

Todas as Entrevistas serão transcritas, atentando-se para todos princípios éticos necessários para uma reprodução verídica sendo que, para toda e qualquer utilização, previamente o participante da pesquisa terá acesso a esta transcrição, e, a utilização somente ocorrerá após sua aprovação, assim também toda documentação fornecida e fotografias disponibilizadas pelo participante só serão utilizadas na pesquisa e publicadas, se autorizadas. Posteriormente todos os dados serão arquivados na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS.

É importante salientar que por meio de suas narrativas e documentos o colaborador estará não apenas contribuindo com a pesquisadora de forma individual, mas sim, com a comunidade local e acadêmica, evidenciando fatos históricos da sociedade que se mostram desconhecidos para muitos e participando da construção de uma narrativa local, a qual ele foi participante, e que talvez seja desconhecida. Assim inserindo sua marca na historiografia e quem sabe inspirando demais moradores locais a apresentar suas histórias.

Se depois de consentir sua participação na pesquisa o (a) Senhor (a) _____ desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta de dados, independente do motivo sem prejuízo a sua pessoa. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade será sempre mantida em sigilo caso o colaborador assim queira. A pesquisadora estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Após ler com atenção este documento e ser esclarecido sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine em todas as folhas e ao final deste documento, que está em duas vias e será assinado por mim, pesquisador, em todas as folhas.

Uma das vias é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de dúvida sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável, Débora Ferreira Borges Barbosa no telefone: (34) 99924-6184, Em caso de dúvidas sobre os seus direitos como participante nesta pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética Com Seres Humanos da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul CESH/UEMS pelo Fone: (67) 3902-2699 ou no endereço: Cidade Universitária de Dourados, Rodovia Itahum, km 12, em Dourados – MS, Bloco B, 1º piso - Horário de atendimento: 8:00 às 14:00 horas, de segunda a sexta.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL



Comitê de Ética com Seres Humanos

Eu, _____, fui informado e aceito participar da pesquisa

onde o pesquisador _____ me explicou como será toda a pesquisa de
forma clara e objetiva.

Itapagipe/MG, de ... de 2021

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Participante da Pesquisa

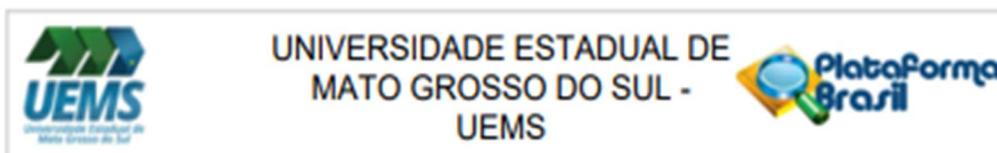
Nome completo do pesquisador: Débora Ferreira Borges Barbosa

Telefone para contato: (34)99924-6184

E-mail: deboraborges@outlook.com

Comitê de Ética com Seres Humanos da UEMS, fone: 3902-2699 ou cesh@uems.br.

APÊNDICE D – Parecer Consubstanciado do CEP



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
MATO GROSSO DO SUL -
UEMS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: História e Memória: O enredo da Merenda Escolar (1952-1989) e Aspectos de uma Micro Realidade Mineira

Pesquisador: DEBORA FERREIRA BORGES BARBOSA

Área Temática:

Versão: 4

CAAE: 42865321.6.0000.8030

Instituição Proponente: Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.872.092

Apresentação do Projeto:

A presente proposta consiste em analisar aspectos que foram contribuintes para o surgimento da política de Merenda Escolar no País, tendo como referência obras de autor Josué de Castro um dos responsáveis pela criação do programa de merenda escolar no Brasil, um intelectual ativista na luta contra a fome e melhores condições alimentares.

Esta pesquisa terá como metodologia a análise qualitativa, apoiada na exploração das obras do autor, decretos, leis, teses e monografias que se moldaram envoltos a temática proposta, com uma abordagem problematizada. Pretende-se conectar a importância refletida na criação do programa, e a dificuldade em levá-lo até todas as realidades existentes e carentes de sua real aplicabilidade naquele momento.

A pesquisa será desenvolvida na cidade de Itapagipe/MS, em uma instituição pública de ensino, a Escola Estadual Santo Antônio. Tendo como sujeitos a primeira diretora de ensino da instituição, e posteriormente outros colaboradores envoltos aos acontecimentos narrados por ela.

Buscar-se-á materializar o estudo por meio do acesso ao arquivo pessoal da ex diretora, rico em documentos e fotografias, e também utilizando-se da metodologia de fontes orais, onde serão realizadas entrevistas semiestruturadas com a educadora, e demais colaboradores do estudo.

Endereço: Rodovia Dourados Itahum - Km 12 - Cx:351
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 79.804-970
UF: MS **Município:** DOURADOS
Telefone: (67)3002-2699 **E-mail:** cesh@uemg.br



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
MATO GROSSO DO SUL -
UEMS



Continuação do Parecer: 4.872.092

Solicitamos aos pesquisadores que se atentem e obedeçam às medidas de segurança adotadas pelos locais de pesquisa, pelos governos municipais e estaduais, pelo Ministério da Saúde e pelas demais instâncias do governo devido a excepcionalidade da situação para a prevenção do contágio e o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19).

As medidas de segurança adotadas poderão interferir no processo de realização das pesquisas envolvendo seres humanos. Quer seja no contato do pesquisador com os participantes para coleta de dados e execução da pesquisa ou mesmo no processo de obtenção do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido-TCLE e Termo de Assentimento Livre e Esclarecido-TALE, incidindo sobre o cronograma da pesquisa e outros.

Orientamos ao pesquisador na situação em que tenha seu projeto de pesquisa aprovado pelo CEP e em decorrência do contexto necessite alterar seu cronograma de execução, que faça a devida "Notificação" via Plataforma Brasil, informando alterações no cronograma de execução da pesquisa.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1688683.pdf	26/05/2021 07:42:35		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Debora_Barbosa2.pdf	10/05/2021 14:53:26	DEBORA FERREIRA BORGES BARBOSA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Debora_Barbosa.pdf	12/04/2021 17:31:00	DEBORA FERREIRA BORGES BARBOSA	Aceito
Outros	Roteiro_Debora_Barbosa.pdf	24/01/2021 17:02:19	DEBORA FERREIRA BORGES BARBOSA	Aceito
Folha de Rosto	Folha_Debora_Barbosa.pdf	12/01/2021 19:24:25	DEBORA FERREIRA BORGES BARBOSA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Rodovia Dourados Itaipum - Km 12 - Cx351
Bairro: Cidade Universitária CEP: 79.004-970
UF: MS Município: URUQUAÚ
Telefone: (51) 3042-2000 e-mail: ccongresso@uems.br



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
MATO GROSSO DO SUL -
UEMS



Continuação do Parecer: 4.872.092

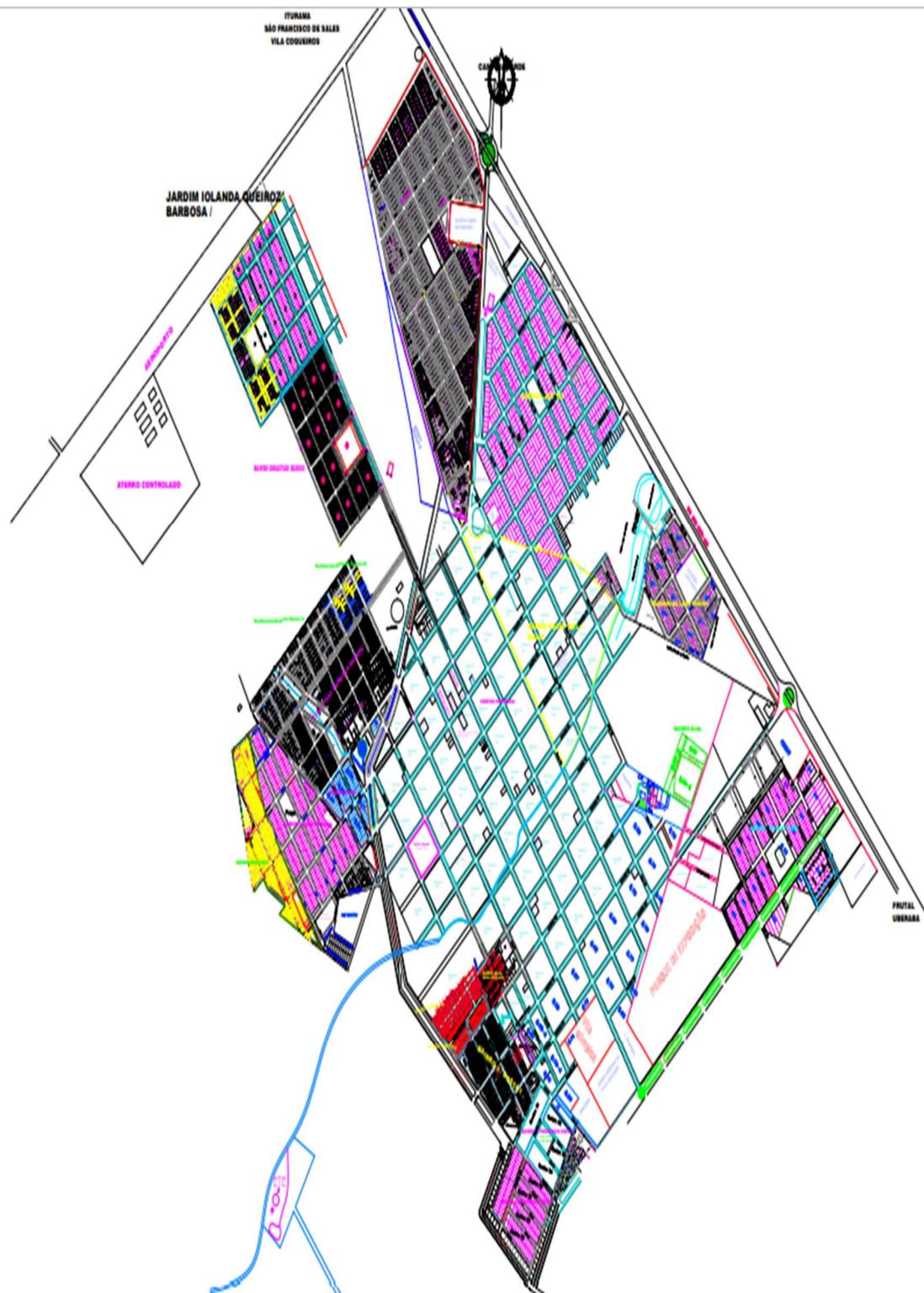
DOURADOS, 28 de Julho de 2021

Assinado por:
alessandra aparecida vieira machado
(Coordenador(a))

Endereço: Rodovia Dourados Itahum - Km 12 - Cx:351
Bairro: Cidade Universitária CEP: 79.804-970
UF: MS Município: DOURADOS
Telefone: (67)3902-2699 E-mail: cesh@uems.br

ANEXO

ANEXO A – Mapa original da cidade de Itapagipe



Fonte: Secretaria de Infraestrutura Urbana de Itapagipe. Figura adaptada pela autora, 2021.

ANEXO B – Casas de pau-a-pique dos moradores do antigo bairro do Pito Aceso



Fonte: Casa da Cultura Dona Fatinha de Itapagipe. Adaptado pela autora, 2022.

ANEXO C – Prédio da Escola Estadual Santo Antônio, atualmente – Entrada Principal



Fonte:

Fotografia produzida pela autora, 2022.

ANEXO D – Fachada do Prédio da Casa da Cultura Dona Fatinha

Fonte: Fotografia produzida pela autora, 2022.

ANEXO E – Autora do livro *Nossa História* [1992?], Jurani Gonçalves de Lima.



Fonte: *Facebook*. Figura adaptada pela autora, 2022.

ANEXO F - Odonira Juca do Amorim

Fonte: Fotografia produzida pela autora, 2022. Autorizado pela colaboradora.

ANEXO G – Maria Rosa da Silva

Fonte: Fotografia produzida pela autora, 2022. Autorizado pela colaboradora.

ANEXO H – Jaci Ferreira do Amorim

Fonte: Fotografia produzida pela autora, 2022. Autorizado pela colaboradora.